REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA

Volume 6, Número 1, janeiro-junho de 2026



Seção Niterói - desde 1981

Revista Fluminense de Geografia

v. 6 n. 1, 2026

Seção Niterói - desde 1981

Associação dos Geógrafos Brasileiros
Seção Local Niterói Gestão 2023-2025 **Diretoria**

Presidente
Prof. Dr. Marcos Antonio Campos Couto
Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).

Vice-presidente
Prof. Me. André Tinoco de Vasconcelos
Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ)

1ª Secretária
Profa. Ma. Jessilyn Gomes da Silva Professor da Rede Municipal do Rio de Janeiro

2ª Secretária
Profa. Ma. Clara Marcelle Dias de Leles Professora da Rede Estadual do Rio de Janeiro e da Rede Municipal de Itaboraí

1º Tesoureiro
Prof. Dr. Felipe Moura Fernandes
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ)

2º Tesoureiro
Prof. Me. Jefferson Alan de Lima Vieira Professor da Rede Estadual do Rio de Janeiro

Coordenador de Publicações Prof. Dr. Eduardo Karol
Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ISSN 1677-1796 (Impresso)
e-ISSN 1980-9018

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA

Conselho Científico

André Tinoco de Vasconcelos – Niterói/RJ
Astrogildo Luiz de França Filho – Niterói/RJ
Charlles da França Antunes – Niterói/RJ
Clara Marcelle Dias de Leles – Niterói/RJ
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
Eduardo Karol – Niterói/RJ
Felipe Moura Fernandes – Niterói/RJ
Jessilyn Gomes da Silva – Niterói/RJ
Manoel Martins de Santana Filho – Niterói/RJ
Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
Paulo Raposo Alentejano – Rio de Janeiro/RJ
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
Ruy Moreira – Niterói/RJ

Pareceristas *Ad Hoc* Revista Fluminense de Geografia v. 6 n. 1, 2026

Anice Esteves Afonso, Dante Chiavareto Pezzin, Désiree Guichard Freire, D'Jeanine Candido, Felipe Moura Fernandes, Gabriel Siqueira Correa, Jefferson Luis Brentini da Silva, João Marçal Bodê de Moraes, Júlia Crespo Caldeira Monari, Leonardo Sena do Carmo, Licio Caetano do Rego Monteiro, Luis Henrique Leandro Ribeiro, Marcos Cesar Araujo Carvalho, Maria Clara Salim Cerqueira, Mariane Biteti, Mario Pires Simão, Nelson Luis Eufrásio Júnior, Rosana Márcia da Costa Silva Herculano, Sônia de Souza Mendonça Menezes, Thiago Manhães Cabral, Victor Iamonti

Editores Responsáveis: Eduardo Karol e Felipe Moura Fernandes **Capa:** Balalaica, montagem Eduardo Karol

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Niterói – Av. General Milton Tavares de Souza, s/nº, 3º andar Campus da Praia Vermelha Boa Viagem - Niterói – RJ CEP. 24.210–340

Ficha Catalográfica

Revista Fluminense de Geografia, ano 1, n.1, Niterói- RJ, 2002 – v. ils. Histórico	
1993 – Boletim Fluminense de Geografia – ano 1, v. 1, n.1 – impressa 2002 - ano 1, n. 1 v.1 – impressa 2005 – v.1, n. 1; v.1, n. 2 – digital 2006 – v. 2, n. 3; v.2, n. 4 – digital 2007 – v.3, n. 5 – digital 2024 – v.4, n.1 – digital 2024 – v.4, n.2 e 2025 – v.5, n.1 – digital 2025 – v.5, n.2 – digital 2026 – v.6, n. 1 - digital Periodicidade Semestral, publicada de janeiro a junho e de julho a dezembro. e-ISSN 1980-9018	

SUMÁRIO	
APRESENTAÇÃO	**6-8**
BALALAICA	
Escola Neoliberal e Evasão Escolar João Paulo Dias de Araújo	**9-13**
Sobre as Nuvens e As montanhas chamam Otavio Rocha Leão	**14-15**
GEOGRAFANDO	
Na rua, um campo, uma paisagem... Patrícia Filgueiras	**16-17**
ARTIGOS	
Dronefobia: do medo generalizado no campo de batalha ao pânico na cidade Márcio José Mendonça	**18-41**
A Geografia Econômica dos Mercados Ilegais: o controle miliciano do transporte por vans na cidade do Rio de Janeiro Thiago Sardinha	**42-71**
Topofilia, memória e identidade: estudo das relações afetivas com o lugar no bairro São Marcos, Ocara-Ceará Francisco Iarlei Martins Soares e Francisco Claiton Alexandre Barbosa	**72-98**
Habitação social no centro de Niterói: a produção política da ausência e o caso do "Prédio da Caixa" Alex Franco Moreira Riker	**99-122**
Tecendo territórios com espíritos e tentáculos: cosmopolíticas para um mundo em ruínas Giovanna Xavier	**123-139**

APRESENTAÇÃO

Eduardo Karol
Professor Associado do DGEO/FFP/UERJ – Aposentado
Associado da Seção Niterói da AGB

A diretoria da seção local Niterói da AGB (2023–2025) tem a satisfação de apresentar aos associados mais um número da Revista Fluminense de Geografia. Em primeiro lugar, queremos agradecer aos associados e associadas que colaboram para a confecção desse número, possibilitando manter o projeto.

Desde que assumimos a tarefa de coordenar a publicação da seção local, providenciamos a retomada da revista, com a inserção no portal de publicações da AGB dos números publicados entre os anos de 2005 e 2007, fazendo com que a história não seja abandonada desde a sua primeira versão em 1993, o Boletim Fluminense de Geografia. Após essa primeira publicação, mudamos o nome para Revista Fluminense de Geografia e foram publicados dois números impressos.

Com o advento do meio digital, ficou mais prático publicar a revista a partir da página que a seção mantém para informação dos associados. Houve, após os primeiros números, uma lacuna, onde a revista se manteve em compasso de espera. A retomada foi concretizada a partir do ano de 2024 e, até o momento, foram publicados três números no portal de publicações da AGB. O portal tem assessoria técnica que dá suporte para várias atividades dos editores. Esperamos que as próximas diretorias continuem e aprimorem o projeto da revista, com o intuito de informar e formar os associados e associadas.

Manter uma publicação não é tarefa fácil no oceano de publicações que disputam lugar na Geografia Brasileira hoje. Existem em torno de 129 revistas de geografia no Brasil que divulgam conhecimento geográfico. Se, por um lado, o número é expressivo, por outro, demonstra a disseminação do conhecimento geográfico com problemas de originalidade. Como consequência, há questionamento do "produtivismo" que a comunidade científica em geral enfrenta. No entanto, não basta só questionar e denunciar, temos que agir.

Acompanhando o debate geral nas ciências, nos últimos anos, a equipe editorial da AGB, envolvendo vários editores de periódicos, tem discutido e emitido documentos sobre ética, bem como realizado vários eventos sobre práticas de boas condutas nas publicações. A AGB, por meio de suas reuniões de gestão coletiva, tem discutido e apresentado caminhos para orientação dos editores e editoras de periódicos. Não obstante, o desafio desses tempos é hercúleo!

A discussão dos programas de inteligência artificial preocupa a comunidade científica na totalidade e a geográfica não fica ao redor do debate. Uma das soluções que temos defendido é a exigência de publicar de fato, artigos "originais e inéditos" com referência ao que traz de novo na discussão que propõe! Outra solução é priorizar a publicação de artigos provenientes de pesquisas inéditas. Vamos cercear a publicação? Não! Vamos colocar as coisas no lugar: o que não estiver nas exigências será apresentado como "ensaios" e daremos fluxo às publicações. Por outro lado, é necessário ter a coragem de dizer aos autores que tal assunto não interessa para ser publicado.

Sendo assim, apresentamos o número da Revista Fluminense de Geografia que está organizada com as seções Balalaica, Geografando e Artigos.

Abrindo a seção Balalaica, temos duas poesias sobre escola e duas sobre natureza.

Geografando mostra imagens urbanas com a pergunta: "cuida da cidade quem descuida do trabalhador"?

Na seção "artigos" temos a colaboração de cinco autores que debatem diversos temas: espaço urbano, tecnologia, criminalidade, memória, habitação na cidade e território.

Mendonça, "*Com enfoque na ação dos drones em conflitos militares recentes, [...] analisa as repercussões e mudanças produzidas, direta ou indiretamente, pelo uso desses equipamentos no campo de batalha e seus efeitos no espaço urbano*".

Sardinha analisa "*o processo de transformação do transporte por vans na cidade do Rio de Janeiro, que passou de uma atividade informal — exercida sobretudo por trabalhadores desempregados a partir da década de 1990 — para uma mercadoria ilegal e ilícita sob controle de milícias e outros grupos armados no espaço urbano carioca*".

Soares e Barbosa investigam "*as percepções das relações topofílicas estabelecidas no bairro São Marcos, localizado no município de Ocara, Estado do Ceará, analisando como essas conexões influenciam na construção da memória e na formação da identidade local*".

Riker analisa "*a produção da ausência de habitação social no centro de Niterói (RJ), buscando compreender a relação entre políticas urbanas, valorização imobiliária e permanência das populações de baixa renda*".

Xavier, "*investiga as aproximações, tensões e convergências entre o conceito de Chthuluceno, formulado por Donna Haraway, e a cosmopolítica Yanomami apresentada por Davi Kopenawa em A Queda do Céu*".

Esperamos que os associados e associadas leiam e discutam o exemplar que agora apresentamos à comunidade científica em geral e à geográfica em particular.

Escola Neoliberal

João Paulo Dias de Araújo*
araujodimjpa@gmail.com

Fala-se em modelos de escola.
Lançam diversas propostas de inovação.
Abordam a questão da tecnologia,
Como se ela fosse a solução.

Esqueceram o conteúdo.
Falam agora muito de competências.
Aos poucos vão ludibriando,
E descartando as ciências.

Já dividiram a escola em duas:
A das elites e a dos trabalhadores.
A das elites ensina o conhecimento.
A nossa quer tratar de "valores".

E essa escola dual,
Marca a desigualdade.
Entre duas classes distintas.
O que não é novidade.

A escola fica tecnicista.
Como se fosse uma preparação.
Com resultados e metas,
A escola de fazer técnico
Vai preparando o "peão".

Nive-la sempre por baixo.
Adestra-se os filhos dos trabalhadores.
Arrancam da escola conhecimentos críticos.
Criam-se "projetos esvaziadores".

Os moleques crescem
Com um vazio de conhecimento escolar.
O que está por vir eu já sei.
"Ambientação"
Pra mais um passo
Da reforma curricular.

Aí eu pergunto,
Existe essa "reforma"
Na escola particular?
Com redução de matérias
Em seu currículo escolar?

A escola pública caminha,
Pra uma "empresa escolar".
E no futuro eles querem
A mão de obra barata
E passiva,
Só pra poder explorar.

Discurso das competências pra nós
Transcende a escala Brasil.
Vem dos "fomentos" do Banco Mundial,
Que propõe uma educação mercantil.

E se critica a Escola Nova.
E mete o malho na Escola Tradicional.
E se propõe a Pseudo-escola Crítica.
Cogitam a Escola Radical.

Falam também das visões Crítico-reprodutoras.
Que apontam limites e falhas.
Mas não se mostram transgressoras.

E mudam tudo pra não mudar nada.
No fim das contas "fica tudo normal".
A formação cidadã é amputada.
E cresce a "escola empresarial".

O "saber fazer" tem destaque,
Em benefício do Grande Capital.

Não são excessos ideológicos.
Apenas minha visão.
De um modelo que enaltece
O sistema,
Em detrimento do CIDADÃO.

Evasão Escolar

Em cada vento geo-grafia se via.
Em cada pique de polícia e ladrão.
No dia a dia essa mesma seguia,
Em cada "dibico" daquele seu peão.

Naquelas aulas ele não conseguia.
E recebia poucos sins, muitos nãos.
No grupo de bate-bola, alegria.
Ali tinha a sua realização.

Em cada cópia ele seguia.
Pra ele era sem sentido ou razão.
Em sala "ele pouco servia".
Dentro do muro era só frustração.

Entre câmeras e inspetores se via.
Sentia-se dentro de uma prisão.
Os professores muito pouco ouviam.
Qualquer ruído, sala da direção.

Na praia, de maré ele entendia.
No jacaré sabia que era bom.
Surfava sempre com muita maestria.
Sem pé de pato, só com as pernas e mãos.

Não tinha mãe, era criado por tias.
E na favela tinha que trazer o pão.
No busão ele sempre trazia,
As suas balas pra vender pros irmãos.

Equilibrista em matéria de vida.
Tinha um sonho de fazer seu milhão.
Uma professora disse que não chegaria.
Que era fraco assim como seu irmão.

E reforçou que "ninguém" ele seria.
Silenciou pra não perder a razão.
Ele sentia como ela era fria.
Mistura crua de classismo e opressão.

Sua mente estava muito longe dali.
Calado estava e calado ficou.
Semblante triste e cabeça a mil,
Sofrendo com a internação do avô.

Naquele espaço só tinha um momento,
Que ele sentia gotas de alegria.
Era o recreio com o fut fervendo,
Fora dali era só correria.

Até o fut ele perdeu com o tempo.
Pois no recreio a diretora cessou.
Na Educação Física tinha bom desempenho,
Mas piorou quando trocou o professor.

E o que veio não gostava de bola.
Preferia karatê e judô.
Ele tentou por dias interagir,
Mas foi reprovado pelo professor.

E reprovou também em Língua Estrangeira.
Em Português ele também reprovou.
A escola disse que ele estava velho.
E dessa forma ela o descartou.

*Poemas do professor de Geografia João Paulo Dias de Araújo
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e da
Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro
Instagram de poesias: @subvers08

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA	**Niterói (RJ)**	**2026 v.6 n.1 (jan.-jun.)**	**e-ISSN: 1980-9018**

Sobre as Nuvens

Otavio Miguez da Rocha-Leão*
orochaleao@hotmail.com

Eu sempre olhei as nuvens.
Desde pequenino sou fascinado por elas. Elas sempre trazem ensinamentos muito valiosos.
As nuvens Cúmulos são sensacionais. Fazem muito sucesso. Parecem algodões flutuantes mudando de forma a todo momento.
Sentar com os amigos e observar as cúmulos é algo inesquecível. Cada um identifica desenhos diferentes. Os outros se esforçam para ver também. É, sem dúvida, uma das mais gostosas formas de percepção interativa.
Mas sou apaixonado mesmo é pelas Cirrus, frias e distantes. Produzem desenhos enigmáticos e que me fascinam!
As Cirrus, de tão altas, são inatingíveis e os cientistas dizem que são feitas de micro cristais de gelo!
São misteriosas e pairam nas maiores amplitudes do Céu! Trazem conhecimentos de muito longe. São estáveis e belas. Mudam de forma bem devagarinho.
Que nem eu....

As montanhas chamam
O céu fala
As nuvens ensinam
Os rios gritam
As florestas transpiram

As estrelas....
A lua
O sol!

Outono vindo aí....
A serra tá cheia de água
A Floresta tá linda
A trilha tá molhada
A pedra tá úmida
E a montanha tá chamando....

* Otavio Miguez da Rocha-Leão é professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA	Niterói (RJ)	2026 v.6 n.1 (jan.-jun.)	e-ISSN: 1980-9018

Na rua, um campo, uma paisagem…

Patrícia Filgueiras
patriciafil@hotmail.com

O "cuidado da cidade", uma mera estampa na lixeira, trabalhadores imprimem a paisagem da exaustão e, como objetos caídos no asfalto, esparramam a contradição: cuida da cidade quem descuida do trabalhador?





Fonte: Filgueiras (2026)

Do outro lado, na Mosqueira, cheiram e tragam delírios, a cena da frase motivacional do empreendedor de si: "escolha o extraordinário da vida" contrasta com o dizer do muro exatamente onde estacionara: "não trabalhamos com a mentira". Quem por ali perambula, sabe, a frase do muro não é kaô.





Fonte: Filgueiras (2026)

Nesse local, muitos se perdem nas viagens dos "baratos", na tentativa de fugirem para o "extraordinário", pois nem sempre se trata de escolha. No neoliberalismo, é bom lembrar, escolha é privilégio.

Sem romance, sobreviver à realidade, para muitos, é uma grande merda, tá na rua, basta perambular por onde intencionalmente plantam medos, apesar dos perigos.

A rua, como um campo comum a todos, possibilita ver, além do dito, a topografia socioeconômica nas "rugosidades espaciais" (Milton Santos, 1996).

Nesse "braile geográfico", entendemos que a rua não mente, denuncia, já as propagandas dos governos, essas sim, são grandes alucinações, tem quem acredite, mas Deus não nos salvará.

"Aos que buscam, ainda que não encontrem
Aos que avançam, ainda que se percam
Aos que vivem, ainda que se morram"
(Mario Benedetti)

Referências

MARTÍN, Leticia Acevedo. A los que buscan. Caminando Contigo Psicoterapia, 18 sep. 2018. Disponível em: https://caminandocontigopsicoterapia.es/a-los-que-buscan . Acesso em: 13 fev. 2026 (tradução livre).

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; Disponível em: https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf . Acesso em: 13 fev. 2026.

*Graduanda no curso de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA	Niterói (RJ)	2026 v.6 n.1 (jan.-jun.)	e-ISSN: 1980-9018

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Dronefobia: do medo generalizado no campo de batalha ao pânico na cidade

Dronephobia: from widespread fear on the battlefield to panic in the city

Dronefobia: del miedo generalizado en el campo de batalla al pánico en la ciudad

Márcio José Mendonça
Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Professor de Geografia da Rede Estadual do Espírito Santo – SEDU-ES

Resumo: Drones já são uma realidade em emprego de meios civis e estão transformando profundamente o cenário da guerra moderna, ao influenciar o comportamento dos combatentes e modelar o espaço físico e sensorial do campo de batalha. Esses equipamentos, ao projetarem poder e violência a longas distâncias, são responsáveis por difundir medo e uma série de efeitos psicológicos entre os combatentes e a população civil, hoje mais vulneráveis do que nunca à ação desses novos dispositivos voltados à guerra e à vigilância. Com enfoque na ação dos drones em conflitos militares recentes, o artigo analisa as repercussões e mudanças produzidas, direta ou indiretamente, pelo uso desses equipamentos no campo de batalha e seus efeitos no espaço urbano.

Palavras-chave: Dronefobia, Campo de batalha, Cidade.

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract: Drones are already a reality in civilian use and are profoundly transforming the landscape of modern warfare by influencing the behavior of combatants and shaping the physical and sensory space of the battlefield. These devices, by projecting power and violence over long distances, are responsible for spreading fear and a series of psychological effects among combatants and the civilian population, who are now more vulnerable than ever to the actions of these new devices geared towards warfare and surveillance. Focusing on the use of drones in recent military conflicts, this article analyzes the repercussions and changes produced, directly or indirectly, by the use of these devices on the battlefield and their effects on urban space.

Keywords: Dronephobia, Battlefield, City.

Resumen: Los drones ya son una realidad en el uso civil y están transformando profundamente el panorama de la guerra moderna, influyendo en el comportamiento de los combatientes y configurando el espacio físico y sensorial del campo de batalla. Estos dispositivos, al proyectar poder y violencia a largas distancias, son responsables de propagar el miedo y una serie de efectos psicológicos entre los combatientes y la población civil, quienes ahora son más vulnerables que nunca a las acciones de estos nuevos dispositivos destinados a la guerra y la vigilancia. Centrándose en el uso de drones en conflictos militares recientes, este artículo analiza las repercusiones y los cambios producidos, directa o indirectamente, por el uso de estos dispositivos en el campo de batalla y sus efectos en el espacio urbano.

Palabras clave: Dronefobia, Campo de batalla, Ciudad.

Introdução: método, análise e fontes de pesquisa

As imagens e os vídeos disponibilizados em redes sociais constituem importantes fontes de pesquisa para a Geografia contemporânea, especialmente na análise do emprego de drones em teatros de combate. Esses registros permitem investigar a dimensão espacial dos conflitos, as estratégias militares, as transformações da paisagem e os impactos sobre os territórios e as populações civis. Ao serem analisados de forma crítica, considerando sua origem, contexto de produção e circulação, esses materiais ampliam as possibilidades metodológicas da pesquisa geográfica, contribuindo para a compreensão das dinâmicas territoriais e das novas formas de vigilância, controle e violência mediadas por aeronaves não tripuladas.

Com base em registros visuais de diferentes fontes, o artigo analisa o papel desempenhado pelos drones na configuração do campo de batalha. Para tanto, o texto recorre, para além de revisão bibliográfica sobre o tema, à análise de material produzido e difundido por canais, páginas e grupos de rede social especializados na cobertura de conflitos militares.

Assim, a escolha das fontes consultadas se baseia em uma abordagem de rotina de cobertura de alguns conflitos, com foco nos processos de dronificação da guerra e na vigilância ostensiva por meio de equipamentos dronificados, especialmente em contextos como a Ucrânia e a Faixa de Gaza, além de outros registros que incluem o cenário urbano.

Este material, consultado em veículos digitais e nas redes sociais, não obedece, portanto, a nenhum critério rígido de seleção das fontes, mas busca elucidar processos e dinâmicas espaciais provenientes da atuação e das transformações provocadas, direta ou indiretamente, pelo uso de drones e de sistemas dronificados, adaptados à nova realidade da guerra virtual.

Ademais, parte significativa do material analisado em vídeo resulta de gravações feitas por drones e por combatentes em operações militares, bem como por pessoas anônimas, realizadas diretamente no local e posteriormente repercutidas na internet por meio das redes sociais.

Ao consultar material audiovisual que retrata a atuação de drones militares, o artigo busca compreender, de forma mais ampla, os impactos e as transformações provocados pela introdução desses equipamentos, não apenas no campo de batalha, mas também no espaço urbano, de modo geral. Parte-se do pressuposto de que os drones integram, atualmente, um amplo e complexo sistema de vigilância, que não se restringe aos combatentes, alcançando também trabalhadores inseridos nos processos em curso do desenvolvimento capitalista.

Para atender a esse amplo escopo de investigação, o estudo adota, metodologicamente, uma abordagem que combina teoria da fenomenologia e estudos de cunho marxista, com foco na articulação entre elementos empíricos e referenciais simbólicos, a fim de interpretar as transformações no espaço e no campo de batalha induzidas pelo uso de drones. Assim, o estudo procura demonstrar que muitos dos efeitos e das transformações no espaço provocadas pelos drones resultam ou são consequências do que se pode chamar de "dronefobia".

Dronefobia: o medo de drones

O medo além de uma emoção básica e instintiva, consiste numa resposta vital do organismo a uma ameaça real ou percebida, preparando o corpo para lutar ou fugir, sendo essencial para a sobrevivência. Embora natural e protetor, o medo pode se tornar uma fobia[1] quando se manifesta de forma desproporcional ou irracional. Quando a sensação de medo e insegurança possui relação com o espaço e seu entorno, podemos dizer que o medo possui um sentido ou significado espacial. Em uma perspectiva mais geográfica, que leva em conta o espaço, pode-se dizer que o medo possui uma interface espacial.

No caso de uma cidade violenta, por exemplo, a criminalidade, a militarização e a segregação socioespacial são fenômenos de uma dinâmica espacial complexa que envolve múltiplos atores sociais e que

[1] Fobia é um transtorno de ansiedade caracterizado por um medo intenso, muitas vezes irracional ou desproporcional, relacionado a objetos, situações ou atividades específicas.

também são (re)definidos por sentimentos de medo e insegurança. Em *Fobópole: o medo generalizado e a militarização do espaço urbano* (2008), o geógrafo Marcelo Lopes de Souza cunha o termo "fobópole" (cidade do medo), que se refere a um conceito destinado a descrever cidades dominados pelo medo da violência e pela consequente militarização do espaço urbano. A partir dessa concepção, o autor analisa a problemática de como a (in)segurança[2] pública e o medo generalizado reestruturam a vida cotidiana e o espaço urbano, especialmente nas grandes metrópoles brasileiras. Seu trabalho aponta para uma relação estreita entre o medo da criminalidade e as políticas de segurança pública, que, muitas vezes, levam à militarização e segregação socioespacial.

Nessa perspectiva, o medo demarca fronteiras e determina um amplo conjunto de relações de poder que dão sentido e resultam em diferentes formas de controle do espaço. Na fenomenologia, em uma abordagem que foca a experiência vivida, a percepção e os significados que os indivíduos atribuem ao espaço e ao lugar, o medo também possui uma dimensão geográfica. Para Yi-Fu Tuan (2005), por exemplo, existem muitos tipos de medo que resultam de diferentes experiências de medo vividas no espaço. Segundo o autor, um amplo conjunto de experiências de medo e seus significados define um espaço, ao mesmo tempo que demarca diversas fronteiras: o medo da criança em seus primeiros anos de vida; o medo da sociedade medieval, marcada pela fronteira dos muros; o medo da doença; o medo da natureza; o medo do campo e, por assim dizer, do desconhecido; mas também o medo da cidade, da vida caótica e de distúrbios urbanos. Para Yi-Fu Tuan, essas são formas espaciais de medo, às quais ele denomina paisagens do medo.

Em termos geográficos, trata-se de infinitas manifestações das forças do caos, naturais ou humanas, nas quais toda construção humana – mental ou material – constitui um componente na paisagem voltada ao controle desse caos, na tentativa de manter afastadas ou conter as forças percebidas como hostis. De acordo com a leitura de

[2] O uso de parênteses na palavra (in)segurança, é um recurso de linguagem utilizado por Souza que indica que o termo pode ser lido de duas maneiras distintas, abrangendo simultaneamente ambos os sentidos.

Yi-Fu Tuan, as formas geográficas resultam de dinâmicas espaciais geradas ou associadas ao medo. Assim, ele afirma:

> as fronteiras estão em todos os lugares porque as ameaças estão em toda a parte: o cachorro do vizinho, as crianças com sapatos enlameados, estranhos, loucos, exércitos estrangeiros, doenças, lobos, ventos, chuva (2005, p. 13).

O medo determina formas espaciais que reestruturam paisagens demarcadas por simbologias, fronteiras físicas ou imateriais e por uma complexa gama de relações e redes sociais. Diz Yi-Fu Tuan (2005) que existem muitos tipos distintos de paisagens do medo de que, independentemente de sua forma, produzem sensações intensas de colapso iminente do nosso mundo e de aproximação da morte. A personificação do medo confere uma intencionalidade mais ou menos racional a uma força hostil, dotada de vontade de nos matar ou de nos prejudicar; uma força que, de certa maneira, parece nos atacar.

Os veículos aéreos não tripulados (VANT), popularmente chamados de drones, são um exemplo de invenções tecnológicas de uso dual, com diversas finalidades: podem desempenhar funções pacíficas, mas também podem ser utilizados de forma hostil. Além de representar uma ameaça, esses equipamentos produzem formas espaciais que reagem ao medo que suscitam. Trata-se de drones sistematicamente utilizados como sistemas de vigilância e monitoramento ou empregados como armas de combate. Como instrumento de guerra, configuram uma nova forma de medo que, a partir da sensação de insegurança e do temor generalizado que provocam, reestrutura a vida e o espaço em diferentes cenários do campo de batalha – lugares onde aeronaves que sobrevoam nossas cabeças podem atacar a qualquer momento.

No papel de armas de combate, vale lembrar que a ideia de uma aeronave que sobrevoa a baixa altura e é capaz de atacar alvos em solo não é uma novidade da guerra do século XXI. Antes disso, a aparição de um drone, retratado no cinema hollywoodiano em 1991, no filme *Exterminador do Futuro 2: O julgamento Final*, possivelmente representa a primeira exibição pública de um drone

militar no imaginário popular. Em uma cena apocalítica do filme, vemos máquinas caçando e eliminando humanos, além de um drone que sobrevoa e ilumina o campo de batalha enquanto procura combatentes e dispara lasers contra alvos inimigos. Aquilo que era representado no cinema nos anos 1990 já não é ficção em nossos dias.

Da ficção cinematográfica à realidade vivenciada no Afeganistão, no Iraque, na Ucrânia ou na Faixa de Gaza, os drones têm transformado sons comuns de qualquer cidade – carros, motos, cortadores de grama, ares-condicionados – em fontes permanentes de medo e insegurança às quais soldados e civis em áreas de conflito estão sujeitos diariamente. O ruído gerado por um drone é facilmente confundido com diversos tipos de sons comuns em centros urbanos. Basta observar que o terror psicológico provocado pelos Drones FPV[3] na Ucrânia, pequenos e portáteis, já não se restringe à linha de frente, sendo perceptível também entre combatentes e civis que vivem em cidades atacadas ou sob constante vigilância aérea.

Em cidades próximas da linha de frente, verdadeiros campos de batalha, os drones têm produzido uma paisagem urbana na qual o medo e a paisagem modificada pelos combates se tornam uma característica fundamental da vida cotidiana. Em algumas cidades ucranianas, por exemplo, áreas urbanas encontram-se cobertas por uma densa malha de cabos de fibra óptica abandonados por drones utilizados de forma contínua nos combates. Esses fios acumulam-se sobre ruas e edificações, formando uma espécie de teia sobre os telhados e árvores e transformando a paisagem urbana em uma imagem residual do campo de batalha dominado pela atuação dos drones.

Na Ucrânia, tanques que pesam toneladas e custam milhões de dólares são facilmente nocauteados por aeronaves minúsculas e de baixo custo, estimadas em apenas alguns milhares de dólares. Na tentativa de proteção contra esses ataques, gaiolas metálicas têm sido instaladas sobre a blindagem dos tanques, com o objetivo de amortecer o impacto direto dos drones. De modo semelhante, muitas

[3] Drones FPV são drones de visão em primeira pessoa pilotados com o auxílio de óculos de realidade virtual, onde a câmera a bordo transmite o vídeo em tempo real para o operador do equipamento.

estradas passaram a se assemelhar a túneis cobertos por redes antidrone, utilizados para proteger rotas vitais de abastecimento, evacuação e transporte civil em áreas próximas da zona de combate (ver Figura 1).[4]

Figura 1 – Redes de proteção contra drones cobrem estradas na linha de frente na Ucrânia



Fonte: "Embaixada da Ucrânia no Brasil", no Instagram, 29 de outubro de 2025.

É nesse sentido, na generalização do sentimento de medo e insegurança causados pelos drones no campo de batalha, que se pode falar de "dronefobia", um novo tipo de trauma psicológico vivenciado por soldados que retornam do campo de batalha e por populações vigiadas e atingidas por esses equipamentos. A dronefobia, embora careça de uma definição conceitual mais precisa e de estudos que investiguem mais a fundo suas causas e consequências, não pode ser negligenciada, uma vez que a exposição ao estresse do campo de

[4] Para mais detalhas de como drones atuam e provocam mudanças no campo de batalha, consultar: Márcio J. Mendonça, *Guerra dos drones: análise e perspectiva do campo de batalha* (2025).

batalha e as respostas pós-traumáticas causados pela constante ameaça de drones carregados com explosivos – pequenos, altamente manobráveis e difíceis de detectar – estão provocando não apenas mudanças sensoriais, mas também físicas no campo de batalha.

Para constatar algumas dessas mudanças na paisagem, basta observar que, após a introdução dos drones no campo de batalha, toda uma engenharia e arquitetura espacial de proteção contra essas aeronaves têm sido desenvolvidas em resposta às suas atividades. Alguns dos efeitos ou mudanças influenciadas pelos drones no campo de batalha vão além da linha de frente, uma vez que sintomas causados pela exposição a ambiente de combates também podem ser desencadeados em locais seguros, longe do front, por diversos ruídos urbanos comuns. Há registros médicos de que qualquer som mecânico que produza um zumbido semelhante ao de um drone pode provocar sensações de insegurança ou até mesmo pânico coletivo em pessoas sob efeito psicológico do medo de serem atingidas ou de estarem sendo perseguidas por esse tipo de equipamento.

Segundo Serhii Andriichenko, psiquiatra-chefe do hospital militar de Kiev, que investiga os efeitos causados por drones em soldados que retornam do campo de batalha, "a maioria dos pacientes – se não estão feridos fisicamente – sofre de problemas de saúde mental provocados pela atividade constante de drones".[5]

De acordo com a reportagem de Joel Gunter para a BBC News,

> o trauma associado ao som não é novo – gerações de soldados voltaram da guerra sensíveis a ruídos repentinos na vida civil. Mas, com a guerra na Ucrânia transformada em um conflito impulsionado por tecnologias de drones, o trauma também evoluiu.

Nesse aspecto, os efeitos psicológicos provocados pelos drones já não estão restritos à linha de frente, à medida que russos e ucranianos ampliam a linha de combate ao atacar cidades e vilarejos no interior de ambos os territórios. Por meio de diferentes fontes ou através de diversos outros registros visuais disponíveis na

[5] Ver a reportagem de Joel Gunter, *'Dronefobia': o trauma de soldados que retornam da guerra na ucrânia*, BBC News Brasil, 2 de agosto de 2025.

internet, podemos notar que os ataques com drones são cada vez mais frequentes. Assim, seja no campo de batalha ou em centros urbanos visados por essas aeronaves, combatentes permanecem constantemente atentos aos céus, enquanto são caçados por drones. Na luta pela sobrevivência diante dessas aeronaves, muitos vídeos que circulam nas redes sociais mostram soldados sendo perseguidos em campo aberto, em trincheiras e até mesmo em áreas urbanas, com drones vasculhando casas e prédios em busca de alvos, enquanto combatentes fogem e se escondem. Em muitos casos, os registros revelam situações em que soldados, cansados e isolados, sem alternativas, acabam desistindo de combater ou de fugir, restando-lhes apenas implorar por suas vidas diante dos drones.[6]

Na guerra moderna em que ataques aéreos assumem papel estratégico no desenvolvimento da guerra, essa capacidade de aeronaves de manipular o ambiente e criar uma modalidade de terror aéreo, é descrita por Sloterdijk (2009) como um tipo de terrorismo atmosférico, que ele chama de atmoterrorismo. Com os drones, o atmoterrorismo amplia o campo de batalha no tempo e no espaço, da linha de frente e presença dos soldados no campo de batalha, aos espaços e tempos da vida cotidiana incluindo civis, todos agora envolvidos sob constante ameaça com a ampliação do alcance e das modalidades de ataque dos drones. Dessa forma, os drones atingem espaços e experiências da vida ordinária para além do campo de batalha tradicional, produzindo efeitos e traumas de guerra que atravessam e (re)definem fronteiras.

Além do medo de tempestades, raios ou daquilo que era desconhecido e poderia vir dos céus, balões e, sobretudo, aviões militares foram pioneiros em desencadear essa forma específica de medo. Diferentemente das forças naturais ou do desconhecido, as aeronaves possuem a capacidade de perseguir e atingir alvos específicos, munidas de recursos tecnológicos que só ganham pleno sentido a partir da intencionalidade inscrita na arte de matar. Ainda que efeitos não calculados de um ataque possam ser justificados como danos colaterais, o ataque em si – assim como a intenção de

[6] Para mais relatos e registros de drones caçando combatentes no campo de batalha, ver novamente Márcio J. Mendonça, *Guerra dos drones: análise e perspectiva do campo de batalha* (2025).

provocar pânico e destruição por meio do uso da força – não pode ser negado diante da implementação de sistemas de GPS, radares e toda uma gama de equipamentos de alta tecnologia de rastreamento e localização que garantem elevada eficiência operacional. A cidade, principal alvo dessa modalidade de ataque, foi, segundo Graham (2004a; 2004b; 2011), objeto de ações destinadas a eliminar formas de vida humana, impondo-lhe estratégias de guerra que resultaram em processos de desmodernização forçada, ao destruir a infraestrutura urbana que possibilita a vida na cidade.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os bombardeiros estratégicos adquiriram uma capacidade de destruição sem precedentes, sendo empregados com objetivo de "alcançar 'paralisia estratégica', através da destruição dos sistemas de transporte, infraestruturas de água e de eletricidade e redes de comunicações" (GRAHAM, 2011, p. 266, tradução livre). Como destaca Graham, o bombardeio passou a ser concebido e utilizado, com crescente frequência, como arma de guerra capaz de reverter as cadeias e os estágios de evolução econômica, levando as cidades atingidas de volta à chamada idade do carvão.

Todo esse potencial de destruição e extermínio em massa foi demonstrado nos bombardeios de Dresden, Hamburgo e Tóquio, quando cidades inteiras praticamente desapareceram do mapa. "A bomba atômica completou esta nova vulnerabilidade da cidade: aglomerações urbanas e populações inteiras foram destruídas instantaneamente em Hiroshima e Nagasaki", lembra Martin Shaw (2004, p. 142, tradução livre). Com o surgimento dos bombardeiros, a aviação militar consolidou-se como uma arma capaz de provocar o extermínio instantâneo de milhares de pessoas sem qualquer tipo de envolvimento direto com o combate. Envolta por um olhar holográfico, a guerra no século XX passou a ser travada em espaço tridimensional, no qual os ataques aéreos – da *Blitz* sobre Londres aos ataques terroristas de 11 de setembro, destacando-se também o uso de aeronaves não tripuladas em Gaza, no Afeganistão e no Iraque –, para além de ampliarem as possibilidades de maior mobilidade, passaram a provocar terror, destruição e morte por meio do emprego sistemático de aeronaves em operações militares (ADEY, 2010a).

Com os drones, Chamayou (2015) destaca a capacidade de projetar poder a longas distâncias sem expor a vulnerabilidade do operador, que se encontra longe do campo de batalha, reduzindo inimigos ou civis ao estatuto de simples alvo. Além de sua ação furtiva, uma das vantagens do emprego de drones em ambientes de combate reside no fato de que a vigilância por eles realizada não implica, nesse aspecto, controle terrestre direto, uma vez que seu objetivo se orienta fundamentalmente por uma mudança na lógica do "vigiar e punir", exemplificada por Foucault (2013), e por sua eventual substituição pela ideia de "vigiar e aniquilar", conforme expõe Chamayou.

Se inicialmente o uso de drones esteve circunscrito ao emprego dessas aeronaves em cenários distantes de combate ao terrorismo – como ocorreu nas guerras de insurgência no Iraque e no Afeganistão –, nesse período os assassinatos realizados por drones aconteciam de forma mais seletiva, direcionados a indivíduos-alvo, e não necessariamente inseridos em grandes manobras operacionais típicas de um teatro de guerra convencional. Essa estratégia, decorrente do uso constante de drones a serviço dos interesses imperialistas norte-americanos, definiu, segundo Ian Shaw (2013), uma forma de "globalização da violência", marcada pelo alcance e pela difusão dos drones em operações militares realizadas em diferentes regiões do mundo.

Hoje, novos agentes já dominam o emprego de drones, e o seu uso não se restringe mais as ações de combate ao terrorismo e de contrainsurgência, como ocorreu no Afeganistão, no Iraque e, até mesmo, na Palestina. Desde o início da guerra na Ucrânia, em 2022, os drones vêm sendo empregados de forma exaustiva nos conflitos contemporâneos como armas de guerra, atuando diretamente contra a infraestrutura urbana civil e contra equipamentos militares em geral.

O uso recente dessas aeronaves fornece indícios do papel que podem desempenhar em conflitos armados futuros e expõe a vulnerabilidade dos corpos humanos diante da ameaça representada por aeronaves não tripuladas que, a partir do ar, podem atingir e eliminar praticamente qualquer alvo. Esse processo contribui para a desumanização tanto de soldados no campo de batalha quanto de não

combatentes, por meio de ataques indiscriminados e massivos praticados contra populações e cidades densamente urbanizadas.

Dronefobia: da automatização no campo de batalha ao extermínio na cidade

Os drones estão passando por um intenso processo de transformação. Até pouco tempo, drones pequenos e furtivos eram operados manualmente; apenas recentemente passaram a ser automatizados. Atualmente, qualquer telefone celular é capaz de identificar o contorno de um ser humano e mapear as feições do rosto de uma pessoa. Portanto, em termos teóricos, essa tecnologia pode ser facilmente aplicada aos drones militares na seleção e marcação de alvos de forma autônoma, cabendo ao operador apenas autorizar a execução do ataque.

Isso, de certa maneira, já vem sendo colocado em prática na Faixa de Gaza (2023-2025). Segundo Silveira (2025), Israel tem trabalhado no desenvolvimento de sistemas autônomos de espionagem, na seleção de alvos e em operações psicológicas de propaganda em cenários de guerra. Como demonstra seu estudo, Israel implementou soluções de inteligência artificial para mapear e vigiar a população palestina em tempos de paz na Faixa de Gaza, acumulando dados extensivos sobre o campo de batalha e seus habitantes a partir de informações visuais, dados de telefonia móvel, conexões em mídias digitais e outras fontes diversas disponíveis na rede global de internet.

Todos esses dados, armazenados e processados em tempo real por sistemas de inteligência artificial, contribuíram para a amplificação da natureza destrutiva das ações de Israel na Faixa Gaza entre 2023 e 2025. Por meio do uso de drones, Israel colocou em prática uma ampla campanha de ataque ao território palestino de Gaza, visando não só ativos militares, mas também a infraestrutura civil. Parte dessa estratégia consistiu em atacar a liderança do movimento de resistência palestino, conduzindo uma verdadeira caçada que culminou com a execução de vários líderes do movimento

nacional palestino, entre eles Yahya Sinwar, morto por um drones em 16 de outubro de 2024.[7]

Em Gaza ou na Ucrânia, ambos os exemplos colocam em evidência o uso de inteligência artificial no teatro de guerra e a quase total ausência de responsabilidade humana direta sobre os procedimentos algorítmicos na condução de drones assassinos e de ataques contra a infraestrutura civil. Este cenário evoca, para Jamie Allinson (2015), um grave problema ético da guerra contemporânea. Inspirado no debate de Mbembe (2018) acerca da necropolítica e de suas técnicas de matar no mundo contemporâneo, Allinson destaca a criação de uma necropolítica dos drones, associada ao desenvolvimento de métodos de biopolítica que operam por meio de algoritmos de distinção racial. Esses mecanismos já vêm sendo implantados e integram uma lógica mais ampla de racismo mediado por aparatos tecnológicos de classificação e diferenciação racial.

Em sua análise, Allinson observa que todo um aparato tecnológico, disponível com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar aquilo que Mbembe chamou de necropoder – uma forma específica de terror amparada em tecnologias e em diversas modalidades de armas de fogo –, está sendo empregado a partir de variáveis de diferença racial, agora aplicadas aos drones.

Muito além dos campos de batalha situados no Leste Europeu ou no Oriente Médio, a configuração de determinadas populações como elementos perigosos é acompanhada pela implementação de meios destinados a definir aqueles que serão eliminados ou descartados como parte do excedente populacional. Para o sistema capitalista, a lógica de vigiar e controlar já não seria suficiente como forma de ação disciplinar. Neste ponto, Allinson está de acordo com Chamayou (2015), quando ambos observam a transformação do inimigo em um objeto a ser destruído, em uma matriz abstrata cujos alvos são algoritmos que identificam pessoas desumanizadas, selecionadas para a morte. Certamente, não se trata de tornar os copos dóceis, como Foucault (2013) demonstrou em sua instigante análise sobre os mecanismos econômicos e a submissão à obediência

[7] Para uma análise mais detalhada sobre a conflito na Faixa de Gaza, conferir o trabalho de Márcio J. Mendonça, "*Batalha de Gaza: Israel vs Palestina*" (2026).

política, mas sim de destruí-los, isto é, eliminar elementos ou frações do excedente populacional vistos como descartáveis.

Assim, a questão da dronificação da guerra assume uma importante distinção, na medida em que, na perspectiva do Norte Global, de países capitalistas hegemônicos como Estados Unidos, Reino Unido, França ou do peculiar caso de Israel, o problema fundamental consiste naquilo que o Estado e o capital privado protagonizam tendo como justificativa a chamada "guerra ao terror". Outra é a realidade do Brasil e da América Latina, por exemplo, em que o combate se centra na criminalidade violenta ordinária. Dessa maneira, no primeiro caso, a expressão dimensiona fundamentalmente o contexto das fronteiras nacionais, combate a grupos terroristas e controle de minorias por motivos políticos, além de questões étnicas e xenófobas, enquanto no Sul Global o alvo são as populações que vivem em territórios precários e espaços segregados, marcados e estigmatizados por profunda exclusão e insegurança social, vistos essencialmente como espaços caóticos e perigosos.

Por isso, a questão da dronificação da violência praticada pelo Estado nacional ou por grupos ilegais deve ser analisada sob diferentes ângulos. No Brasil, exemplificando, a militarização da questão urbana e, mais recentemente, a dronificação dos meios militares[8] envolvem sentimentos difusos, cada vez mais eivados de medo e insegurança, reverberados e retroalimentados pela mídia e pelo sistema político-eleitoral, cujo foco recai sobre a repressão interna contra o próprio povo, de fundo racista, na qual heranças do período escravocrata são incorporadas ao contexto de exploração de classe e de racismo "hereditário".

Assim, ao analisar o problema da dronificação violenta como uma tecnologia de distinção racial, tendo como eixo central a política de "guerras às drogas", deve-se considerar também a violência racial

[8] Sobre a militarização das cidades no Brasil a partir da disseminação de uma política que reforça o discurso do medo e se baseia em ações de intervenção violenta em favelas e espaços segregados, ver Souza (2008) e Mendonça (2022). Para uma leitura sobre a implementação de dispositivos de controle e militarização das cidades por meio de drones, ver novamente Mendonça (2025).

dirigida contra grupos e espaços socialmente identificados como "caóticos" ou "perigosos". Nessa conversão de ambientes "caóticos" e "perigosos" – incluindo as pessoas que ali residem – em territórios inimigos, constrói-se parte de uma narrativa que legitima intervenções violentas em favelas e bairros populares, onde vive a maior parte da população afrodescendente, que constitui as frações mais pobres da sociedade brasileira. Por essa concepção, define-se, então, uma política de criminalização da pobreza e de ação violenta contra o território das classes populares, ou, em outros termos, contra o próprio proletariado brasileiro.

Agora, de forma exemplificativa, conceba a aplicação desse método em uma grande metrópole do Sul Global, composta por bairros de becos e vielas, onde drones num futuro talvez não muito distante caçam suspeitos de crimes pelas ruas e invadem casas de forma sorrateira para capturá-los, enquanto esquadrões de drones policiais, a partir do alto, monitoram as atividades da população excedente, descartada pelo sistema, em favelas e áreas segregadas. Sem dúvida, trata-se de uma visão apocalíptica do avanço tecnológico do capitalismo, na qual os drones se tornaram parte essencial da segurança nacional, conectando campos de batalha no exterior – antigas colônias – a zonas fronteiriças e espaços urbanos nas megacidades.

Em algumas cidades e regiões do mundo, o medo de ser atingido por um drone ou de serem caçados no campo de batalha é constante e muito real. Com a dronificação do campo de batalha, os drones militares têm sidos cada vez mais empregados em diferentes cenários, seja na Ucrânia, seja na Palestina, ou em ambiente urbano, um número crescente de pessoas vive sujeita a alguma interferência causada pelos drones. É nesse cenário de guerra em ambiente urbano que Ian Shaw (2016) destaca o aumento de ações de vigilância e de policiamento ostensivo sobre significativos contingentes de população excedente, que vive em áreas urbanas e nas grandes metrópoles.

Por conta do aumento do desemprego estrutural e da destruição da previdência pública, um número crescente de trabalhadores, excluídos do mercado de trabalho, passa a ser tratado como inimigo e como uma "ameaça à segurança" doméstica em países nos quais a substituição de trabalhadores por não humanos

é cada vez mais gerida por meio do policiamento dos próprios humanos, com o uso de robôs, drones e outros dispositivos. Ocorre que a massa de trabalhadores descartados pelo sistema capitalista – historicamente responsável pela miséria e pelo inchaço das megacidades do Sul Global – cresce também no hemisfério Norte. Em muitos centros metropolitanos, a taxa de trabalhadores permanentemente desempregados já representa uma parcela significativa da população. Trata-se de pessoas que não conseguem emprego e não possuem qualquer perspectiva de inserção no mercado de trabalho no curto, médio ou longo prazo. Por isso, são vistas pelo sistema capitalista como uma ameaça, o que o leva à implementação de mecanismos de controle e vigilância sobre esses grupos.

A implantação de drones militares e de sistemas de vigilância dronificados, inicialmente restrita a espaços periféricos do planeta – como áreas tribais do Paquistão, do Iêmen, da Somália e do Afeganistão, bem como aos territórios palestinos ocupados, em suma, territórios de disputa colonial –, torna-se hoje cada vez mais recorrente nas metrópoles e nos grandes centros econômicos do Norte Global, com o propósito de controlar a população excedente do capitalismo. Um número crescente de trabalhadores descartados do sistema de acumulação passa, então, a ser alvo das técnicas capitalistas contemporâneas de controle e vigilância, aplicadas de cima para baixo, de forma vertical no espaço, como parte de um programa de securitização da vida, processo este chamado por Ian Shaw (2016) de "dronificação da violência estatal".

Assistimos a uma nova era de caçada humana, na qual o policiamento aéreo – antes realizado com emprego de helicópteros policiais em cidades do Norte Global, como Los Angeles (DAVIS, 2009), ou na (semi)periferia do sistema capitalista, como São Paulo, Rio de Janeiro (MENDONÇA, 2019; 2022), bem como em tantas outras cidades do Sul Global, no contexto da guerra às drogas, do combate ao crime e da contenção de manifestações – passa agora a ser efetuado por meio do uso de drones. Se, até há pouco tempo, os helicópteros constituíam a tecnologia central do policiamento aéreo das megacidades (ADEY, 2010b), os drones passam, a partir de então, a compor uma nova técnica de segurança atmosférica.

A esse respeito, verifica-se que a dronificação do policiamento está produzindo uma sofisticada geografia de

segurança atmosférica do espaço doméstico, bem como uma reconfiguração dos grandes centros urbanos como campos de batalha. Em megacidades, do Norte ao Sul global, a dronificação dos mecanismos de securitização integra uma nova etapa de criminalização da pobreza e de gestão neoliberal de sociedade por meio da violência estatal. Com esse propósito, os direitos sociais dos trabalhadores vêm sendo sistematicamente atacados, ao mesmo tempo em que se aplica uma racionalidade punitiva por meio de mecanismo de guerra civil, caracterizado como uma espécie de guerra de todos contra todos na luta cotidiana pela sobrevivência.[9]

Sob essa análise, o drone policial surge como uma nova técnica de segurança atmosférica, operando de forma muito mais livre e sendo capaz de vasculhar e perseguir suspeitos ou rebeldes nas ruas e esquinas de favelas e de espaços segregados de qualquer cidade, inclusive com a capacidade de se infiltrar no interior de residências ou em acampamentos para policiar o excedente populacional – o novo precariado global. Como observa Chamayou (2015), os drones podem proteger, mas também saturar a atmosfera urbana. Neste último caso, o autor destaca que os enxames de drones policiais podem produzir efeitos psicológicos semelhantes aos de uma prisão na paisagem urbana. Em alguns lugares, populações excedentes, como a palestina, já estão submetidas à vigilância permanente por drones, que instauram a chamada segurança atmopsicológica, ou o terror aéreo, a partir do controle do espaço aéreo atmosférico. Trata-se de um dispositivo que visa atingir as condições existenciais dessas populações, destruindo seus habitats de cima para baixo. Estamos, portanto, diante do atmoterrorismo: uma tecnologia de guerra atmosférica aplicada ao espaço e às suas formas de vida (ver Figura 2).

[9] Pierre Dardot *et al.* (2021) analisam essa fase como um ataque do sistema neoliberal ao proletariado – uma guerra em que a população excedente não é apenas descartada, mas também vigiada e combatida pelo Estado capitalista.

Figura 2 – Drone israelense ameaça palestinos na região de Hebron, na Cisjordânia



Fonte: "Sanaúd – Juventude Palestina", no Instagram, 5 de dezembro de 2023.

Nessa perspectiva, o policiamento realizado por drones já é, em muitas cidades, uma realidade da nova fase do capitalismo robótico, que integra formas de controle estatal tanto em países ocidentais quanto naqueles remanescentes do bloco socialista. Na China, país em que o governo define seu sistema como "socialismo com características chinesas" – um modelo híbrido que combina o controle político centralizado do Partido Comunista Chinês (PCC) com uma economia de mercado –, dispositivos de vigilância da vida pública são cada vez mais comuns. Seja socialista ou uma espécie de capitalismo atenuado sob controle do Estado chinês, lá também drones patrulham prédios corporativos, instalações governamentais e ruas de grandes centros urbanos (ver Figura 3).

Figura 3 - China usa drones com alto-falantes para patrulhar áreas urbanas e pedir às pessoas que usem máscara e evitem aglomerações.



Fonte: "Coronavirus: China usa drones com alto-falantes para pedir às pessoas que usem máscaras", BBC News Brasil, no Youtube, 7 de fevereiro de 2020.

No entanto, a dronificação e a implantação de sistemas de vigilância e de securitização da vida não se restringem às ações do Estado e ao policiamento ostensivo, comuns em grandes centros urbanos. Em megacidades do Sul Global, como o Rio de Janeiro, traficantes de drogas já operam drones com propósitos de monitorar e vigiar a ação de grupos rivais ou da própria polícia nos territórios controlados pelas facções.

Essa nova fase de dronificação dos mecanismos de securitização, conduzida por grupos ilegais, vai além da simples gestão da pobreza não assistida pelo Estado. Atualmente, grupos de traficantes de drogas no Rio de Janeiro participam também da guerra urbana com o uso de recursos aéreos, controlando aeronaves não tripuladas. Essas facções utilizam drones civis adaptados para fins militares, por meio dos quais vigiam a ação de grupos rivais e até mesmo da própria polícia.

O baixo custo e a facilidade operacional dos drones contribuíram decisivamente para a expansão das fronteiras de uso dos drones militares, dos campos de batalha do Leste Europeu e do Oriente Médio ao espaço urbano do Sul Global. Dessa forma, os drones passam a integrar uma ampla dimensão da vida humana, constituindo um importante mecanismo atmosférico de violência e de

vigilância vertical. Na aplicação de políticas de guerra e de segurança de cima para baixo, produzem profundos efeitos psicológicos sobre suas vítimas e ameaçam formas de vida em diferentes ambientes.

Moradores de favelas e de espaços segregados do Rio de Janeiro, onde impera a insegurança de territórios em disputa, encontram-se agora sujeitos à ação violenta de drones que, ao sobrevoarem essas áreas, pairam sobre suas cabeças sem qualquer regulamentação ou regra aparente. Nessa nova fase da gestão da pobreza, realizada por meio da utilização de sistemas dronificados – sejam eles operados pelo Estado ou por grupos ilegais –, observa-se um espectro mais amplo de controle seletivo e programado do excedente populacional. Tal é a realidade a que assistimos no Brasil e no mundo: na Ucrânia, na Palestina, em qualquer lugar.

Considerações finais

O uso crescente de drones em contextos de guerra tem produzido um tipo particular de medo entre combatentes, marcado pela imprevisibilidade e pela constante sensação de vigilância. Diferentemente dos confrontos tradicionais, em que o inimigo é visível e localizado, os drones operam à distância, muitas vezes invisíveis no céu, capazes de atacar a qualquer momento, sem aviso. Essa presença difusa e permanente transforma o espaço em um ambiente de tensão contínua, onde não há retaguarda segura nem fronteiras claramente definidas entre zonas de combate e áreas seguras ou de descanso. Nesse sentido, os drones contribuem para a construção de uma verdadeira "geografia do medo", na qual o território é reorganizado não apenas por estratégias militares, mas também por processos e estímulos sensoriais para compreender o ambiente, que o cérebro interpreta como ansiedade, paranoia e insegurança, alterando profundamente a experiência espacial dos combatentes e a própria dinâmica da guerra contemporânea.

Diante desse cenário, o medo suscitado pelos drones também tem impulsionado a criação e o aperfeiçoamento de dispositivos de defesa e interceptação, inaugurando uma nova corrida tecnológica no campo militar. Sistemas de bloqueio de sinal, armas de energia dirigida, radares de curto alcance e até drones interceptadores passaram a ser amplamente empregados para detectar, neutralizar

ou derrubar ameaças aéreas não tripuladas. Além disso, equipamentos de vigilância avançada, como sensores acústicos e câmeras térmicas, são incorporados para ampliar a capacidade de monitoramento do espaço aéreo em baixa altitude. Esses dispositivos não apenas buscam reduzir a vulnerabilidade dos combatentes, mas também reconfiguram o próprio campo de batalha, tornando-o ainda mais tecnologicamente mediado e denso em infraestruturas de controle. Assim, a geografia do medo se expande e se complexifica, pois, ao mesmo tempo em que tenta conter a ameaça dos drones, multiplica os aparatos de vigilância e defesa, intensificando a sensação de um ambiente permanentemente monitorado e potencialmente hostil.

Por fim, a ampliação do uso de drones evidencia uma ameaça que ultrapassa o campo de batalha e se estende às cidades e áreas civis, inserindo-se em uma lógica mais ampla de repressão e controle. Esses dispositivos, ao combinarem vigilância constante com capacidade letal, tornam combatentes e populações igualmente vulneráveis a ataques precisos e muitas vezes desproporcionais, dissolvendo as distinções entre zonas de guerra e espaços cotidianos. Nesse contexto, os drones passam a integrar um aparato técnico que reforça práticas de monitoramento contínuo, coleta de dados e intervenção à distância, alinhadas a interesses estratégicos e econômicos de manutenção da ordem. Assim, a disseminação dessas tecnologias contribui para a consolidação de um modelo de controle e violência dirigida contra as classes pauperizadas, que vivem nos grandes centros urbanos. Esse modelo de dronificação da segurança, intensifica a insegurança generalizada, produzindo territórios marcados pela permanente exposição ao risco e pela naturalização da vigilância como elemento estruturante da vida social.

Referências bibliográficas

ADEY, Peter. **Aerial life**: spaces, mobilities, affects. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010a.

_____. Vertical security in the megacity: legibility, mobility and aerial politics. **Theory, Culture and Society**, v. 27, n. 6, p. 51-67, 2010b.

ALLINSON, Jamie. The necropolitics of drones. **International Political Sociology**, v. 9, p. 113-127, 2015.

CHAMAYOU, Grégoire. **Teoria do drone**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

DARDOT, Pierre. [*et al.*]. **A escolha da guerra civil**: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Boitempo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GRAHAM, Stephen. Cities as strategic sites: places annihilation and urban geopolitics. In: _____(Org.). **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004a. p. 31-53.

_____. **Cities under siege**: the new military urbanism. Londres: Verso, 2011.

_____. Constructing urbicide by bulldozer in the occupied territories. In: _____. **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004b. p. 192-213.

GUNTER, Joel. 'Dronefobia': o trauma de soldados que retornam da guerra na Ucrânia. **BBC News Brasil**, 2 ago. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c707q7z9kl8o>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENDONÇA, Márcio José. **Batalha de Gaza**: Israel vs Palestina. São Paulo: Ed. do autor, 2026.

_____. **Espaço de batalha e urbicídio na cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Dialética, 2022.

_____. Geografia do policiamento aéreo nas metrópoles brasileiras. **GeoTextos**, v. 15, n. 1, p. 89-11. jul. 2019.

_____. **Guerra dos drones**: análise e perspectiva do campo de batalha. São Paulo: Dialética, 2025.

SHAW, Ian G.R. Predator Empire: the geopolitics of U.S. drone warfare. **Geopolitics**, v. 18, n. 3, p.1-18, 2013.

SHAW, Martin. New wars of the city: relationship of "urbicide" and "genocide". In: GRAHAM, Stephen (Org.). **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004, p. 141-153.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **As big techs e a guerra total**: o complexo militar-industrial-dataficado. São Paulo: Hedra, 2025.

SLOTERDIJK, Peter. **Terror from the air**. New York: Semiotext, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

A Geografia Econômica dos Mercados Ilegais: o controle miliciano do transporte por vans na cidade do Rio de Janeiro

The Economic Geography of Illegal Markets: Militia Control of Van Transportation in the City of Rio de Janeiro

Thiago Sardinha
thiagosarddinha@gmail.com
Doutor em Ciências Sociais no Programa de Pós de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS – UFRRJ).
Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de transformação do transporte por vans na cidade do Rio de Janeiro, que passou de uma atividade informal — exercida sobretudo por trabalhadores desempregados a partir da década de 1990 — para uma mercadoria ilegal e ilícita sob controle de milícias e outros grupos armados no espaço urbano carioca. Busca-se examinar de que modo o aumento do desemprego naquele período contribuiu para a inserção de parcela significativa da força de trabalho no mercado informal, tendo o transporte alternativo como uma de suas principais ocupações. Argumenta-se que a expansão e a consolidação dessa modalidade favoreceram sua apropriação por circuitos ilícitos de acumulação, convertendo-a em fonte ilegal e altamente lucrativa, especialmente no caso da milícia conhecida como Liga da Justiça, atuante na Zona Oeste da cidade.

Palavras-chave: Geografia Econômica, Mercados Ilegais, Milícias, Transporte por Vans, Território.

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract
This article aims to analyze the transformation of van transportation in the city of Rio de Janeiro, which evolved from an informal activity—carried out primarily by unemployed workers beginning in the 1990s —into an illegal and illicit trade controlled by militias and other armed groups in the urban landscape of Rio de Janeiro. It seeks to examine how rising unemployment during that period contributed to the entry of a significant portion of the workforce into the informal market, with alternative transportation serving as one of their primary occupations. It is argued that the expansion and consolidation of this mode of transport facilitated its appropriation by illicit accumulation networks, transforming it into an illegal and highly lucrative source of revenue, particularly in the case of the militia known as the Liga da Justiça, which operates in the city's West Zone.

Keywords: Economic Geography, Black Markets, Militias, Van Transportation – Territory.

A Geografia Econômica dos Mercados Ilegais

A Geografia Econômica constitui um campo fundamental para a análise das dinâmicas econômicas e políticas que estruturam o espaço. Seja por meio de abordagens teóricas, seja por investigações empíricas, essa área busca compreender como atividades produtivas, fluxos de capital, relações de poder e violência se organizam espacialmente. Nesse contexto, torna-se imprescindível atentar para uma dimensão frequentemente marginalizada nas análises tradicionais: os mercados ilegais, que desempenham papel significativo na configuração social, econômica e territorial do espaço urbano periférico. Busca-se nessa seção trazer para a ordem do dia a discussão dos mercados ilegais.

Misse (2006)[1], analisa os mercados ilegais como sistemas organizados de atividades econômicas que operam à margem da legalidade, mas que mantêm relações constantes com o Estado, agentes públicos e o mercado formal. Para o autor, essas práticas não devem ser compreendidas apenas como ações criminosas isoladas, mas como redes estruturadas, baseadas em trocas, hierarquias e formas específicas de regulação social. Ainda segundo Misse, os mercados ilegais se sustentam por meio da produção social da ilegalidade, isto é, pela forma como determinadas práticas passam a ser criminalizadas e associadas à repressão, enquanto outras permanecem toleradas ou invisibilizadas. Nesse processo, ocorre a mercantilização da violência e da proteção, na qual grupos armados e agentes corruptos passam a controlar territórios, serviços e fluxos econômicos. "Faz parte do jogo político diferenciar os ilegalismos para melhor administrá-los, sendo assim, alguns são tolerados e outros não" (Foucault, 2011. p. 258)

[1] Misse (2006) ainda irá explorar o conceito de "mercadorias políticas", que se refere a bens, serviços ou vantagens que circulam em mercados informais ou ilegais, cujo valor não é econômico no sentido estrito, mas deriva do controle de recursos de poder. Essas mercadorias são produzidas e negociadas a partir da capacidade de agentes (estatais ou não) de administrar ilegalidades, suspender a aplicação da lei, oferecer proteção, garantir impunidade ou impor coerção.

Telles (2010) analisa o mercado informal a partir da noção de um "limbo" entre o legal e o ilegal, no qual se situam práticas econômicas que não se enquadram plenamente nem na legalidade institucional nem na criminalidade explícita. Para a autora, essas atividades constituem formas de sobrevivência e inserção econômica que emergem em contextos marcados pela precarização do trabalho, pela desigualdade social e pela fragilidade das políticas públicas. Segundo Telles (2006), esse espaço híbrido é caracterizado pela convivência entre normas formais, regras informais e negociações cotidianas, produzindo uma zona cinzenta na qual o lícito, o ilícito e o marginal se entrelaçam. Nesse contexto, trabalhadores informais, pequenos comerciantes e intermediários constroem estratégias para garantir renda e proteção, frequentemente mediadas por redes locais de sociabilidade, favores e acordos.

Vera Telles (2010) ainda destaca que o Estado não está ausente desse processo, mas atua de forma ambígua, ora tolerando, ora reprimindo essas práticas, o que contribui para a instabilidade jurídica e social desses grupos. Essa atuação seletiva reforça a permanência do limbo legal-ilegal, ao mesmo tempo em que limita as possibilidades de formalização e mobilidade social. Além disso, Telles (2010) argumenta que o mercado informal não deve ser compreendido apenas como expressão de "atraso ou desorganização", mas como parte constitutiva do funcionamento contemporâneo das economias urbanas. Ele integra circuitos econômicos mais amplos, articulando-se com empresas formais, agentes públicos e mercados ilegais, revelando a porosidade entre diferentes esferas da vida social. Dessa forma, a autora evidencia que o informal, o ilícito e o marginal não são dimensões separadas, mas elementos interdependentes na produção das desigualdades urbanas e das formas precárias de inserção no trabalho. Este argumento se aproxima com o que Maricato (1995, p.31) vai dizer sobre periferias no capitalismo periférico, quando aponta que

> A evolução urbana no Brasil contrariou a expectativa de muitos, da superação do atraso, do arcaico e da marginalidade, pelo moderno capitalista. O processo de urbanização, acelerado e concentrado, marcado pelo "desenvolvimento

> moderno do atraso", cobrou, a partir dos anos 80, após poucas décadas de intenso crescimento econômico do país, um alto preço, através da predação ao meio ambiente, baixa qualidade de vida, gigantesca miséria social e seu corolário, a violência.

Segundo Veena Das e Deborah Poole (2004) acerca do papel do Estado nas margens, nessas áreas o Estado não opera exclusivamente por meio da legalidade formal, mas através de negociações, exceções, arbitrariedades e práticas informais. A lei, nesses contextos, é constantemente reinterpretada, suspensa ou aplicada de maneira seletiva, produzindo uma zona de "indeterminação entre o legal e o ilegal". As autoras destacam ainda que o Estado é produzido e reproduzido nas interações diárias entre agentes públicos e populações subalternizadas. Assim, a coerção e a precariedade tornam-se dimensões estruturantes da relação entre Estado, população e ilegalismos.

Atuar no mercado informal (esse limbo legal-ilegal, ilícito e marginal) é uma tarefa complexa e muitas vezes perigosa, pois envolve uma diversidade de atores urbanos cujas posições lhes garantem vantagens no jogo de poder. Nesse cenário, agentes do Estado, como fiscais, legisladores, forças policiais, guardas municipais e até mesmo o executivo, disputam influência na teia dos ilegalismos ao lado de trabalhadores informais, cooperativas e lideranças armadas locais[2]. A forma como determinada mercadoria circula será decisiva para os mecanismos de propagação da violência e, consequentemente, para a atuação das milícias e outros grupos armados na Zona Oeste. É junto a esse mercado e através dele que outros mercados ilegais se propagam ou surgem, daí a necessidade de dedicar maior atenção ao mercado das vans. Que serviu de importante vetor de expansão territorial da milícia Liga da Justiça.

[2] Liderança armada local constitui o perfil violento territorial, nascida e criada na localidade onde exerce seu controle. Geralmente, possui prestígio e apoio social vinda dos moradores que não o vê como uma figura violenta, porém, necessária para manter a "segurança e a ordem local". Antes dos grupos armados, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, era comum a presença de uma liderança armada nos loteamentos, favelas e bairros.

Para realizar este trabalho, analisamos jornais antigos de circulação regional e entrevistas com moradores novos e antigos dos bairros por onde essa trama ocorreu[3]. Análise que se encontra na próxima seção.

O transporte por vans e a saída informal para o desemprego

É impossível percorrer o Rio de Janeiro sem notar a presença marcante das vans circulando pelas ruas, avenidas ou estacionadas em diferentes pontos. Atualmente consolidadas como modalidade de transporte legalizado,[4] em itinerários específicos da capital e região metropolitana, essas vans carregam uma história complexa. Sua trajetória foi marcada por conflitos violentos, com grupos milicianos e lideranças armadas disputando o controle desse lucrativo mercado de transporte.

Paradoxalmente, representavam também uma alternativa crucial para trabalhadores desempregados que viam nesse serviço uma oportunidade imediata de subsistência. Enquanto isso, o poder público, prefeitura e governo estadual, aliado às empresas de ônibus, buscavam erradicar essa modalidade de transporte informal. Assim, o transporte que hoje é vital para favelas e periferias tornou-se palco de um triplo conflito: a luta por sobrevivência dos trabalhadores informais, a ganância dos grupos armados milicianos pelo controle do negócio e para fins de expansão territorial, e os interesses políticos e empresariais que privilegiavam um sistema de transporte coletivo ineficiente.

[3] Ainda sobre a consulta aos jornais antigos, foram feitas pesquisas nos jornais O Globo e Jornal Extra, cujo recorte temporal foi de 1990 a 2005. Na busca do acervo desses jornais foram utilizadas as palavras-chave: "transporte pirata", "Kombi pirata", "transporte alternativo", "transporte por vans" e "máfia das vans". Quanto às entrevistas, optamos por utilizar interlocutores e trechos que mais couberam no contexto analisado.

[4] A primeira regulamentação do uso de vans e kombis no município do Rio de Janeiro data de junho de 1996, quando foi autorizado o seu uso no transporte escolar, de deficientes, de turistas e de pessoas para espetáculos artísticos. Em março de 1997, estabelece-se um marco de negociação, no âmbito estadual, que permite a circulação, realizada neste tipo de veículos, com algum grau de legalidade (Mamani, 2004).

No decorrer desta pretende-se explorar o surgimento das linhas de transportes por vans passando por Topics, Towers e Kombis, até se tornarem objeto de expansão e exploração territorial do grupo miliciano conhecido como liga da justiça, que partia de Cosmos para outros bairros da Zona Oeste. Como que este grupo miliciano atingiu quase a totalidade do controle da circulação de vans na Zona Oeste do Rio de Janeiro?

No dia 19 maio de 1996 o jornal O Globo publica uma matéria sobre a ilegalidade das vans em Niterói. A matéria destaca que a legalização das vans só ocorreria em 1997. Durante a matéria é explicado que vans do tipo furglaine estão realizando o transporte de passageiros e escolar sem identificação. Ao todo seriam 800 carros circulando pela cidade[5]. Esta é uma das primeiras reportagens (senão a primeira) a documentar o surgimento das vans oferecendo o serviço público de transporte de passageiros. Em seguida, outras reportagens são registradas alertando para o problema do crescimento das vans oferecendo o serviço e disputando passageiros com as empresas de ônibus.

Esse período coincidiu com a intensa onda de privatizações de empresas estatais no Brasil realizada pelo Governo de Fernando Henrique (1994-2002), que resultou na dolorosa extinção de milhares de postos de trabalho e na perda da estabilidade empregatícia por parte dos trabalhadores. Diante do desemprego estrutural, muitos profissionais viram-se obrigados a migrar para a economia informal[6] como única alternativa para garantir sua subsistência e de suas famílias. Nesse contexto, o transporte por

[5] MELLO, Marcelo. Uma Ilegalidade com Prazo Determinado. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1996. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acesso em: 10 de março 2022.

[6] A volta à tona da informalidade, a partir de meados da década de 80, difere do antigo debate dividido em dois aspectos principais: a informalidade não seria mais, apenas, um problema típico do Terceiro Mundo, e as mudanças na estrutura produtiva, surgidas como consequência da crise de 70, adoção de novas tecnologias, terceirização, flexibilização, além da retração do Estado de Bem-estar Social, desregulamentando o mercado de trabalho, alçaram o trabalho informal como alternativa válida para a geração de renda (Mamani, 2004.p. 10).

vans emergiu como uma opção, embora restrita a apenas aqueles que já possuíam um veículo próprio, cujo valor, à época, representava uma barreira significativa.

No início, poucos conseguiam ingressar nessa atividade, algo que vai mudando até o início dos anos 2000. Conforme explica Mamani (2004), as transformações no mercado de trabalho, a partir de reformas na administração pública e a reestruturação produtiva, foi criado no governo Collor de Melo e também aplicado por FHC, os denominados Planos de Demissão voluntária (PDV's), que foram determinantes para o impulso da informalidade e o crescimento do mercados das vans: "As vans surgiram também numa brecha deixada pelo governo, que incentivou a demissão voluntária, estimulou milhares de trabalhadores a largarem seus empregos" (Mamani, 2004, p.8).

Quanto a isso Santos (2008), vai chamar de funcionamento dos circuitos superiores e inferiores da economia a partir de um processo de modernização. O discurso do período era que as privatizações seguiam o modelo global da economia de mercado, isto é, uma espécie de modernização em países da periferia do capitalismo (Terceiro Mundo). Com isso, são formados circuitos superiores e inferiores da economia. Sendo o superior àquele com contatos e utilização do que há de mais avançado tecnologicamente, enquanto o inferior tendo que se virar em uma economia subqualificada, com subemprego e precariedade. Ambas, porém possuem uma combinação necessária para o seu funcionamento. "No último circuito (o inferior), vai o da classe marginal (marginalizada) que procura sobreviver graças aos empregos não-qualificados, serviços domésticos, pequenos ofícios, assistência social e da caridade". (Santos, 2008, p. 49).

Circulavam na cidade nesse período três tipos de vans: Topic Full, Tower e Besta. A Topic e a Tower eram da fabricante Asia Motors, enquanto a Besta pertencia a Kia Motors. Em termos de capacidade a Topic era que possuía transportar mais passageiros, 15 no total. A Besta, 12 e Tower 8. O valor de cada uma era bem elevado para o período. A Topic custava 34 mil reais; a Tower 12, 700 mil reais e a Besta 29 mil reais[7]. Mesmo com os preços dificultando o acesso, o

[7] Jornal O Globo, 31 de Julho de 1997. Acessado em 14/05/2023.

que se viu no período era uma quantidade de trabalhadores que não possuíam habilitação para transporte de passeio e muito menos carteira de motorista. Consequentemente, acidentes com vans eram comuns, contribuindo ainda mais para que a pressão para sua proibição aumentasse.

É interessante destacar que os itinerários neste período eram os mais imprevisíveis possíveis, em alguns casos seguiam o trajeto dos ônibus, em outras nasciam do zero. Na Zona Oeste, por exemplo, havia uma linha que ia de Santa Cruz ao Castelo (centro do Rio) durante o dia. As estimativas publicadas na imprensa, era que havia ao todo no Rio de Janeiro e Região Metropolitana 8.500 vans realizando o transporte de passageiros.

Em pouco tempo, as Vans de Lotada[8] tomaram conta da cidade, impulsionadas pelo desemprego galopante decorrente da política econômica de FHC. Esse fenômeno representava, na verdade, uma nova fase do neoliberalismo à brasileira. Logo, a imprensa passou a publicar matérias destacando os supostos perigos desse transporte, além de seu impacto no trânsito e na circulação dos ônibus, evidenciando assim, uma aliança entre o setor de comunicação com os interesses das empresas de ônibus.

Com a proliferação das vans, que paravam em pontos aleatórios e disputam passageiros com os ônibus, cresceu o descontentamento dos empresários, que pressionaram o poder

[8] Vans de Lotada foi uma das primeiras menções a atividade, porém, outras também foram utilizadas como 'transporte complementar" e "transporte alternativo" e "sistema suplementar de transportes". Estes termos eram utilizados com frequência em contrapartida do chamado "transporte de massa". No final das contas transporte alternativo prevaleceu. Segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP). O transporte clandestino - feito à margem da regulamentação - tem aumentado muito no Brasil. Ele é realizado geralmente por meio de veículos de pequeno porte - peruas ou vans - que transportam passageiros entre regiões periféricas e terminais de ônibus/trem/metrô, ou diretamente para destinos centrais. O aumento desta forma de transporte e sua aceitação pelo público estão ligados às deficiências do transporte regulamentado, no que tange à oferta espacial e temporal. Existe controvérsia a respeito de como encaminhar o problema, na medida em que este transporte se disseminou, ocupando fatia importante da demanda (ANTP, 1997. p. 145)

público por medidas regulatórias. Em resposta, a prefeitura do Rio de Janeiro intensificou as blitzes para coibir a circulação desses veículos, tarefa sob responsabilidade da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU), órgão encarregado da fiscalização do transporte irregular. Seguindo esta estratégia, empresários, poder público e meios de comunicação se esforçaram para empurrar os trabalhadores de vans de lotada para ilegalidade e marginalidade, embora tenha ocorrido tentativas de cooptação e legalização, boa parte do funcionamento deste setor de ocupação ficou mesmo na informalidade, ilegalidade e marginalidade. Mamani (2004) explora o fenômeno como sendo uma cruzada contra os transportes informais, e é encarada como uma luta contra a desregulação. A legalização e, até mesmo, a tolerância, significaria permitir a livre concorrência sobre um serviço que não se presta ao mesmo tratamento de uma "mercadoria comum".

Nesse contexto, o Poder Judiciário exerceu papel relevante nas disputas em torno da legalidade do transporte alternativo por vans, ao emitir decisões liminares que alternavam entre a proibição e a autorização de sua circulação, produzindo instabilidade jurídica e tensões entre trabalhadores e opositores do serviço. Muitos condutores já se encontravam organizados em cooperativas, que atuavam como instâncias de representação coletiva do setor informal, algumas originadas ainda no período em que esses veículos eram destinados predominantemente ao transporte escolar. Conforme aponta Mamani (2004), a formação de cooperativas, associações e sindicatos também atendia às diretrizes da Associação Nacional de Transportes Públicos, ao oferecer suporte jurídico diante de multas e apreensões, além de fortalecer a luta pela regulamentação da atividade. Paralelamente, estruturam-se redes de intercâmbio de favores políticos que asseguravam respaldo parlamentar aos trabalhadores do transporte alternativo.

Era inevitável que a população rapidamente aderisse a esse novo meio de transporte em substituição aos táxis. No Rio de Janeiro o fenômeno apenas adquiriu visibilidade (como problema) a partir de 1996, quando se tornou tema de debate na imprensa. No mês de abril do mesmo ano a questão foi posta em evidência a partir de mobilização do Sindicato de Motoristas de Táxi do Rio de Janeiro (Mamani, 2004). Além do preço mais acessível, os usuários

perceberam que as vans ofereciam rotas mais convenientes, passando próximas às suas residências.

No final da década de 1990, a disputa pelo transporte urbano no Rio de Janeiro havia se consolidado como um complexo jogo de forças. De um lado, vans, empresas de ônibus, a SMTU (poder público) e a imprensa travavam uma batalha não apenas pelo espaço físico nas ruas, mas pelo controle da narrativa, discutindo se as vans representavam um serviço legítimo ou uma atividade marginal. Nesse cenário, a prefeitura tentou mediar os interesses conflitantes implementando um sistema de cadastramento das vans através da SMTU[9]. No entanto, essa estratégia revelou-se ambígua: ao legalizar apenas uma parcela reduzida dos veículos, transformava automaticamente todas as demais em alvos da fiscalização. O objetivo era reduzir progressivamente o número de vans em circulação. O plano, contudo, fracassou. Paradoxalmente, enquanto a quantidade de vans só aumentava nas ruas cariocas, a imprensa as retratava cada vez mais como atividade marginal, o que, por sua vez, justificava o aumento da repressão.

O cenário do transporte informal no Rio de Janeiro apresentava distintas modalidades de veículos, cada qual com suas particularidades operacionais. Enquanto as vans do tipo Topic e Besta realizavam trajetos mais extensos, a Tower – menor e mais ágil - dedicava-se a percursos curtos. Curiosamente, esta última era frequentemente adaptada para o comércio ambulante, especialmente na venda de cachorro-quente em praças e pontos estratégicos. A situação, já complexa, tornou-se ainda mais intrincada na virada do século, quando a cidade testemunhou a ascensão de um novo protagonista no transporte informal: as kombis. Mais acessíveis financeiramente que as vans, esses veículos rapidamente se tornaram a opção preferencial dos trabalhadores impactados pelo desemprego crescente e pela expansão da economia informal durante esse período. Rapidamente as kombis se proliferam pela cidade, preferencialmente, nas periferias, favelas e bairros na Zona Oeste e Zona Norte. Realizavam trajetos menores, independente se havia ônibus circulando ou não. Muitas inauguram trajetos novos entre bairros, principalmente bairros cuja referência espacial

[9] Jornal O Globo, 21 de Setembro de 2003. Acessado em 14/05/2023.

permitia possuir seu próprio centro comercial. Era o novo paradigma de cidades descentralizadas e policêntricas. As cidades, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro dos conflitos crescentes como o lugar geográfico e político das soluções (Santos, 2020).

Apesar das diferenças técnicas entre vans e kombis, ambos os veículos eram igualmente estigmatizados pelo poder público e pela imprensa, processo que transformou progressivamente essa atividade de mera informalidade para condição marginal. Para os trabalhadores do setor, tratava-se de suprir uma demanda essencial, ou seja, oferecer transporte em áreas negligenciadas pelo Estado em que o sistema de serviços persistentemente ignorava[10]. Essa dinâmica exemplifica também como populações, abandonadas pelas políticas públicas, criam soluções próprias para necessidades básicas, desde segurança até mobilidade urbana[11].

Nos anos de 2000, segundo a SMTU, havia mais de 2.500 Kombis circulando só na região de Jacarepaguá. Este recorte demonstra um pouco da dimensão crescente do transporte alternativo na cidade do Rio. Entretanto, para o Estado e outros setores sociais, como empresários e imprensa, era mais fácil sujeitar criminalmente do que compreender o motivo para tantas pessoas ingressarem no ramo do transporte informal, que era o desemprego no país (Misse, 1999). A abertura econômica ao capital estrangeiro, flexibilização do mercado de trabalho e as privatizações são eixos esclarecedores para compreender o fenômeno da informalidade[12] em

[10] "Trabalhadores informais foram capazes de confrontar todos os recursos jurídicos, políticos e legais e descobrir carências e falhas nos serviços regulares de transporte urbano" (Mamani, 2004, p.325).

[11] Este transporte atenderia apenas áreas inacessíveis, sem linhas regulares ou com baixa demanda. Mas a partir de 1995-1996 este transporte se expande com vigor inusitado, conformando uma nova geração de serviços informais, que passaram a disputar passageiros com ônibus regulares e táxis, inclusive nos centros urbanos e nos bairros de classe média. Intensificaram-se os antigos "informais" da periferia e das favelas (Mamani, 2004, p.323).

[12] Apesar de o IBGE ainda utilizar a categoria "Trabalho Informal", atualmente ele possui outras subcategorias para precisar melhor a

ascendência e do aumento de pessoas ingressando no transporte informal sob vans e kombis. O mercado de trabalho metropolitano entra no século XXI com uma taxa de 51% de informalidade (IPEA, 2002).

No início dos anos 2000 a capital do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana foi tomada pelas kombis. Primeiro a do tipo duas portas, em que correspondia também a pessoas que já possuíam o veículo para outras finalidades, mas que diante da crise econômica foram obrigados a transformar em instrumento de trabalho[13]. Enquanto se discutia a legitimidade do fenômeno, a fabricante Volkswagem lança no Brasil o modelo "Kombi 2000", cuja propaganda direcionada especificamente para trabalho com transporte de passageiros[14]. Consequentemente, mais Kombis circulavam pela cidade junto com a ambiguidade reinante: afinal kombis eram um transporte legal ou necessário? E aqui cabe referenciar a análise de Harvey (2003) a respeito da acumulação por despossessão. Em que a acumulação combina o funcionamento legal, informal e ilegal e violência territorial. O capitalismo, o autor, internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas.

Diante do aumento no número de kombis circulando pelas ruas, a SMTU implementou um plano de cadastramento de motoristas, que incluía a identificação dos veículos por meio de duas faixas adesivadas na carroceria, identificando o tipo de itinerário, se era intermunicipal e intramunicipal, por exemplo. Alguns municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro regulamentaram o crescente e mais recente tipo de transportes urbanos, embora não houvesse

complexidade do mundo do trabalho, como taxa de informalidade, setor informal etc.

[13] Um caso contemporâneo semelhante refere-se aos carros particulares que realiza transporte de passageiros através de aplicativos como Uber, por exemplo, e as motos que além de servir de transporte (Mototaxi), também são operadas para outras finalidades.

[14] "Além da formação deste "nicho de mercado", outros fatores são considerados importantes, tal como a ação da indústria automobilística nacional e estrangeira que incentiva o transporte "alternativo" mediante uma grande oferta de produtos e facilidades de pagamento" (Mamani, 2004, p.327).https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/07/20/rio-anuncia-medidas-de-prevencao-para-efeitos-do-el-nino.ghtml

padrões a serem seguidos, pois a responsabilidade era apenas do município que regulamenta. Assim, práticas desencontradas dificultam a compreensão da sua natureza e do seu alcance, impedindo também qualquer tipo de ação em conjunto objetivando uma integração metropolitana (Mamani, 2004).

No entanto, o processo se mostrou lento, burocrático e, em alguns casos, sujeito a interferências políticas. Essa ineficiência fez com que a imprensa passasse a enxergar esses veículos como "transporte pirata", uma categoria informal que, uma vez consolidada, levou o poder público a intensificar a repressão[15]. Diante do problema, a prefeitura e o governo do estado uniram forças, e a SMTU, em parceria com o Departamento de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro (Detro), passou a realizar operações conjuntas para retirar vans e kombis irregulares das ruas. Em agosto de 2005, uma extensa reportagem do Jornal O Globo estimou que o Rio já tinha mais de 18 mil vans e kombis piratas em circulação, contra apenas 7 mil regularizadas[16], enquanto o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos em Transportes Alternativos do Estado (Sintral) afirmava ter 24 mil kombis e vans circulando. Mesmo que algumas medidas institucionais estivessem sendo tomadas, era incompatível com a velocidade de crescimento das vans e kombis.

No entanto, mesmo com as medidas de fiscalização, repressão e regularização, as vans e kombis continuavam na disputa por espaço no trânsito com os ônibus. Em alguns casos, certas empresas devolveram a concessão à prefeitura alegando que não conseguia

[15] "A estratégia dos empresários de ônibus tem sido dar ênfase aos aspectos técnico-racionais dos transportes. Estes empresários reforçaram os vínculos institucionais que lhes permite pronunciar o "discurso competente" através de um órgão legítimo: a Associação Nacional de Transporte Públicos (ANTP), que congrega instituições governamentais, entidades patronais e instituições de pesquisa da área da engenharia de transportes" (Mamani, 2004, p.324)

[16] SCHMIDT, Selma. *Fiscalização Montará 13 Barreiras para Reprimir vans e Kombis Piratas: objetivo é tirar de circulação a cada mês 2 mil veículos clandestinos.* **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro 9 de Agos de 2005. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acesso em: 14 de Maio de 2023.

manter-se na disputa por conta da quantidade de kombis e vans serem maior do que a quantidade de ônibus numa determinada linha.

A SMTU mantinha suas operações de fiscalização, apreendendo vans e kombis irregulares, mas novas frotas continuavam a surgir, oferecendo serviços em diferentes rotas. Em algumas linhas, era necessário estabelecer turnos de trabalho devido ao crescente número de trabalhadores desempregados que ingressavam nessa atividade informal e ilegal. Embora fosse uma solução emergencial para o desemprego, a imprensa persistia em estigmatizar essa atividade como ilegal e inconcebível.

Em setembro de 1997, representantes de 82 cooperativas do Estado do Rio de Janeiro, organizados na Confederação Nacional de Transporte Alternativo (Convan), elaboraram sua própria (auto) regulamentação[17]. Em seus princípios regulativos estavam a fixação de itinerários; pontos de parada; tarifa única; horários e, até mesmo, o uso de uniformes pelos motoristas. Além disso, constava no regulamento a contratação de 158 fiscais, além da fabricação de 12 mil placas de pontos de embarque e desembarque de passageiros. Exigiu-se, também, que os motoristas estivessem habilitados, com carteira de categoria D (profissional) e que todos os veículos tivessem tacógrafo (aparelho que registra a velocidade) e seguro de passageiros.

Nesse sentido e diante do crescimento desordenado da demanda por vans e kombis, os próprios trabalhadores do setor se organizaram para atender à necessidade em expansão, além de fortalecer a representação da categoria. Assim, surgiram cooperativas com o objetivo de estruturar o serviço e representar os profissionais do transporte alternativo em negociações com o poder público, seja municipal ou estadual. Na Zona Oeste, essas cooperativas geralmente adotavam o nome do bairro ou da linha de origem, ainda que operassem em outras rotas. A Cooperpedra, por exemplo, vinculava-se ao bairro Pedra de Guaratiba, mas também

[17]Jornal O Globo. ***Vans Fazem suas Próprias Leis no Rio: Sem regulamentação das autoridades, confederação cria pontos de parada e instala placas nas ruas. Rio de Janeiro***, Jornal o Globo, 9 de Set de 1997. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acesso em: 16 de nov. de 2025.

atendia a bairros vizinhos. Outras, como CooperOuro, Cooperprata, Cooperoeste, Coopersete, Coopermith e a Coopervida, seguiam a mesma lógica, consolidando-se como referências no transporte informal. Para ingressar nesse sistema, um novo motorista precisava procurar uma cooperativa em busca de linhas disponíveis ou negociar a sublocação com um dono de rota já estabelecido, muita das vezes os donos dessas rotas eram policiais militares, algum valente local armado ou um simples trabalhador que para descansar em determinado período arrendava seu veículo e a linha.

No entanto, a dificuldade em definir claramente o transporte de passageiros por vans e kombis perpetuava uma relação ambígua entre informalidade, marginalidade e ilegalidade. A dificuldade em regulamentar criava um cenário propício para o surgimento de mercados ilegais entre outros ilegalismos, muitas vezes controlados por grupos armados, lideranças locais violentas e até mesmo policiais militares[18]. Aos poucos a circulação deste mercado vai se transformando no que Telles (2010) chama personagem urbano, cada vez mais comum nas cidades brasileiras, que transita nas fronteiras borradas entre o informal e o ilegal ao longo de percursos descontínuos entre o trabalho incerto e os expedientes de sobrevivência mobilizados conforme o momento e as circunstâncias. Nesse sentido, um traço das mudanças que vinham ocorrendo no capitalismo global, mas que chegava ao Brasil com forte densidade, marcando a economia política brasileira e, portanto, os mercados legais, ilegais e até ilícitos. Estruturam-se como verdadeiras economias que se beneficiam das mutações do capitalismo contemporâneo, produção flexível e financeirização da economia (Harvey, 1978) nas condições de ultraliberalismo e redefinições das regulações estatais (Telles, 2010).

[18] "Se há porosidade nos âmbitos formal-informal, legal-ilegal, lícito-ilícito, isso não quer dizer indiferenciação entre uns e outros, pois é justamente nas suas dobras que se dão os agenciamentos políticos (corrupção, extorsão, repressão, violência e as várias modulações dos mercados de proteção, entre outros) que condicionam essa ampla circulação de bens, mercadorias, pessoas e populações itinerantes (Telles, 2010, p. 181).

A passagem de um serviço informal para uma mercadoria ilícita da milícia Liga da Justiça[19]

A cidade do Rio de Janeiro é marcada pela presença de lideranças armadas locais e grupos armados de diferentes espectros, mas que exercem práticas bastantes parecidas. Ao longo do tempo existiram diferentes grupos armados, como grupos de extermínio da Baixada Fluminense; a polícia mineira de Jacarepaguá, especialmente em Rio das Pedras; as lideranças armadas da Zona Oeste do Rio; e aos Esquadrões da Morte das décadas de 1960 e 1970 (Bicudo 1976; Burgos, 2002; Manso, 2020; Mello Neto, 2014; Brama, 2019; Hirata, Rocha e Santos Júnior, 2024; Alves, 2020; Burgos, 2002; Cano e Duarte, 2012; 2014; Sardinha, 2025; Huggins, 1998). É nesse contexto que na passagem dos anos de 1990 para 2000 surge um "novo" grupo armado denominado como "milícia[20]".

Essa milícia é uma síntese dos grupos armados citados acima, amalgamando práticas associadas a cada um deles. Por exemplo, a extorsão de comerciantes e moradores, que era uma prática comum da chamada polícia mineira que operava na favela do Rio das Pedras; o controle do mercado de segurança privada e o mercado do transporte por vans. Os grupos milicianos, em geral, demonstram influências de outros grupos armados, que por sua vez têm origens geográficas específicas antes de assumirem sua forma atual.

Nesse mesmo recorte temporal (1999-2000), na Zona Oeste do Rio de Janeiro, no bairro de Cosmos, surge uma milícia chamada Liga da Justiça. Esse grupo miliciano tinha como principais integrantes Aldemar Almeida dos Santos, ou Ademar, que foi

[19] Nesta seção será mobilizada a parte mais etnográfica da pesquisa em que foram coletadas informações através de entrevistas e interações com diferentes interlocutores sobre o objeto que analisamos para este trabalho. Além disso, é importante ressaltar que, nem tudo que é informal segue o caminho para o ilegal. Há nuances complexas entre essas fronteiras.

[20] ARAÚJO, Vera. ***Milícias de PM's Expulsam o Tráfico: Grupos de policiais assumem o controle em 42 favelas, mas há denúncias de abuso***. *O Globo*, Rio de Janeiro, edição de 20 de março de 2005, pp. 18. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/ consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020050320. Acesso em: 3 jan. 2022.

apelidado pelos moradores de "Batman"; além de Ademar havia o ex-policial Ricardo Teixeira, apelidado de "Robin". Após a morte de Ademar, Ricardo assume a alcunha de Batman, passando a se chamar de Ricardo Batman, sendo o principal responsável pela expansão do grupo para outros bairros. Tanto Ademar quanto Ricardo se aliam aos irmãos policiais Jerominho e Natalino, cujo interesse era explorar os territórios controlados por lideranças e grupos armados para exploração eleitoral. Em uma entrevista concedida ao Jornal El País, em 2018[21], ao serem soltos da prisão, Jerominho reafirma sua estratégia política: *""A gente dizia 'olha, a área lá tem um fulano [policial e miliciano] que não deixa vagabundo [traficante] entrar'. A gente ia fazer campanha política lá e era bem recebido"*

Durante muitos anos essa foi a fórmula de expansão territorial da liga da justiça pela região da Zona Oeste. Contudo, a mercadoria mais lucrativa foi o transporte por vans. Como examinaremos nesta seção.

As atividades de transportes de vans, empurrada para informalidade na disputa pela regulamentação entre os setores do poder público e os que tentavam sobreviver diante de uma economia em passos largos para fragmentação, será um vetor de transformações sociais na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Pois conforme Telles (2010), ilegalismos redefinem as tramas urbanas, as relações sociais e relações de poder em situações variadas. Este, em linhas gerais, foi o papel cumprido pelas vans para a trama da milícia Liga da Justiça.

No dia doze de dezembro de dois mil o jornal O Globo publica uma longa reportagem com características de reportagem policial e investigativa sobre "as máfias das vans". Nela Bottari (2000) aponta para um amplo mercado ilegal e ilícito de linhas de vans controlado por policiais militares.[22] Ao que ele chama de "máfia com práticas de extorsão por quem deveria combater o transporte clandestino". Dessa forma, antes de torna-se uma mercadoria lucrativa de grupos

[21] LANDAU, Lucas; ALESSI, Gil. ***Os Fundadores da Milícia Liga da Justiça Querem Reerguer seu Império Político (e cuidar dos netos)***. Jornal El País. 8 de Maio de 2019. Acesso em: 25 jun 2022.

[22] É importante observar que neste momento não havia reconhecidamente o termo milícia. Que terá sua primeira menção em uma reportagem em 2005.

armados e da milícia liga da justiça, o mercado de vans era explorado por policiais que em pouco tempo seriam integrantes de grupos milicianos.

Essa participação policial na disputa pelo mercado com outros atores denota uma particularidade interessante. O controle exercido pelo policial militar expressa a ambiguidade acerca de qual segmento ele representa nesta trama. Sendo ele agente do poder público e este participa diretamente da disputa, até então através da Detro e da SMTU, ou seus interesses privados convergindo em facções dentro da própria polícia. Aqui, é possível notar o braço legal-ilegal que a Telles (2010) discute sobre a gestão dos mercados ilegais e ilegalismos. O secretário de Segurança Pública da época, Coronel Paulo Alonso, destaca não apenas o controle territorial, mas também a extorsão e as mortes causadas pelos impactos da movimentação de um mercado em disputa:

> "Esses policiais são Xerifes dos negócios, a maioria nem sequer possui frota. Apenas cobram taxas para que os topiqueiros (motoristas de van tipo topic) possam operar na área. Muita gente vem sendo assassinada por conta da disputa por linhas. Estamos vivendo a mesma situação de quando o bicho disputava pontos na cidade". (Bottari, 2000)

O comentário do secretário deixa claro de forma enfática o controle territorial realizado por policiais militares seguindo interesses privados e menos o Estado. Conforme o mercado ilegal de transporte por vans e kombis ia se estabelecendo como um mercado ilegal, ao mesmo tempo um mercado de proteção e segurança crescia em paralelo, principalmente organizado e controlado por policiais militares. Portanto, começa a circular um importante mercado ilegal que aos poucos vai impactando em outros mercados, como o da proteção e segurança. Antes, porém, além das linhas de van serem uma mercadoria primordial, outras começam a operar de forma lucrativa, como adulteração de placas, extorsão de cooperativas e de motoristas, suborno de policiais responsáveis pelo trânsito.

Desta forma estava exposta o que ficou sendo retratado na imprensa do período como a "máfia das vans". Ou seja, tratava-se de

um mercado ilegal bastante lucrativo sendo assegurado por policiais com projeção de expansão territorial e controle. Fica claro, nesse contexto, a trajetória de uma atividade econômica desenvolvida no espaço urbano: as vans, que inicialmente surgiram como uma solução emergencial para o desemprego e a crise econômica, transformaram-se em uma ocupação informal. Posteriormente, tornaram-se objeto de disputa entre o poder público e os trabalhadores que dependiam dessa atividade para subsistência e, por fim, converteram-se em uma mercadoria rentável, circulando em um mercado ilegal e, muitas vezes, ilícito.

E onde há relações sociais mediadas por disputas de poder, emergem conflitos individuais e coletivos. No caso das vans, a competição por rotas e pela manutenção da circulação dependia da capacidade de cada agente em mobilizar os recursos necessários nesse jogo.

Nas disputas envolvendo representantes do poder público, em especial a SMTU, um diretor foi assassinado em 2003. O caso ganhou relativa repercussão devido à participação de um grupo de policiais no crime. Em 2000, no bairro de Bangu, quatros pessoas haviam sido assassinadas por conta das disputas violentas. Evidentemente, o principal motivo dos assassinatos estava ligado aos conflitos pelo controle do transporte de vans. É importante ressaltar que esses policiais não eram classificados como milicianos na época, embora suas ações apresentassem características que, posteriormente, serviriam para enquadrá-los nesse conceito. Entre essas práticas estavam a execução sumária, o controle de um mercado ilegal com defesa territorial e a extorsão sistemática de cooperativas de vans e motoristas.

Sobre a proteção, neste caso, não se tratava contra algum grupo armado rival, mas a proteção contra outros policiais que tentavam exercer sua função e, portanto, coibir a circulação de vans, principalmente em pontos clandestinos.

A proteção funcionava na prática pela capacidade de diálogo corporativo em negociar com o "colega" de profissão para evitar repressão aos seus protegidos. Muitas das vezes a mercadoria de troca era a propina, que curiosamente, acontecia de policial para policial. Este tipo de relação, é interessante observar, ocorria também quando algum policial com certo prestígio corporativo entre

os membros do grupo podia ter seu próprio negócio com a segurança de que nem o policial oficialmente poderia intervir e nem o grupo miliciano praticando pilhagem econômica. O conceito de pilhagem social, formulado por Franz Schandl (2015), refere-se a práticas de apropriação de recursos econômicos e sociais que ocorrem de maneira predatória em contextos de crise estrutural do capitalismo. Para o autor, a pilhagem não deve ser entendida apenas como crime comum ou desvio moral, mas como um sintoma de desagregação social mediadas pelo trabalho e pelo mercado formal. Essas dinâmicas não são externas ao capitalismo, mas expressões de sua própria crise, marcada pelo desemprego estrutural, precarização do trabalho e enfraquecimento das políticas de proteção social.

Esses homicídios constituíam apenas um prenúncio da escalada de violência que marcaria as disputas pelo controle das linhas de vans, tornando assassinatos cada vez mais frequentes no cotidiano dos moradores dos territórios em conflito. No caso da liga da justiça, a violência operava como instrumento estratégico de expansão de seus negócios ilícitos para outros bairros. Nesse contexto, a Avenida Cesário de Melo passou a ser conhecida como "via da morte", em razão dos recorrentes assassinatos de motoristas, a via era um eixo central da circulação do transporte alternativo por conectar bairros e favelas entre Campo Grande e Santa Cruz. As linhas de vans, assim como as de ônibus, convergem sobretudo para o centro comercial de Campo Grande, especialmente para o terminal rodoviário local, em cujo entorno há grandes estacionamentos que funcionavam como terminais informais para vans e kombis[23](Sardinha, 2026).

Para além dos serviços que já controlava no bairro de Cosmos e da notoriedade conquistada em outros locais, Ricardo Batman identificou no mercado de vans uma lucrativa oportunidade de expansão de seus negócios ilegais. Essa percepção estratégica o levou a reorientar tanto seus interesses quanto a atuação de seu grupo, passando a disputar o controle desse promissor mercado

[23] Sardinha, Thiago. ***Das lideranças locais armadas aos grupos armados na Zona Oeste do Rio de Janeiro: como nasceu a chamada milícia "Liga da Justiça"***. 2026. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026.

ilícito. Cabe observar aquilo que Feltram (2018) afirma sobre os mercados ilegais, ou seja, para todo mercado ilegal também será mobilizado mercados de proteção e regulação. E quando Ricardo Batman direciona sua atenção para as vans a observação de Feltram se torna eficaz e pertinente.

> "O que dava muito dinheiro de longe era as vans. Não tinha gatonet, nem nada. Bagulho era as vans. Ricardo cresceu o olho e geral foi com ele. Abraçaram a ideia...Toni, todo mundo." (Entrevistado - Ronaldo[24], 2024).

Cabe adentrar como estava configurada a regulação e proteção do funcionamento das vans neste momento. A maioria das linhas eram de propriedade de policiais militares e algumas lideranças armadas de bairro. A Liga da Justiça era integrada por uma porcentagem significativa de policiais além de possuir esquemas de propina e proteção com outros policiais que não participavam diretamente do mercado.

Normalmente, o policial dono da linha de van não trabalhava fazendo lotação e transporte de passageiros, a linha era arrendada a outro interessado que pagava uma taxa diária pela utilização do trajeto. Em alguns casos, o veículo (van ou kombi) era incluído na alocação, em outros, o motorista quem já possuía o veículo para "rodar" (termo usado que significava trabalhar com transporte alternativo). Para se ter uma ideia de como o mercado se ampliava, nesse contexto, em determinadas situações, o dono do veículo arrendava para uma terceira pessoa. Não havia problemas desde que os valores combinados fossem assegurados, principalmente o correspondente ao policial dono da linha. Este caso demonstra como que policiais no Rio de Janeiro são agentes operadores de mercados ilegais (Misse, 2007), ainda que haja uma defesa ou limitação territorial como fazem outros grupos armados.

As linhas de vans nesse período possuíam uma dificuldade para institucionalização de regras. Algumas até conseguiam via cooperativa, contudo, dependia muito mais das relações de poder e

[24] Nome fictício.

da demonstração de força do que do diálogo. Para se definir um trajeto exclusivo, por exemplo, a dificuldade se dava quando outras linhas precisavam utilizar deste mesmo trajeto, principalmente quando não tinha opção. Era o caso da Avenida Cesário de Melo, em que muitas linhas a utilizavam para perfazer seu trajeto, independente se fosse inaugurado pela linha de ônibus ou pelas vans.

A linha que simbolicamente possuía exclusividade no trajeto da Avenida Cesário de Melo era a de Santa Cruz que passa praticamente por toda sua extensão. Portanto, por causa do trajeto, os donos das linhas acreditavam possuir exclusividade na hora de parar nos pontos para o embarque de passageiros. No entanto, outras linhas dividem parte de seu trajeto com as vans de Santa Cruz porque 1) não havia opção, e depois 2) era a oportunidade de transportar mais passageiros, o que significava mais dinheiro para todos envolvidos no arrendamento. As vans que partiam de bairros cortados por importante via, em algum momento teriam que passar pela Cesário de Melo, daí que parece a questão para o mercado das vans: quem tinha a prioridade no embarque dos passageiros na parte em comum da Avenida Cesário de Melo? Hoje os trajetos estão mais claros e definidos, entretanto, para que chegasse a este ponto muitas brigas, discussões e mortes ocorreram. Pois, interferir no trajeto de alguém significava envolver, em partes, no negócio que não lhe pertencia, portanto, nas regras de convívio ainda não institucionais era motivo para a violência ser mobilizada como recurso de mediação de questões sociais.

Vans de outros bairros, como Paciência, Inhoaíba, Sepetiba etc. Precisavam passar por esses trajetos para que os passageiros tivessem a confiança tanto no trajeto quanto nos pontos de parada. A dúvida era se nos trajetos comuns as vans de diferentes linhas respeitavam quem tinha a prioridade. Daí que aparece uma atividade geradora de muitos conflitos e problemas: as “vassouradas”.

As "vassouradas" eram manobras realizadas pelos motoristas de van que consistiam em duas práticas principais: embarcar passageiros em pontos ou trajetos não autorizados em sua rota, ou interromper o percurso antes do destino. Como a maioria das linhas não era circular, ou seja, não retornava a um terminal central, cada rota possui pontos de início e fim específicos. A linha de Santa Cruz, por exemplo, tinha como terminal um estacionamento no centro do

bairro, enquanto na extremidade oposta, na Rodoviária de Campo Grande, as vans param em locais estratégicos para captar passageiros. Essa dinâmica gerava conflitos, pois motoristas com pontos fixos próximos à rodoviária, especialmente aqueles com estacionamento exclusivo, obtinham vantagem sobre os concorrentes que compartilham trechos do trajeto. Com o aumento de novas linhas, multiplicaram-se as vans estacionadas aleatoriamente ao redor da rodoviária, causando, em horários de pico, congestionamentos nas vias de acesso e nas proximidades do principal terminal do bairro. Valia tudo para garantir passageiros.

Para resolver os conflitos e regularizar as rotas, cooperativas e donos de linhas organizaram um sistema de fiscalização nos pontos estratégicos dos trajetos. Inicialmente, jovens ou adultos desempregados eram recrutados para monitorar as vans que burlam as regras acordadas, como a vassourada, por exemplo. Função que, com o tempo, foi sendo formalizada. Atualmente, o fiscal atua não apenas no controle das paradas, mas também na cobrança das tarifas, organização de horários e avisos de algum policial de trânsito não subornado multando quem para em local indevido. Além disso, quase sempre cada fiscal atuava representando o grupo armado ou policial que dominava a operação, portanto, nenhum dos motoristas podia desobedecer ao fiscal. Esse fiscal, era também responsável por negociar o valor do suborno caso algum policial fora do esquema estruturado fosse escalado para organizar o trânsito já muito congestionado.

Em uma das entrevistas Ronaldo revela que em Campo Grande havia um policial que era escalado para operar como guarda de trânsito, sempre em um local estratégico. Este policial estava ali não apenas para administrar o trânsito, mas também para multar aquele que descumprisse as leis de trânsito e as vans eram que mais descumpriam, fazendo de ponto de desembarque qualquer lugar que bem entendesse e neste caso se fizesse no plantão deste policial a multa seria aplicada. Para os donos e motoristas das vans seria um prejuízo enorme. Com isso, a solução que encontraram foi estabelecer um valor fixo por van para ser o valor do suborno. Nesta época em que Ronaldo relata o valor deste policial específico (com o passar do tempo os policiais iam sendo substituído por outro) era de 30 reais por van enquanto o policial estivesse exercendo o controle

do trânsito. O interessante, nesse sentido, era que os 30 reais eram por van de uma linha. Havia linhas que somente no turno da manhã eram entre 40 e 50 vans circulando.

> "Eu lembro daquele polícia. Aquele ali filho, hã, ganhou muito, mas muito dinheiro! Era muita Van na época. Santa Cruz, Gouveia, lá no Rio da Prata...Esse cara ganhou muito dinheiro, na moral." (Entrevistado – Ronaldo, 2024).

Para iniciar sua empreitada no mercado de vans, a liga da justiça criou uma linha própria, que tinha um duplo caráter: primeiro, estabelecia um novo trajeto ligando Cosmos a Cascadura, sob o número 875; segundo, complementava outras linhas que já faziam um percurso semelhante, como a que saía de Sepetiba até Cascadura. Ambas seguiam o itinerário de uma antiga linha de ônibus, que também operava com o mesmo número. Isto gerou um grande problema com outros operadores por conta do trajeto parecido com outras linhas e por não ter filiação com nenhuma cooperativa. Contudo, a linha do grupo do Batman permaneceu e, pior, ao invés de tentar regularizar a linha sob sua responsabilidade, Ricardo Batman tratou de iniciar a tomada do mercado de vans, começando por Santa Cruz, a mais lucrativa.

> O papo que rolava na época foi que os caras foram lá no estacionamento, geral armado e deram o papo: "a segurança das vans aqui agora é nossa". (Entrevistado - Valdecir, 2021).

E aqui cabe uma observação sobre o significado de "segurança" mencionado acima. Segurança contra a possibilidade de algum outro grupo ou policial tentar tomar alguma linha (paradoxalmente era exatamente o que estavam fazendo); segurança para que o funcionamento das regras não fossem descumpridas e segurança contra operação da prefeitura para coibir o transporte alternativo ou quando policiais trabalhando no trânsito e não aceitavam suborno.

Em Santa Cruz, Batman encontrou uma breve resistência de um outro grupo armado com participação policial, a liderança era de

Delson, que controlava as linhas de kombis e algumas topics[25]. Depois de algumas mortes de alguns membros do grupo, rapidamente a principal linha de van da Zona Oeste pertencia ao grupo armado Liga da Justiça. E neste caso o benefício era maior para Batman do que para Jerominho, já que, o trajeto não adentrava aos circuitos de moradia do bairro, pelo contrário, apenas no centro comercial. Todavia, não alterava em nada a possibilidade de lucro. E assim foi o movimento de tomada de outras linhas pelo grupo armado. E neste caso algumas delas beneficiam os interesses eleitorais de Jerominho.

A expansão territorial do grupo armado de Cosmos teve início com Aldemar, o primeiro "Batman". Posteriormente, o ex-policial Ricardo Teixeira Cruz aliou-se a ele, formando a dupla "Batman e Robin". Ambos compartilhavam o objetivo de controlar a segurança e os mercados ilegais, o que os levou a convergir interesses com Jerominho, político de Campo Grande cujo projeto eleitoral incluía a expansão de sua política de segurança. Juntos, formaram um grupo armado conhecido localmente como "Grupo do Ricardo Batman" ou "Os Caras do Posto" (Sardinha, 2025). Fora do território, ganhou notoriedade como a "Milícia Liga da Justiça", sendo apontada pela imprensa como a "maior milícia do Rio de Janeiro". Jerominho tinha a experiência de formar um grupo de policiais para fazer a segurança e expulsar o tráfico em parte de Campo Grande.

Considerações Finais

A trajetória do transporte de vans, passando de mercado informal para uma mercadoria ilícita, objeto de controle, exploração e expansão territorial, exemplifica o funcionamento de uma geografia econômica importante para o espaço urbano periférico da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, essa transformação não a torna intrinsecamente ilícita, uma vez que a atividade preserva dimensões formais e legais Nessa trama complexa, grupos armados e neste caso, os milicianos são destacados operadores dessa mercadoria.

[25] Nenhum dos interlocutores conseguiu confirmar se Delson era policial ou apenas um civil atuando como liderança local armada com controle de mercado ilegal.

Se por um lado o transporte por vans conseguiu ser uma saída de emergência (informal porque ainda era incipiente) para uma força de trabalho que perdia seu emprego e suas garantias trabalhistas por conta das privatizações, por outro, aos poucos, a demanda pelo serviço foi objeto de exploração informal por policiais agindo na ilegalidade. Com o aumento do desemprego, mais trabalhadores desempregados ingressaram, ao mesmo tempo, mais policiais e lideranças armadas entram na disputa pelo seu controle. Até que a lucrativa mercadoria se torna hegemonicamente marginalizada, sendo que agora, objeto de grupos armados, como a Liga da Justiça, grupo miliciano atuante na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

O que Jerominho e Natalino fizeram (importantes membros da Liga da Justiça), em linhas gerais, foi trazer um novo método de domínio territorial para a Zona Oeste, tentando superar a forma anterior, que era baseada em uma liderança local armada, fosse civil ou policial. Começando com Ademar, o Batman de Cosmos. Jerominho não via problema no seu método de realizar controle social. Pelo contrário, percebeu uma oportunidade para suas pretensões eleitoreiras. Com isso, negocia mercadorias ilícitas com Aldemar e Ricardo. Essas são duas chaves importantes para compreender a expansão territorial da Liga da Justiça: voto e transporte por van. Enquanto Batman pretendia a pilhagem social através do controle mercado de vans, Jerominho via uma forma de fincar sua política para receber votos. Esta "fórmula" funcionou por muitos anos.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio. ***Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense.*** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos. ***Transporte humano: cidades com qualidade de vida***. São Paulo: ANTP, 1997.

ARAÚJO, Vera. ***Milícias de PM's Expulsam o Tráfico: Grupos de policiais assumem o controle em 42 favelas, mas há denúncias de abuso***. *O Globo*, Rio de Janeiro, edição de 20 de março de 2005, pp. 18. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/ consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020050320. Acesso em: 3 jan. 2022.

BICUDO, Hélio Pereira. ***Meu Depoimento Sobre os Esquadrões da Morte***. Editora Pontes. São Paulo, 1976.
BOTARRI, Elenilce. ***"Máfia de Policiais Controlam Vans".*** Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2000. Acessado em: 20 de julho de 2023.
BRAMA, Leonardo. ***As Diversas Milícias do Rio de Janeiro: entre expansões, práticas e semânticas.*** 2019. Mestrado acadêmico (Dissertação em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
BURGOS, M. B. (Org.). (2002). ***A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca.*** Rio de Janeiro: PUC-Rio; Loyola.
CANO, Ignacio. ***Seis por meia dúzia? um estudo exploratório do fenômeno das chamadas milícias no Rio de Janeiro***. IN: CARVALHO, Sandra, et al. ONG Justiça Global: Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro.
CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. Milícias, pp. 325-333, In: Renato Sérgio de LIMA, José Luiz RATTON, Rodrigo GHIRINGHELLI DE AZEVEDO (orgs.), ***Crime, polícia e justiça no Brasil***, Contexto, v. 1, São Paulo, 2014.
CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. ***No Sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011].*** Fundação Heinrich Boll, Rio de Janeiro, 2012.
DAS, Veena; POOLE, Deborah. ***El Estado y Sus Márgenes. Etnografías Comparadas***.
DIAS DE ANTÔNIO, Mariana. ***"Outro Fuzilado Pelo Esquadrão": o Esquadrão da Morte no Última Hora Carioca (1968-1969).*** Aedos, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p. 170-193, Dez. 2018.
FELTRAN, Gabriel. ***Irmãos: uma história do PCC***. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 2018.
FOUCAULT, Michel. ***Vigiar e Punir.*** Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
HUGGINS, Martha K. ***Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina***. São Paulo.
LANDAU, Lucas; ALESSI, Gil. "***Os Fundadores da Milícia Liga da Justiça Querem Reerguer seu Império Político (e cuidar dos netos)***". Jornal El País. 8 de Maio de 2019. Acessado em: 25 de jun. 2022.
MAMANI, Hernán Armando. ***Alternativo, informal, irregular ou ilegal? O campo de lutas dos transportes públicos.*** In: RIBEIRO,

Ana Clara Torres (org.). **El rostro urbano de América Latina / O rosto urbano da América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2004. p. 304–321.

MANSO, Bruno Paes. ***A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro.*** São Paulo: Todavia, 2020.

MARICATO, Ermínia. ***Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.*** São Paulo: Hucitec, 1995.

MELLO NETO, David Maciel de. ***Esquadrão da Morte: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987)***. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MELLO, Marcelo. ***Uma Ilegalidade com Prazo Determinado.*** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1996. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acessado em: 10 de março 2022.

MISSE, Michel. ***"Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos".*** Brasília. Anuário Antropológico. v.35, n.2: 89-107. 2010.

MISSE, Michel. ***Malandros, Marginais e Vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.*** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. ***Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro.*** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 19–37, 2006. Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Milton. ***A Urbanização Brasileira***. Editora Unesp. São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. ***O Espaço Divido***. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SARDINHA, Thiago. ***De um Termo Jornalístico a uma Categoria Sociológica: como nasceu o termo milícia e o caso da chamada Liga da Justiça.*** *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-27, e151331, 2025. Doi: https://doi.org/10.14244/.

SARDINHA, Thiago. ***Das lideranças locais armadas aos grupos armados na Zona Oeste do Rio de Janeiro: como nasceu a chamada milícia "Liga da Justiça"***. 2026. Tese (Doutorado em

Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026. Disponível em: https://ppgcs.ufrrj.br/dissertacoes-defendidas/

SCHMIDT, Selma. ***Fiscalização Montará 13 Barreiras para Reprimir vans e Kombis Piratas: objetivo é tirar de circulação a cada mês 2 mil veículos clandestinos.*** Jornal O Globo. Rio de Janeiro 9 de Agos de 2005. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acessado em: 14 Maio de 2023.

SCHNDI, Franz. ***Pilhagem Social: Mosaico de uma desintegração feito com pedras desordenadas.*** Disponível em: https://www.krisis.org/2015/pilhagem-social-mosaico-de-uma-desintegrao-feito-com-pedras-desordenadas/. Visitado em: 20/06/2022.

TELLES, Vera da Silva. ***A cidade nas fronteiras do legal e ilegal***. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2006.

TELLES, Vera da Silva. ***Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios***. São Paulo: Humanitas, 2015.

TELLES, Vera da Silva. ***Trabalho, informalidade e cidadania***. São Paulo: Editora 34, 2010.

Topofilia, memória e identidade: estudo das relações afetivas com o lugar no bairro São Marcos, Ocara-Ceará

Topophilia, Memory, and Identity: A Study of Affective Relationships with Place in the São Marcos Neighborhood, Ocara, Ceará

Topofilia, memoria e identidad: estudio de las relaciones afectivas con el lugar en el barrio São Marcos, Ocara - Ceará

Francisco Iarlei Martins Soares
licenciado em geografia pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE), Mestrando em geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Francisco Claiton Alexandre Barbosa
Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Resumo:
A presente pesquisa investiga as percepções das relações topofílicas estabelecidas no bairro São Marcos, localizado no município de Ocara, Estado do Ceará, analisando como essas conexões influenciam na construção da memória e na formação da identidade local. O conceito de topofilia, desenvolvido por Yi-Fu Tuan, refere-se ao elo afetivo estabelecido entre as pessoas e os lugares, constituindo o elemento fundamental na construção de identidades individuais e coletivas. O objetivo geral consiste em analisar a partir da percepção dos sujeitos como as relações topofílicas no bairro São Marcos influenciam na construção da memória. A metodologia empregada caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória, documental e de percepção observacional, complementada por registros fotográficos. Os resultados revelam que o bairro São Marcos constitui um espaço de significativo valor simbólico.

Palavras-chave: Topofilia, Percepção, Identidade, Lugar, Ocara.

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract:
This research investigates the perceptions of topophilic relationships established in the São Marcos neighborhood, located in the municipality of Ocara, State of Ceará, analyzing how these connections influence the construction of memory and the formation of local identity. The concept of topophilia, developed by Yi-Fu Tuan, refers to the affective bond established between people and places, constituting a fundamental element in the construction of individual and collective identities. The general objective is to analyze, based on the subjects' perceptions, how topophilic relationships in the São Marcos neighborhood influence the construction of memory. The methodology employed is characterized by a qualitative approach, grounded in bibliographic, descriptive, exploratory, and documentary research, as well as observational perception, complemented by photographic records. The results reveal that the São Marcos neighborhood constitutes a space of significant symbolic value.

Keywords: Topophilia, Perception, Identity, Place, Ocara.

Resumen:
La presente investigación investiga las percepciones de las relaciones topofílicas establecidas en el barrio São Marcos, ubicado en el municipio de Ocara, estado de Ceará, analizando cómo estas conexiones influyen en la construcción de la memoria y en la formación de la identidad local. El concepto de topofilia, desarrollado por Yi-Fu Tuan, se refiere al vínculo afectivo establecido entre las personas y los lugares, constituyendo elemento fundamental en la construcción de identidades individuales y colectivas. El objetivo general consiste en analizar a partir de la percepción de los sujetos cómo las relaciones topofílicas en el barrio São Marcos influyen en la construcción de la memoria. La metodología empleada se caracteriza por un abordaje cualitativo, fundamentado en investigación bibliográfica, descriptiva, exploratoria, documental y de percepción observacional, complementado por registros fotográficos. Los resultados revelan que el barrio São Marcos constituye un espacio de significativo valor simbólico.

Palabras-clave: Topofilia, Percepción, Identidad, Lugar, Ocara.

Introdução

Esta pesquisa debruça-se sobre as percepções dos sujeitos no contexto específico do bairro São Marcos, em Ocara, Ceará, buscando compreender como os vínculos topofílicos influenciam e moldam esse lugar. O conceito de topofilia, desenvolvido por Yi-Fu Tuan (1980), refere-se ao elo afetivo estabelecido entre as pessoas e os lugares, constituindo elemento fundamental na construção de identidades individuais e coletivas.

A investigação das relações topofílicas no bairro São Marcos justifica-se pela necessidade de compreender como comunidades urbanas periféricas constroem e mantêm sua identidade em contextos de transformação acelerada. Neste sentido, o estudo do bairro São Marcos oferece insights valiosos sobre os processos de construção identitária em comunidades urbanas do interior cearense. Tem como foco a sociabilidade dos lugares, a partir de eventos religiosos, esportivos e de lazer, que integram diferentes sujeitos num mesmo espaço e em temporalidades distintas.

O objetivo geral deste trabalho é compreender as relações topofílicas no bairro São Marcos, Ocara-CE, através de um estudo da construção da memória e identidade dos moradores por meio das interações sociais e afetivas, analisando como as pessoas dão sentido ao lugar a partir do viver, construindo um sentimento de pertencimento. Investigar como a topofilia está relacionada na construção da identidade dos indivíduos é entender os diferentes olhares na construção da memória dos cidadãos em relação à cidade.

Metodologicamente, a pesquisa possui abordagem qualitativa e fundamenta-se na etnogeografia, buscando compreender os significados atribuídos pelos moradores ao bairro São Marcos, em Ocara-CE, a partir de suas experiências, memórias e práticas cotidianas. Para a produção dos dados, realizou-se levantamento bibliográfico e trabalho de campo orientado pelo método andarilho e conversante, com observações da paisagem, registros em diário de campo, conversas informais com moradores e registros fotográficos. Os dados foram interpretados à luz da Geografia Humanista, articulando as contribuições teóricas sobre topofilia, lugar, memória, identidade e pertencimento às experiências vividas no bairro.

Os resultados demonstraram que o bairro São Marcos se constitui como lugar de profundas significações afetivas, onde elementos materiais e simbólicos entrelaçam-se na construção de uma identidade coletiva distintiva. A presença de marcos espaciais como a Capela de São Marcos, o Açude Antônio Dodó e a Arena Dodozão, são espaços de sociabilidade comunitária que funcionam como suporte material para memórias e práticas que sustentam o sentimento de pertencimento.

O presente trabalho está estruturado a começar por esta introdução e mais três seções seguintes. Na primeira seção abordamos os principais autores e conceitos empregados na pesquisa, discutindo os fundamentos teóricos. A segunda seção é composta pela abordagem metodológica, os caminhos para alcançar o objetivo proposto. Por fim, a terceira e última configura-se como o principal ponto desta abordagem, partindo da caracterização da área de estudo fazendo uma apresentação dos resultados.

Topofilia, memória, identidade e lugar: fundamentos teóricos da pesquisa

A compreensão das relações afetivas entre pessoas e lugares constitui um campo fundamental para o entendimento da construção identitária e da memória coletiva em diversas comunidades. O conceito de topofilia, conforme desenvolvido por Tuan (1980), representa o elo afetivo estabelecido entre o indivíduo e o meio, manifestando-se através de experiências pessoais concretas e vívidas que transcendem a materialidade.

A construção do sentimento de pertencimento a um lugar específico desenvolve-se através de processos complexos que envolvem tempo, experiência e interação social. Conforme observa Barbosa (2010), as relações topofílicas emergem das práticas cotidianas e das vivências compartilhadas, criando uma teia de significados que conecta os indivíduos ao espaço habitado. No contexto do bairro São Marcos, essas conexões revelam-se através de elementos tangíveis e simbólicos que compõem a paisagem local, desde a arquitetura das residências até os espaços de convivência comunitária.

A memória desempenha papel crucial na consolidação dessas relações afetivas com o lugar. Pollak (1992) argumenta que a memória constitui elemento essencial na construção da identidade, tanto individual quanto coletiva, funcionando como um processo de produção de autoimagem em referência aos outros. No bairro São Marcos, as memórias públicas revelam transformações significativas no espaço urbano e nas dinâmicas sociais, evidenciando como o passado continua a influenciar as percepções e vivências do presente.

O conceito de lugar, conforme elaborado por Relph (1976), transcende a dimensão física para incorporar significados, experiências e conexões emocionais. Esta perspectiva fenomenológica permite compreender o bairro São Marcos não apenas como um recorte territorial do município de Ocara, mas como um espaço vivido, carregado de significações construídas ao longo do tempo pelos seus habitantes. A identidade do lugar emerge, assim, da interação dialética entre as características físicas e humanas do espaço.

Moreira e Hespanhol (2011) destacam que o lugar se constitui como construção social, resultante das práticas e representações dos grupos que o habitam. Neste sentido, o estudo do bairro São Marcos oferece insights valiosos sobre os processos de construção identitária em comunidades urbanas do interior cearense, onde a abordagem geográfica das percepções evidencia a compreensão do espaço a partir de múltiplas dimensões.

A geografia humanista, ao longo de sua trajetória, caminhou por diversos contextos buscando interpretar os estudos das relações humanas com os lugares. Relph (1976), geógrafo canadense, contribuiu para tal perspectiva compreendendo uma profundidade e complexidade do lugar em relação a uma abordagem fenomenológica que integra o grau de pertencimento, do quanto um indivíduo está inserido ou distante de uma condição e seu grau de afinidade com o lugar. Assim, Ferreira (2002) afirma que, quanto mais intensamente se está íntimo de um lugar, mais forte é a identidade com ele. Portanto, a localização, paisagem e a ligação pessoal são partes essenciais para a concepção de lugar, ou seja, "o lugar seria, então, o centro profundo da existência humana, cuja essência estaria na intencionalidade grandemente não-autoconsciente" (FERREIRA, 2002, p. 47).

A relação do ser humano com o meio, suas condições e as formas de como ele se conecta com determinado espaço gerando uma afeição por aquele ambiente, na qual Tuan (1980, p. 4) aborda "[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal". Ele incorpora a esse vínculo, entre os sujeitos e o mundo ao seu entorno, a partir do desencadeamento da assimilação do ambiente, seguida por atitudes e valores. Como aborda Lewis (1979), os lugares têm significado, independentemente de quão comuns possam ser, pois eles carregam consigo nossos gostos e aspirações.

Tais percepções em associar homem e lugar foram analisadas por Luckermann (1964), defendendo a Geografia como a ciência dos lugares, com base na localização do entorno, porém sem tratar dos objetos materiais visíveis, e sim, como um espaço compreendido das experiências dos sujeitos. Esse novo ponto de vista da espacialidade humana construiu mais interpretações em que a visão e ideia de mundo é produzida através do aprendizado, imaginação e da memória (LOWENTHAL, 1985). Desse modo, afirma que "o homem e a terra, em qualquer local, estão inter-relacionados de inúmeras maneiras: todos os aspectos da vida humana estão intimamente ligados ao lugar" (LOWENTHAL, 1961, p. 1).

Pesquisas correlacionadas a essas perspectivas propõem a construção desses espaços condicionadas pela ação, decorrente de processos sociais, afirmadas por Cresswell (2013, p. 124), no qual "os lugares são produzidos pelas pessoas que constituem a sociedade, mas, ao mesmo tempo, eles são a chave para a produção das relações entre as pessoas. Lugar, em outras palavras, está bem no centro da humanidade".

A partir dessa análise, é possível associar a utilização do conceito de lugar com as relações sociais do ser humano, transformando o espaço e gerando significados. Para Yi-Fu Tuan (1983, p. 151), "o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado". Para tanto, as reflexões sobre as histórias que cada indivíduo carrega molduram, qualificando suas experiências íntimas com o lugar.

Assim, para Tuan (1983, p. 152), "os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem

espalhafato". Cada cenário disponibiliza diversas particularidades, e um indivíduo se apropria dessas significações pessoais à medida que se envolve com o lugar.

Segundo Yi-Fu Tuan (1983):

> Os lugares íntimos são tantos quantos as ocasiões em que as pessoas verdadeiramente estabelecem contato. Como são estes lugares? São transitórios e pessoais. Podem ficar gravados no mais profundo da memória e, cada vez que são lembrados, produzem intensa satisfação, mas não são guardados como instantâneos no álbum da família nem percebidos como símbolos comuns: lareira, cadeira, cama, sala-de-estar, que permitem explicações detalhadas (TUAN, 1983, p. 156).

Ademais, todo sujeito atribui variados sentidos ao lugar com que compartilha sua história de vida, seja com grupos de pessoas ou de forma individual. Suas interpretações sobre determinado espaço estarão conectadas conforme suas sensações e entendimento pessoal em relação àquele entorno. Apenas o próprio indivíduo é capaz de compreender as próprias emoções, sendo elas positivas ou negativas.

Para Adriana Leite:

> Os lugares normalmente não são dotados de limites reconhecíveis no mundo concreto. Isto ocorre porque sendo uma construção subjetiva e ao mesmo tempo tão incorporada às práticas do cotidiano que as próprias pessoas envolvidas com o lugar não o percebem como tal. Este senso de valor só se manifesta na consciência quando há uma ameaça ao lugar, como a demolição de um monumento considerado importante, ou quando há uma reivindicação comum como a visita periódica de um carro do fumacê. Assim, ao contrário das regiões delimitadas para fins de planejamento, plenamente reconhecíveis em mapas e cartas topográficas, através de

> símbolos e toponímias, a maioria dos lugares não são nomeados (LEITE, 1998, p. 12).

Arantes (2009) traz uma abordagem determinando o lugar como local de apropriação pela atividade humana, os espaços de experiências individuais e coletivas, logo, de memórias individuais e coletivas. A junção de todos esses aspectos incluídos no lugar demonstra a construção de um sentimento de identidade e pertencimento. Nas reflexões de Michael Pollak (1992), a identidade se trata da produção de uma própria autoimagem, criadas pelas pessoas ou grupos em menção aos outros.

A função da memória na ampliação das vivências dos sujeitos causa o surgimento dessa identidade. A volta ao passado através do uso da memória traz reflexões sobre o seu eu interior, rememorando as lembranças transformadas ou não, por meio de ações ao longo da trajetória do indivíduo. Para Barros (1999, p. 34), "inscrita na cultura e produtora de processos culturais, a memória é uma espécie de reservatório que aglutina os processos de identidade e identificação".

Conforme essa interpretação, Amaral (2006) relata que o sentimento de pertencimento parte de uma crença subjetiva que une diferentes pessoas, pelo fato de que cada sujeito pensa ser membro de uma estipulada coletividade que manifestam valores, receios e pretensões por intervenções de símbolos. Ainda segundo Amaral (2006), sentir-se que pertence a algum lugar e, em consequência, sentir que aquele lugar também lhe pertence, possibilita ao indivíduo envolver-se nos costumes e nos destinos de tal entorno.

Diante dessa perspectiva, Serpa (2013) considera que o espaço pode ser interpretado a partir de um evento das práticas humanas, no qual acredita que somente através dos lugares se pode comunicar-se com o mundo. Nessa discussão, Marandola Jr. (2014, p. 228) inteira ao deduzir que, "é pelo lugar que nos identificamos, ou nos lembramos, constituindo assim a base de nossa experiência no Mundo". Logo, a experiência é algo essencial para base de um lugar, pois através dela formam-se as esperanças e se reconstrói o passado, a fim de formar os próprios lugares.

Como aborda Relph:

> Lugar onde conflui a experiência cotidiana, e como essa experiência se abre para o mundo. O ser é sempre articulado por meio de lugares específicos, ainda que tenha sempre que se estender para além deles para compreender o que significa existir no mundo (RELPH, 2014, p. 29).

A necessidade da experiência se torna fundamental para o lugar, tanto para estar de fato existindo nele como para dar novos significados. No mundo contemporâneo, essas junções que se reproduzem entre os lugares tornam-se mais perceptíveis por meio das mídias sociais. Partindo desse contexto, a construção do ser humano-lugar, usando da memória para entender as raízes por trás dessa afetividade criada com determinado espaço, permite dar ao lugar sentimentos e significações.

Assim, para Tuan (2012, p. 144), "a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar". Portanto, esse amor foge dos termos literalmente usados em obras de romance. Esse termo em questão busca interligar sentidos e significados à conexão dos indivíduos com o apego ou desinteresse pelo lugar. Nesse sentido, refletir acerca dessas conexões com os lugares antigos que continuam existentes no presente e persistem no futuro são resultados da instigação pela memória.

Conforme abordado por Candau (2014, p. 16), "a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada". A relação do indivíduo com a memória em sua rotina é fundamental para sua troca de interação com o lugar, fazendo-o se manter vivo intimamente com o sujeito, ainda que ele tenha sido distanciado fisicamente, estará conectado de alguma forma pela memória.

Exposto a isso, os vínculos não estão sujeitos a serem perdidos no decorrer do tempo e do espaço. O ser humano por si mesmo os preserva e os reproduz ao longo de sua vida. A necessidade por novas experiências sujeitas pelas adversidades da vida obriga as pessoas a se deslocarem dos lugares antes de aconchego, para o inverso, espaços de desafios. Mas, sempre buscando um lugar que lhe abrigue.

Nesse sentido, Dardel (2011, p. 41) explica que "podemos mudar de lugar, nos desalojarmos, mas ainda é a procura de um lugar; nos é necessária uma base para assentar o Ser e realizar nossas possibilidades, um aqui de onde se descobre o mundo, um lar para onde nós iremos". O sujeito sempre necessitará dos dois elementos (memória/lugar) enquanto um ser que se modifica e reconstrói significados à medida em que se relaciona com grupos de pessoas. O ser social implica nas diversas formas de relacionamento das pessoas durante sua formação pessoal.

Com esse raciocínio, Chaveiro (2014) expõe que as personalidades de cada pessoa são influenciadas pelo mundo, por grupos dos quais o indivíduo está introduzido, experimentando das relações cotidianas vivenciadas através dos lugares e ao longo das circunstâncias presenciadas. Desse modo, o lugar com suas diversas interpretações é refletido junto ao sujeito, em sua experiência e em sua memória.

> O tempo é vivido como memória, e por isso memória e identidade adensam o lugar. A memória é a experiência vivida que o significa, definindo-o enquanto tal. Não é à toa que pensar em lugar é mais fácil recuando no tempo: lugar de nascimento, lugar de lembranças, lugar de saudade, lugar de memória, lugar de identidade. Ele parece mais conectado a uma tradição, a uma experiência profunda de entrelaçamento com a terra. Um ritmo lento onde o sentido da permanência prevalece. Mas não apenas isso (MARANDOLA JR., 2014, p. 229).

Assim, a identidade é capaz de dar novos sentidos aos lugares, atribuir sentimentos dos indivíduos que por sua vez serão modelados pela memória, fazendo parte desse complexo aglomerado de elementos que formam a personalidade de cada pessoa em relação à sua experiência com determinado espaço.

Para Cruz (2007, p. 22), "a identidade não é uma essência: não é dado ou um fato fixo, estável, permanente e definitivo, nem tampouco é completamente coerente, unificada, mas sim instável, contraditória, inacabada e contingente". Compreendendo dessa

maneira, o fato das mudanças de comportamento e entendimento das pessoas aos lugares, mediante as experiências que ela estará sujeita ao decorrer de sua vida, transformando sua identidade de forma ativa.

Com isso, essa vinculação íntima entre a identidade e a memória são importantes na construção de afinidade do indivíduo sobre o lugar. Segundo Candau (2014, p. 61), "sem a memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece".

O fato de o sujeito estar em um lugar não implica diretamente na identificação do mesmo com aquele espaço. Porém, a partir das lembranças ele se transporta para entorno do qual sua memória afetiva lhe faz sentir pertencimento. Essa dinâmica incorpora os significados designados ao entendimento sobre o lugar, pois por meio dele os indivíduos se conhecem, se identificam com os costumes do dia a dia, e fazendo o uso da lembrança transportam-se para ambientes que estão em sua consciência mesmo não estando materialmente naquele espaço.

Ao usar o exemplo do bairro São Marcos, observa-se como as relações de identidade resgatam as memórias desde os primeiros passos em suas moradias, o primeiro ponto onde elas se sentem no mundo. Como explana Bachelard (2008, p. 24), "é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção de termo".

Após essa primeira etapa, os indivíduos se interligam com outros aspectos, conhecendo as interações para além da casa, se inserem nos grupos, nas culturas, gerando um elo entre ele e aquele lugar, já não sendo algo apenas "visível", mas concentrado de sentimentos e memórias. Dessa forma, nasce as relações topofílicas que se enraízam durante a vida de cada sujeito, os hábitos diários tornam-se fixos nas recordações, as ruas e calçadas não são apenas asfalto e concreto, tornam-se lugares de encontro entre os vizinhos para uma troca de conversa no fim da tarde.

A compreensão dos diversos sentidos que surgem a partir da topofilia dos lugares, busca explicar o quanto um lugar pode ter significados, fugindo do termo científico e conectando-se ao meio social em decorrência do convívio das pessoas com espaço.

Entre caminhadas e conversas: os caminhos metodológicos da pesquisa

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa e fundamenta-se na etnogeografia, compreendida como uma estratégia de investigação que busca interpretar as relações entre os sujeitos e os espaços vividos a partir de suas experiências, práticas cotidianas, memórias e significados atribuídos ao lugar. Busca compreender os significados atribuídos pelos moradores do bairro São Marcos, no município de Ocara-CE, com foco no ponto de vista das pessoas que vivem o lugar, onde a partir do cotidiano e das vivências criam laços afetivos com aquele espaço.

A escolha pela etnogeografia justifica-se pela necessidade de compreender os significados atribuídos pelos sujeitos ao lugar a partir de suas experiências cotidianas, valorizando as formas de percepção, as práticas espaciais e os vínculos afetivos construídos ao longo do tempo. Ela requer do pesquisador uma imersão e aproximação do grupo ou da comunidade pesquisada, para assim, conhecer suas práticas, os saberes-fazeres cotidianos, as relações com o meio e suas representações (Lopes Ribeiro, 2022).

De início, realizou-se um levantamento bibliográfico dos autores que discorrem sobre os principais conceitos abordados no trabalho, trazendo discussões sob diversas análises de diferentes teóricos, num esforço epistemológico para aliar teoria e prática. Foram consultadas bases de dados acadêmicas, incluindo o Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico, além de acervos de bibliotecas institucionais. Assim, buscou-se em Tuan (1980) a compreensão da topofilia como vínculo afetivo entre sujeitos e lugares, articulando essa perspectiva à noção de geograficidade discutida por Dardel (2011), que enfatiza a experiência existencial do homem com a Terra.

Com a bibliografia catalogada, foi utilizado o método caminhos de andarilho e conversante, elaborado por Marandola Junior (2008) que permitiu uma aproximação sensível com as experiências dos sujeitos e com os significados atribuídos ao bairro São Marcos. Em diálogo com o trabalho de campo, durante as caminhadas, foram realizados registros em diário de campo, observações da paisagem e conversas informais com moradores de longa permanência, agentes culturais e participantes das atividades

religiosas e esportivas observadas durante o trabalho de campo. Essas interações possibilitaram compreender as memórias, experiências e percepções relacionadas ao lugar, permitindo identificar elementos associados à topofilia, à identidade e ao sentimento de pertencimento.

O trabalho de campo foi realizado no bairro por meio de percursos sistemáticos pelas principais áreas de convivência comunitária, a Capela de São Marcos, o Açude Antônio Dodó e a Arena Dodozão. Entende-se que esses são locais onde ocorrem as sociabilidades que integram o processo de construção identitária dos sujeitos com o lugar. Nesse sentido, as caminhadas por esses lugares foram realizadas nos períodos em que estavam acontecendo alguma atividade que reunisse um número considerável de pessoas.

Na Arena Dodozão, os jogos acontecem sempre em domingos alternados, onde o time do bairro recebe o visitante numa semana e na outra joga fora de casa. Dessa forma, a observação ocorreu no jogo em que o time jogava em casa, sempre no período da tarde. No caso do Açude Antônio Dodó, os sábados e domingos são os dias onde o lugar é mais frequentado como uma área de lazer dos moradores. Por fim, a Capela de São Marcos é o lugar sagrado do bairro, espaço de reflexão e de fé dos habitantes, tendo sua festa realizada no dia 25 de abril, data que homenageia São Marcos. Os três momentos de observação aconteceram entre abril e julho de 2025.

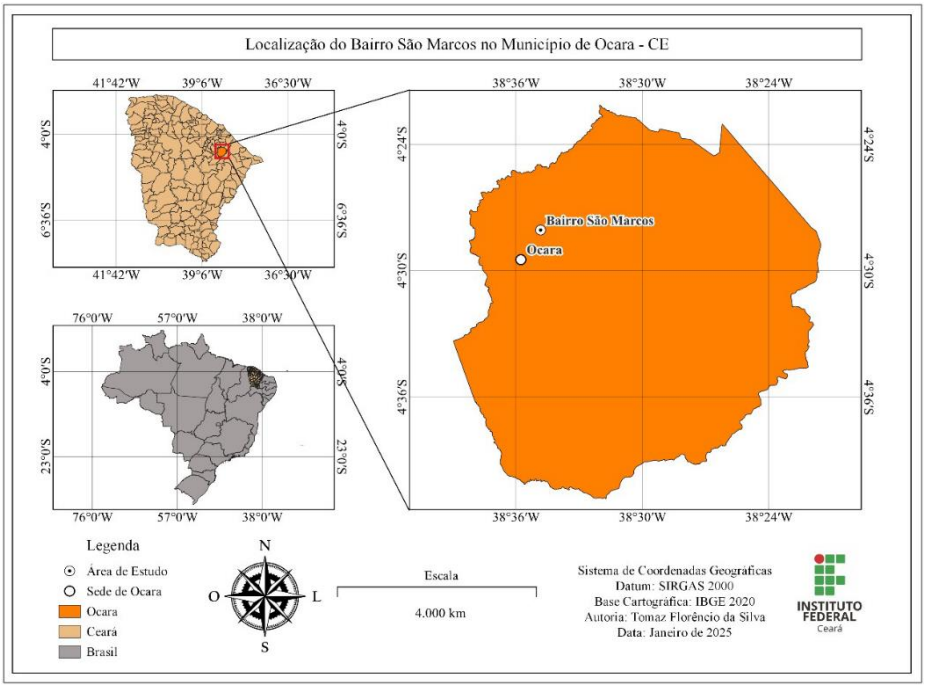
Durante o trabalho de campo também foram realizados registros fotográficos da paisagem. Em respeito à privacidade dos participantes, optou-se por não utilizar imagens que permitissem a identificação direta dos indivíduos observados. A interpretação dos dados ocorreu por meio da articulação entre os registros de campo, as narrativas dos moradores e o referencial teórico adotado, buscando identificar manifestações de topofilia, memória, identidade e pertencimento presentes nas experiências vividas no bairro São Marcos.

A construção do lugar no bairro São Marcos em Ocara-CE

O município de Ocara localiza-se, de acordo com a divisão em regiões de planejamento do estado do Ceará, no Maciço de Baturité, conforme podemos observar na figura 01, com uma distância de 85

km da capital (IPECE, 2017). Tendo uma área absoluta de 765,4 km² apresenta, segundo o censo 2022 do IBGE, 24.493 habitantes. Apresenta clima predominantemente Tropical Quente Semiárido, com temperaturas entre 26°C a 28°C com médias pluviométricas de aproximadamente 959 mm, estando essas chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril (IPECE, 2017).

Figura 01 – Mapa de localização do município de Ocara e do Bairro São Marcos.



Elaboração: Autores, 2025.

O bairro São Marcos configura-se como um dos maiores e mais tradicionais bairros da região central de Ocara, conforme evidenciado pelo mapa de localização apresentado (Figura 01). Sua posição geográfica privilegiada, próxima ao centro urbano municipal, contrasta com características que remetem a uma formação histórica particular, iniciada com a chegada do patriarca conhecido como "pai Dodó" e sua família.

A análise espacial revela um bairro que se desenvolveu organicamente ao redor de elementos estruturantes como a Capela de São Marcos, as vias principais e os corpos d'água que

historicamente serviram como recursos vitais para a comunidade. Historicamente, o desenvolvimento do bairro esteve associado às atividades agrícolas e às pequenas iniciativas econômicas familiares, como a casa de farinha mencionada pelos moradores. Essas atividades contribuíram para a formação de redes de solidariedade e sociabilidade que favoreceram a manutenção de práticas culturais locais, demonstrando a estreita relação entre reprodução econômica e produção simbólica do lugar.

A capela representa o centro simbólico e religioso do bairro, com sua arquitetura imponente dominando a paisagem urbana local representada na figura 02. Posicionada estrategicamente em praça pavimentada com cruz lateral, o templo materializa a centralidade da dimensão religiosa na vida comunitária. Segundo Ferreira (2002), quanto mais intensamente um indivíduo está íntimo de um lugar, mais forte torna-se sua identidade com ele. A capela funciona como ponto nodal desta intimidade coletiva, concentrando práticas rituais, celebrações e encontros que fortalecem os laços comunitários. Sua presença física imponente sob o céu azul característico do sertão cearense cria uma imagem que se fixa profundamente no lugar.

Figura 02 – Capela de São Marcos.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

A observação sistemática do território permitiu identificar pontos de interesse fundamentais para a compreensão das dinâmicas

topofílicas locais. Destacamos locais como a Capela de São Marcos, posicionada centralmente no bairro, o Açude Antônio Dodó e a Arena Dodozão. Estes espaços revelam-se como nós de significação na geografia afetiva do bairro, concentrando memórias coletivas e práticas sociais que possivelmente sustentam a identidade local.

A topofilia, conceito que embasa a análise do bairro São Marcos, transcende a mera relação física com o espaço geográfico. Ela reflete o vínculo profundo e emocional que os indivíduos e comunidades desenvolvem com o ambiente onde vivem, moldado por interações sociais, culturais e pelo simbolismo atribuído aos lugares. No contexto do bairro, esses laços se manifestam não apenas em elementos históricos como a capela ou o açude, mas também em como estes espaços servem como catalisadores para práticas culturais e sociais que reforçam a identidade coletiva.

Ademais, a preservação de locais de significação, como o Museu da Memória Ocarense, destaca o papel da memória cultural na conexão com o território. Esses espaços funcionam como âncoras emocionais que, ao documentarem e celebrarem a rica história e tradições locais, perpetuam o sentimento de pertencimento. O diálogo entre o passado e o presente através desses marcos não apenas sustenta a identidade do bairro, mas alimenta novas expressões culturais que garantem a continuidade da relação com o lugar.

O Açude Antônio Dodó (Figura 03) por exemplo, constitui elemento fundamental na geografia afetiva do bairro. Durante os períodos de seca que historicamente afetaram a região, estes reservatórios representavam a própria sobrevivência da comunidade. A permanência destes corpos d'água na paisagem atual funciona como marcador temporal, conectando passado e presente através de sua materialidade simbólica e histórica. Além disso, sua relevância vai além do aspecto funcional, servindo como ponto de encontro, espaço para atividades comunitárias e até mesmo inspiração para artistas locais, que retratam sua beleza e simbologia em diversas expressões culturais.

Figura 03 – Açude Antônio Dodó.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

A composição paisagística que integra elementos hídricos e formações geológicas cria um cenário único que marca profundamente o lugar. A presença da serra ao fundo estabelece um horizonte visual constante, funcionando como referência espacial e simbólica que delimita e caracteriza o território do bairro.

O contraste entre as áreas úmidas dos açudes e os terrenos ressecados evidencia a vulnerabilidade ambiental que marca o lugar, reforçando a importância simbólica e prática dos recursos hídricos na construção da identidade local. O declínio de certas práticas comunitárias, como o catecismo dominical e as atividades do clube local - agora mantido fechado - evidencia transformações nas formas de sociabilidade que acompanharam o crescimento populacional.

Segundo Relph (1976), o lugar incorpora não apenas características físicas, mas também as experiências e adaptações humanas a essas condições. A presença das montanhas ao fundo, sob intensa luminosidade solar, cria uma composição paisagística que se imprime na memória coletiva como elemento identitário do bairro,

reforçando o que Tuan (1983) denomina como a transformação do espaço em lugar através da experiência vivida.

A permanência de tradições culturais emerge como elemento crucial na manutenção dos vínculos topofílicos. O reizado, tradição de 60 anos, exemplifica como práticas culturais funcionam como âncoras temporais que conectam gerações. Esta continuidade temporal das práticas culturais contrasta com as descontinuidades observadas em outros aspectos da vida comunitária. Enquanto algumas formas de sociabilidade declinaram, as tradições religiosas e folclóricas persistem, sugerindo que elementos da cultura popular enraizados em práticas coletivas de longa duração demonstram maior resiliência frente às transformações sociais.

A concentração de artistas e intelectuais no bairro - escritores, poetas e músicos, sugere uma dinâmica cultural que transcende as expectativas usuais para bairros populares de cidades do interior. Esta efervescência cultural pode ser compreendida como resultado da combinação entre tradições comunitárias fortes e a emergência de vozes criativas que encontram no pertencimento ao lugar fonte de inspiração e legitimidade.

Os dados analisados indicam que as relações topofílicas no bairro São Marcos funcionam como mecanismo de resiliência comunitária frente às transformações e desafios contemporâneos. O sentimento de pertencimento sustenta-se não apenas em qualidades objetivas do lugar, mas principalmente em investimento afetivo profundo que transforma limitações em características identitárias positivas. A fala de uma moradora evidencia o sentimento afetivo com o lugar, quando ressalta: "Eu me sinto muito feliz, né, e morar desde criança, desde que eu nasci no Barro São Marcos".

Esta resiliência manifesta-se na capacidade de reinterpretar positivamente as características do bairro. A descrição como bairro pobre, de pessoas humildes revela operação simbólica sofisticada que inverte hierarquias sociais convencionais através da valorização do capital cultural e das qualidades morais da comunidade. Esta reinterpretação ressignifica possíveis desvantagens socioeconômicas.

A topofilia no bairro São Marcos revela-se, portanto, não como sentimento nostálgico ou passivo, mas como força ativa na

construção cotidiana da vida comunitária. Os vínculos com o lugar motivam práticas de preservação cultural, estimulam a produção artística local e sustentam redes de solidariedade que garantem a coesão social. Neste sentido, a topofilia emerge como recurso fundamental para a reprodução social e cultural da comunidade, permitindo que o bairro mantenha identidade distintiva mesmo em contexto de transformações urbanas aceleradas.

O espaço esportivo comunitário evidencia a importância dos locais de sociabilidade na construção dos vínculos topofílicos. Nomeada em homenagem aparente ao fundador do bairro "pai Dodó", a arena (Figura 04) representa continuidade simbólica entre passado e presente. As listas de apoiadores visíveis no muro demonstram o envolvimento comunitário na manutenção do espaço, evidenciando o que Duarte et al. (2021) caracterizam como conexão multidimensional entre pessoas e ambiente. A presença de vegetação nativa adaptada ao clima semiárido reforça a integração entre o espaço construído e o ambiente natural, criando um lugar que é simultaneamente funcional e simbolicamente significativo para a comunidade.

Figura 04 – Arena Dodozão.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

Fica evidente na fala de um jovem que assistia a um jogo na arena como as práticas coletivas são determinados para a construção da identidade a partir do afeto, quando o jovem morador ressalta: "Aqui é um lugar onde a gente joga com os amigos todo domingo, já é sagrado todo domingo de tarde vim pra cá". O material observacional coletado revela aspectos significativos das relações topofílicas no bairro São Marcos, evidenciando múltiplas dimensões dos vínculos com o lugar, incluindo aspectos práticos, emocionais e culturais.

A referência ao grande potencial, tanto religioso, como cultural do bairro demonstra o reconhecimento comunitário da riqueza simbólica do lugar. Tuan (1980) observa que a topofilia manifesta-se através da valorização das características específicas do lugar que são consideradas significativas pelos habitantes.

A menção à proximidade com o centro de Ocara revela a importância da localização geográfica para a experiência desse lugar. Esta conveniência locacional contribui para a satisfação com o lugar de moradia e reforça os vínculos de pertencimento. Duarte et al. (2021) evidenciam que a facilidade de acesso a serviços e equipamentos urbanos constitui fator importante para o desenvolvimento de vínculos topofílicos.

A descrição do bairro como pobre e habitado por pessoas humildes que possuem muitos artistas revela a construção de uma identidade comunitária específica. Esta caracterização combina reconhecimento do valor do lugar com orgulho das características sociais da comunidade. Nascimento, Testa e Morais (2022) observam que a presença de artistas e manifestações culturais locais contribui significativamente para a construção de identidades territoriais distintivas.

A referência aos tocadores de sanfona, poetas e outros artistas locais evidencia a vitalidade cultural do bairro. Essas manifestações artísticas funcionam como elementos de diferenciação cultural que contribuem para a construção de uma identidade específica do lugar. Areb (2020) destaca que a presença de expressões culturais locais fortalece os vínculos afetivos entre moradores e território.

A descrição histórica do bairro, incluindo a referência ao "pai Dodó" como fundador e à casa de farinha que gerou empregos, revela a construção de narrativas sobre a origem da comunidade. Pollak

(1992) evidencia que essas narrativas fundacionais constituem elemento fundamental da memória coletiva e contribuem para a manutenção da identidade comunitária.

A observação sobre as transformações do bairro ao longo do tempo revela tensões entre passado e presente que são características dos processos de mudança social. A nostalgia expressa em relação ao passado indica a percepção de perdas culturais e sociais que afetam os vínculos com o lugar. A menção ao fechamento do clube onde ocorriam apresentações culturais evidencia como as transformações urbanas podem afetar negativamente os espaços de sociabilidade comunitária. Essa perda representa desafio para a manutenção dos vínculos topofílicos e para a continuidade das práticas culturais locais.

A referência ao reisado como tradição que acontece há 60 anos e sempre tem no Bairro São Marcos demonstra a continuidade das práticas culturais tradicionais. Wankler (2013) observa que essas tradições de longa duração constituem elementos fundamentais para a manutenção dos vínculos topofílicos e para a preservação da identidade local.

A iniciativa de manter um espaço de preservação da memória local representa estratégia concreta de preservação cultural. Esta ação individual com impacto coletivo demonstra como os vínculos topofílicos podem motivar iniciativas de preservação patrimonial.

A afirmação de que o bairro representa a cultura de Ocara revela o reconhecimento da importância cultural do lugar em escala municipal. Esta percepção evidencia como os vínculos topofílicos locais podem estender-se para identificações territoriais mais amplas, contribuindo para a construção de identidades regionais.

Considerações finais

O presente estudo buscou compreender as relações entre topofilia, memória, identidade e pertencimento no bairro São Marcos, localizado no município de Ocara-CE, a partir das experiências e significados atribuídos pelos seus moradores ao lugar vivido. Fundamentado nos pressupostos da Geografia Humanista e desenvolvido por meio de uma abordagem etnogeográfica, o trabalho permitiu identificar que os vínculos afetivos construídos no cotidiano

constituem elementos centrais na produção das identidades locais e na valorização dos espaços comunitários.

As observações realizadas em campo e as conversas com moradores evidenciaram que lugares como a Capela de São Marcos, o Açude Antônio Dodó e a Arena Dodozão ultrapassam sua materialidade física, assumindo funções simbólicas associadas à memória coletiva, às práticas culturais e às formas de sociabilidade presentes no bairro. Esses espaços configuram-se como referências importantes para a construção do sentimento de pertencimento, fortalecendo os laços entre os sujeitos e o lugar.

A pesquisa também demonstrou que a identidade local não é construída apenas pelos elementos naturais ou pelas estruturas físicas existentes, mas sobretudo pelas experiências compartilhadas, pelas narrativas, pelas manifestações culturais e pelas relações sociais estabelecidas ao longo do tempo. Nesse sentido, a memória emerge como um importante mecanismo de preservação das referências coletivas, contribuindo para a continuidade dos significados atribuídos ao bairro e à sua história.

Ao mesmo tempo, compreende-se que as identidades associadas ao lugar não são fixas ou homogêneas, mas resultam de processos contínuos de construção e reconstrução social. Assim, os vínculos afetivos observados no bairro São Marcos revelam a complexidade das relações entre sujeitos e espaço, evidenciando que o pertencimento é constantemente produzido nas vivências cotidianas e nas interações comunitárias.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para os estudos sobre lugar, memória e identidade na Geografia, ao evidenciar a importância das experiências vividas na compreensão das relações socioespaciais. Além disso, destaca-se a relevância de valorizar os patrimônios materiais e imateriais presentes nas comunidades locais, reconhecendo-os como elementos fundamentais para a preservação da memória coletiva e para o fortalecimento dos sentimentos de pertencimento e identidade territorial. Sugere-se, para pesquisas futuras, o aprofundamento das análises sobre as transformações socioespaciais do bairro e seus impactos nas formas contemporâneas de vivenciar e significar o lugar.

Referências bibliográficas

AMARAL, A. L. **Dicionário de Direitos Humanos**, 2006. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento Acesso em: 23 dez. 2025.

ARANTES, A. A. Prefácio. In: ARANTES, A. A. (org**). Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.7-10.

AREB, M. V. MANAUS E TOPOFILIA: Comida e afetividade na construção do lugar. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 9, n. 19, p. 145-162, 2020.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARBOSA, L. M. **Topofilia, Memória E Identidade Na Vila Do IAPI Em Porto Alegre**. Para Onde!?, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2010. DOI: 10.22456/1982-0003.22114. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/22114. Acesso em: 24 jul. 2024.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896 Acesso em: 24 jul 2024.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CHAVEIRO, E. F. Corporcidade e lugar: elos da produção da existência. In: MARANDOLA JUNIOR, E.; WERTHER, H.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Qual o espaço do lugar? geografia, epistemologia, fenomenologia.** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 249-279.

CRUZ, V. C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R.; ARRAIAS, T. A. (Ed.). **Itinerários geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007. p. 13-35.

DARDEL, E. **O homem e a terra**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DE GOUVEIA, M. S. TOPOFILIA E TOPOFOBIA EM "ACREANIDADE: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA"; UÁQUIRI-**Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, v. 4, n. 2, 2022.

DE LIMA GUIMARÃES, S. T. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul,** v. 17, n. 33, p. 117-142, 2002.

DE SOUSA FROTA, A. J. Memória, paisagem identitária e topofilia: sentido de espaço em Goodbye to a River e The Man Who Rode Midnight. **Contexto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Fortaleza, n. 31, 2017.

DO CARMO GONÇALVES GUIMARÃES, G.; PINHEIRO NETO, J. E. Relações topofílicas em Poemas de Becos de Goiás e Estórias Mais e Villa Boa de Goyaz, de Cora Coralina. **Ícone: Revista de Letras**, v. 21, n. 1, 2021.

DO NASCIMENTO, R. V.; TESTA, E. C.; DE MORAIS, P. K. VOZES E VERSOS: A TOPOFILIA E A IDENTIDADE NOS POEMAS QUILOMBOLAS DO TOCANTINS. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 20, p. 224-238, 2022.

DUARTE D. R. et al. **Conexão entre pessoas e ambiente: uma revisão de literatura sobre topofilia. Oculum Ensaios**, v. 18, e214706, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.242202318-0919v18e2021a4706. Acesso em: 2 set. 2025.

ENTRIKIN, N. **The betweenness of place: towards a geography of modernity**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991a.

FEITOSA, M. Topofilia e espaciosidade em Lanzarote: a experiência epifânica de Saramago. **ITINERÁRIOS–Revista de Literatura**, n. 57, 2023.

FERREIRA, Luiz Felipe. Iluminando o Lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia. Goiânia**, jan/julho de 2002. v. 22, n.01. p. 43-72.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população. Ocara-CE**. IBGE Cidades. 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ocara/panorama Acesso em: 4 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Perfil Municipal de Ocara 2017**. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Ocara_2017. Acesso em: 14 ago. 2024.

LEITE, Adriana Filgueira. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências-UFRJ**. Vol.21. p.20, 1998.

LOPES RIBEIRO, Zenilda. Uma abordagem conceitual sobre a etnogeografia: definições, gênese e fundamentos. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 39–60, 2022. DOI: 10.62516/terra_livre.2021.2268. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2268. Acesso em: 17 jun. 2026.

LEWIS, P. Axioms for reading the landscape: some guides to the American scene. In: MEINIG, D. W. (org.). The interpretation of ordinary landscapes: geographical essays. Nova Iorque: **Oxford University Press**, 1979, pp. 11-32.

LOWENTHAL, David. Caribbean views of caribbean land. **Canadian Geographer**, v. 5, n. 2, p. 1-9, 1961.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: Christofoletti, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia. São Paulo:** DIFEL, 1982 [1961].

LUCKERMANN, F. Geography as a formal intelectual discipline and the way in wich it contributes to human Knowledge. **Canadian Geographer**, v. 8, n. 4, p. 167-172, 1964.

MARANDOLA JUNIOR, E. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JUNIOR, E.; WERTHER, H.; OLIVEIRA, L. (Org.). Qual o espaço do lugar? geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: **Perspectiva,** 2014. p. 227-247.

MARANDOLA, Eduardo. MAPEANDO "LONDRINAS": IMAGINÁRIO E EXPERIÊNCIA URBANA1. **Geografia**, *[S. l.]*, v. 33, n. 1, p. 103–126, 2008. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1777. Acesso em: 17 jun. 2026.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. Ed. São Paulo: **Hucitec**, 2010. p. 261- 297.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. de M. O lugar como uma construção social. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 2, n. 14, 2011. DOI:10.33081/formacao. v2i14.645. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645. Acesso em: 2 set. 2025.

NAKAMA, L. Y. T. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Lúcia Y. Nakama. Londrina: Eduel, 1980. 156 p.

NASCIMENTO, C. A. Tempo, terra, a terra do meu tempo: questões de topofilia, identidade e memória, em Cora Coralina e Zeca Preto. **[Revista não especificada**], 2023.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JUNIOR, E.; WERTHER, H.; OLIVEIRA, L. (Org.). Qual o espaço do lugar? geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: **Perspectiva,** 2014. p. 17-32.

RODRIGUES, M.; SANTOS, R. D. O. D.; RAIMUNDO, S. Topofilia e expressões imagéticas sobre o turismo: contribuições e perspectivas da comunidade quilombola da Rasa (**Armação dos Búzios–RJ**). (Syn)thesis, v. 16, n. 2, p. 74-96, 2023.

SERPA, A. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 168-185, 2013.

SILVA, R. G. **Construção de pertencimento a partir do espaço geográfico**: ancestralidade e topofilia no Centro de Ensino Quilombola Rafaela Pires, no quilombo Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-Mirim/MA. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2024.

TUAN, Y. F. **Space, and place: the perspective of experience.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência.** Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

Habitação social no centro de Niterói: a produção política da ausência e o caso do "Prédio da Caixa"

Social Housing in Downtown Niterói: The Political Production of Absence and the Case of the "Prédio da Caixa"

Vivienda social en el centro de Niterói: la producción política de la ausencia y el caso del "Prédio da Caixa"

Alex Franco Moreira Riker

Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ
alex.riker2@outlook.com

Resumo:
A ausência de habitação de interesse social em áreas centrais expressa processos históricos de produção desigual do espaço urbano. Este artigo analisa a produção da ausência de habitação social no centro de Niterói (RJ), buscando compreender a relação entre políticas urbanas, valorização imobiliária e permanência das populações de baixa renda. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise documental, dados estatísticos, geoprocessamento e estudo de caso do Edifício Nossa Senhora da Conceição, conhecido como "Prédio da Caixa". Os resultados indicam que as políticas de requalificação do centro priorizam a valorização imobiliária e a atração de investimentos, sem assegurar mecanismos efetivos de permanência da população de baixa renda. O caso analisado evidencia que a remoção dos moradores não foi acompanhada por solução habitacional definitiva em localização equivalente, reforçando processos de exclusão socioespacial. Conclui-se que a ausência de habitação social constitui parte de um processo seletivo de produção do espaço urbano e de restrição do direito à cidade.

Palavras-chave: Habitação social, Centro de Niterói, Direito à cidade, Centralidade urbana, Segregação socioespacial.

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA	Niterói (RJ)	2026 v.6 n.1 (jan.-jun.)	e-ISSN: 1980-9018

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract:

The absence of social housing in central areas reflects historical processes of unequal urban space production. This article analyzes the production of the absence of social housing in downtown Niterói, Rio de Janeiro, seeking to understand the relationship between urban policies, real estate appreciation, and the permanence of low-income populations. The research adopts a qualitative approach based on a literature review, documentary analysis, statistical data, geoprocessing, and a case study of the Nossa Senhora da Conceição Building, known as "Prédio da Caixa". The results indicate that urban requalification policies in the central area prioritize real estate appreciation and investment attraction without ensuring effective mechanisms for the permanence of low-income populations. The case analyzed shows that the residents' removal was not followed by a definitive housing solution in an equivalent location, reinforcing processes of socio-spatial exclusion. It is concluded that the absence of social housing is part of a selective process of urban space production and restriction of the right to the city.

Keywords: Social housing, Downtown Niterói, Right to the city, Urban centrality, Socio-spatial segregation.

Resumen:
La ausencia de vivienda social en las áreas centrales expresa procesos históricos de producción desigual del espacio urbano. Este artículo analiza la producción de la ausencia de vivienda social en el centro de Niterói, Río de Janeiro, buscando comprender la relación entre políticas urbanas, valorización inmobiliaria y permanencia de poblaciones de bajos ingresos. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en revisión bibliográfica, análisis documental, datos estadísticos, geoprocesamiento y estudio de caso del Edificio Nossa Senhora da Conceição, conocido como "Prédio da Caixa". Los resultados indican que las políticas de recalificación del área central priorizan la valorización inmobiliaria y la atracción de inversiones, sin garantizar mecanismos efectivos para la permanencia de la población de bajos ingresos. El caso evidencia que la expulsión de los residentes no fue acompañada por una solución habitacional definitiva en una localización equivalente, reforzando procesos de exclusión socioespacial. Se concluye que la ausencia de vivienda social forma parte de un proceso selectivo de producción del espacio urbano y de restricción del derecho a la ciudad.

Palabras-clave: Vivienda social, Centro de Niterói, Derecho a la ciudad, Centralidad urbana, Segregación socioespacial.

INTRODUÇÃO

A problemática da habitação social em áreas centrais constitui um dos principais desafios das cidades brasileiras contemporâneas. Em geral, os centros urbanos concentram infraestrutura, serviços e acessibilidade, mas permanecem inacessíveis para parcelas significativas da população de baixa renda (Maricato, 2014). Esse processo não é aleatório, mas resultado de dinâmicas históricas de produção do espaço urbano, marcadas pela atuação do Estado e do mercado imobiliário (Rolnik, 2015).

No município de Niterói (RJ), essa contradição se expressa de forma evidente. Apesar de apresentar elevados indicadores socioeconômicos e forte centralidade urbana, observa-se uma histórica ausência de políticas efetivas de habitação de interesse social na área central (Sousa, 2016; Bienenstein et al., 2018). Tal ausência contribui para a manutenção de padrões de segregação socioespacial e para o afastamento das populações de menor renda para áreas periféricas.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a produção histórica e institucional da ausência de políticas de habitação de interesse social no centro de Niterói, compreendendo-a como resultado de processos históricos, políticos e econômicos. Para isso, parte-se de uma abordagem fundamentada na Geografia Crítica, com destaque para as contribuições de Lefebvre acerca da produção do espaço e do direito à cidade (Lefebvre,2001).

Como recorte empírico, destaca-se o caso do edifício Nossa Senhora da Conceição, conhecido como "Prédio da Caixa", cuja trajetória evidencia, de forma concreta, as contradições das políticas urbanas e habitacionais no município. A remoção de seus moradores e os projetos de requalificação da área central revelam a centralidade dos interesses do mercado imobiliário na definição dos usos do espaço urbano.

Procedimentos metodológicos

Metodologicamente a pesquisa adota a abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental sobre a produção do espaço urbano, as políticas habitacionais e as

intervenções urbanísticas no centro de Niterói. Também foram utilizados documentos oficiais, legislação, notícias institucionais e registros relativos ao Edifício Nossa Senhora da Conceição "Prédio da Caixa", articulados à experiência do autor como morador do edifício por aproximadamente vinte anos, empregada como elemento de contextualização do objeto de estudo e interpretada à luz do referencial teórico adotado.

Ao discutir a ausência de habitação social no centro de Niterói, o artigo contribui para o debate sobre direito à cidade e políticas urbanas, evidenciando como projetos de "revitalização" podem reforçar processos de exclusão e gentrificação.

Produção do espaço e centralidade

A compreensão da ausência de habitação social em áreas centrais demanda uma leitura crítica da produção do espaço urbano. Nessa perspectiva, parte-se da concepção de que o espaço não é neutro, mas socialmente produzido, constituindo-se como resultado de relações históricas, políticas e econômicas (Lefebvre, 1999). Para o autor, o espaço urbano é produzido a partir das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, sendo marcado por processos simultâneos de concentração e dispersão, denominados de "implosão-explosão". Essa dinâmica favorece a valorização de determinadas áreas, especialmente as centrais, ao mesmo tempo em que contribui para a expulsão das populações de menor renda para as zonas periféricas.

Nesse contexto, a centralidade assume papel estratégico. Mais do que uma localização geográfica, o centro urbano concentra infraestrutura, equipamentos públicos, serviços, oportunidades de trabalho e funções de comando político e econômico (VILLAÇA, 2001; LEFEBVRE, 2001). O acesso a essa centralidade torna-se, portanto, um elemento fundamental na reprodução das desigualdades socioespaciais.

A discussão articula-se ainda ao conceito de direito à cidade, formulado por Lefebvre (2001), que reivindica não apenas o acesso ao espaço urbano, mas também a possibilidade de participar de sua produção e transformação. Nas cidades brasileiras, entretanto, esse direito é frequentemente negado às populações de baixa renda,

sobretudo nas áreas centrais, onde a valorização imobiliária restringe o acesso à moradia.

Nesse contexto, Maricato (2014) e Souza (2016) apontam que políticas urbanas frequentemente orientadas por projetos de "revitalização" acabam reforçando a lógica da valorização fundiária e imobiliária, priorizando interesses privados em detrimento das necessidades sociais. Esse processo favorece a gentrificação, entendida como a substituição progressiva das populações de menor renda por grupos de maior poder aquisitivo em decorrência da valorização imobiliária e das transformações urbanas. Como consequência, a permanência dos grupos populares nas áreas centrais torna-se cada vez mais difícil, reforçando processos de segregação socioespacial (MARICATO, 2014).

Dessa forma, a ausência de habitação social em áreas centrais não deve ser compreendida como resultado de omissão do poder público, mas como produto de escolhas políticas e econômicas e territoriais que estruturam a produção do espaço urbano. É a partir dessa perspectiva que se analisa o caso do centro de Niterói.

A importância da habitação social em áreas centrais

Este capítulo discute a importância das habitações de interesse social em áreas centrais, destacando suas dimensões socioeconômicas, ambientais, urbanas e de saúde pública. Como já apontado, a principal resposta histórica do poder público à demanda habitacional foi a produção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas, frequentemente de baixa qualidade técnica e insuficientes diante da demanda. Esse modelo contribuiu para o afastamento das populações de baixa renda das áreas centrais, restando como alternativa a ocupação de assentamentos precários, muitas vezes sem infraestrutura adequada e em condições insalubres, como cortiços. O resultado foi a consolidação de cidades desiguais, segregadas e marcadas pela informalidade (BONDUKI, 1998; MARICATO, 2014).

A formação das cidades brasileiras está diretamente associada a um processo histórico de exclusão, reforçado por um modelo de urbanização rodoviarista que priorizou o transporte individual e favoreceu a expansão periférica das cidades, contribuindo para a expulsão das populações de baixa renda das áreas centrais (VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2014). Essa expulsão ocorre tanto de forma direta, por meio de despejos e remoções, quanto de maneira indireta, pelo aumento dos custos de permanência nesses espaços. Nesse contexto, a qualidade da vida urbana pode ser compreendida a partir de fatores como a qualidade das moradias, a infraestrutura urbana, o acesso a serviços públicos e, sobretudo, a localização da habitação, fazendo da centralidade um elemento fundamental para a garantia do direito à cidade.

A partir da década de 1990, movimentos sociais passaram a reivindicar o direito à moradia nas áreas centrais, especialmente por meio da ocupação de edifícios vazios. Um dos argumentos centrais utilizados por parte dos atores e autores destes processos históricos reside no fato de que a localização privilegiada da moradia social na metrópole traz benefícios tangíveis para o trabalhador e sua família sob diversos pontos de vista: facilidade de acesso aos postos de trabalho, acesso a serviços públicos e sociais, maior tempo para investir na família, descanso, estudos e lazer, entre outros (KOHARA, 1999).

Do ponto de vista da saúde pública e do meio ambiente, a habitação em áreas centrais pode contribuir para a redução dos deslocamentos pendulares, diminuindo a poluição atmosférica, o consumo de combustíveis e seus impactos sobre a saúde da população. Além disso, reduz-se a pressão sobre áreas ambientalmente frágeis, frequentemente ocupadas de forma irregular nas periferias, como encostas, margens de rios e áreas de preservação permanente (SALDIVA, 2009; NOBRE et al., 2010). A centralidade também influencia a mobilidade urbana ao reduzir as distâncias percorridas diariamente, o que

pode contribuir para a diminuição de acidentes de trânsito e de seus impactos sociais e econômicos. Apesar disso, as políticas públicas costumam concentrar-se em medidas voltadas ao comportamento individual dos usuários das vias, deixando em segundo plano a influência da organização espacial da cidade sobre esses problemas (OMS, 2009).

Outro aspecto relevante é o acesso a equipamentos públicos. Nas grandes cidades brasileiras, parcela significativa dos equipamentos públicos de saúde, educação, cultura e assistência social se concentra nas áreas centrais, o que amplia as oportunidades para os moradores dessas regiões.

Na dimensão sociopolítica, morar em áreas centrais pode, em determinados contextos urbanos significar menor exposição à violência quando comparado a áreas periféricas historicamente mais vulneráveis (GONZAGA, 2012). Além disso, a inclusão habitacional em áreas centrais contribui para reduzir a segregação socioespacial e promover maior interação social, aspecto associado à melhoria da saúde mental (OMS, 2003). A questão de gênero também merece destaque, uma vez que as áreas centrais oferecem melhores condições de acesso a serviços públicos, oportunidades de trabalho e redes de apoio, tornando-se estratégicas para a autonomia e a qualidade de vida das mulheres (GONZAGA, 2012).

Do ponto de vista econômico, a produção de habitação social em áreas centrais, especialmente por meio da reabilitação de edifícios existentes, pode gerar empregos mais qualificados e diversificados. Além disso, trabalhadores da economia informal são diretamente beneficiados pela proximidade entre moradia e trabalho. Em países como a França, a reabilitação de edifícios possui papel relevante na indústria da construção civil, demandando maior intensidade de mão de obra e a atuação de empresas de menor porte (DIOGO, 2004). Em contrapartida, os sistemas construtivos empregados em grandes conjuntos habitacionais tendem a privilegiar processos de pré-moldagem e pré-fabricação,

reduzindo a intensidade do trabalho empregado (DIOGO, 2004).

Por fim, a centralidade representa uma economia significativa para as famílias de baixa renda, tanto em termos financeiros quanto de tempo. A redução do tempo de deslocamento permite maior dedicação à educação, ao lazer, aos cuidados com a saúde e à convivência familiar. Apesar de ganhar maior visibilidade nas últimas décadas por meio das ocupações de edifícios vazios, a luta pela habitação social em áreas centrais integra um processo histórico que remonta às formas de moradia popular existentes desde o século XIX, como os cortiços e os quintais (BONDUKI, 1998).

O Centro de Niterói e a produção da ausência

A configuração socioespacial do centro de Niterói é resultado de um longo processo histórico de intervenções urbanas, transformações econômicas e ações estatais que redefiniram continuamente o uso e o valor do espaço urbano. Ao longo do século XX, o centro consolidou-se como principal núcleo de concentração das atividades administrativas, comerciais e de serviços do município. Intervenções como a abertura da Avenida Ernani do Amaral Peixoto e os projetos de modernização urbana contribuíram para intensificar esse processo, estabelecendo novos padrões de ocupação e valorização imobiliária (KRYKHTINE, 2011; DRUMOND, 2018).

Entretanto, a partir da década de 1970, transformações estruturais como a perda do status de capital do estado e mudanças na dinâmica metropolitana, alteraram o papel do centro na cidade. Observa-se, nesse período, um processo de reestruturação urbana marcado tanto pela saída de parcelas das classes de maior renda quanto pela intensificação da ocupação por segmentos populares (OLIVEIRA; MIZUBUTI, 2007; SOUSA, 2016).

Esse movimento, no entanto, não resultou em políticas consistentes de permanência dessas populações na área

central. Pelo contrário, a ausência de políticas habitacionais voltadas às camadas de menor renda, associada à valorização fundiária e às estratégias do mercado imobiliário, contribuiu para a progressiva exclusão desses grupos.

Nas últimas décadas, diferentes iniciativas voltadas à requalificação do centro de Niterói, como a Operação Urbana Consorciada e outros projetos de renovação urbana, passaram a orientar o planejamento municipal (SOUSA, 2016; BIENENSTEIN et al., 2018). Essas intervenções foram justificadas pela necessidade de recuperação econômica, funcional e paisagística da área central. A análise dessas iniciativas, entretanto, permite observar sua associação com processos de valorização imobiliária e com a limitada incorporação de políticas voltadas à habitação de interesse social.

Nesse contexto, a produção do espaço urbano no centro de Niterói revela um padrão recorrente: a centralidade é continuamente reafirmada como espaço estratégico, mas seu acesso permanece seletivo. A habitação social, particularmente, é sistematicamente negligenciada, evidenciando um processo ativo de exclusão das populações de baixa renda (LEFEBVRE, 1999; VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2014).

É nesse cenário que se insere o caso do "Prédio da Caixa", cuja trajetória sintetiza, em escala concreta, as contradições entre políticas urbanas, valorização imobiliária e direito à cidade.

Transformações urbanas do Centro de Niterói

A partir da década de 1970, entretanto, transformações estruturais, como a perda do status de capital do estado do Rio de Janeiro e as mudanças na dinâmica metropolitana após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, provocaram um processo de reestruturação urbana em Niterói.

A centralidade administrativa foi reduzida, parte das atividades econômicas deslocou-se para outros municípios da metrópole e o centro passou a apresentar perda populacional e esvaziamento de determinados usos, criando as condições que posteriormente fundamentariam os discursos de "deterioração" da área central (DRUMOND, 2018).

Figura 1 – simulação das quadras antes e depois da abertura da Av. Amaral Peixoto

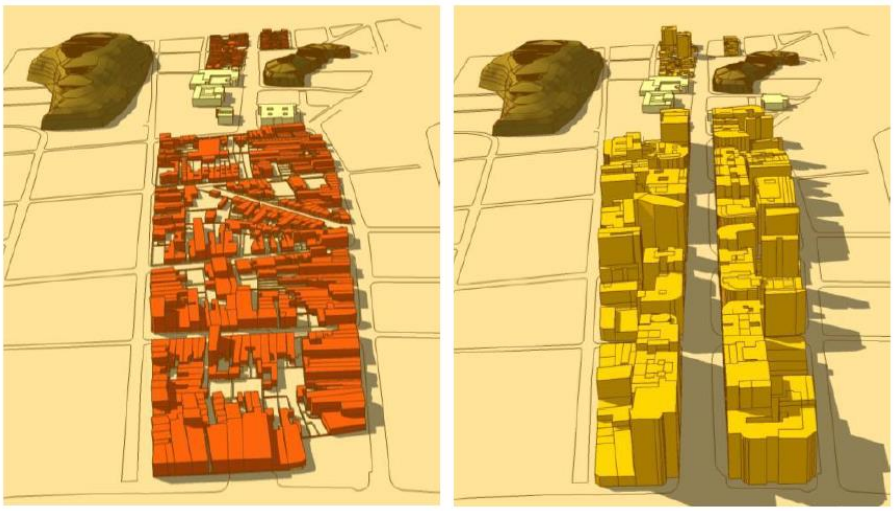


Figura 2 - Simulação das quadras antes da intervenção da avenida

Figura 3 - Simulação das quadras após a consolidação da avenida

Fonte: Krykhtine (2011).

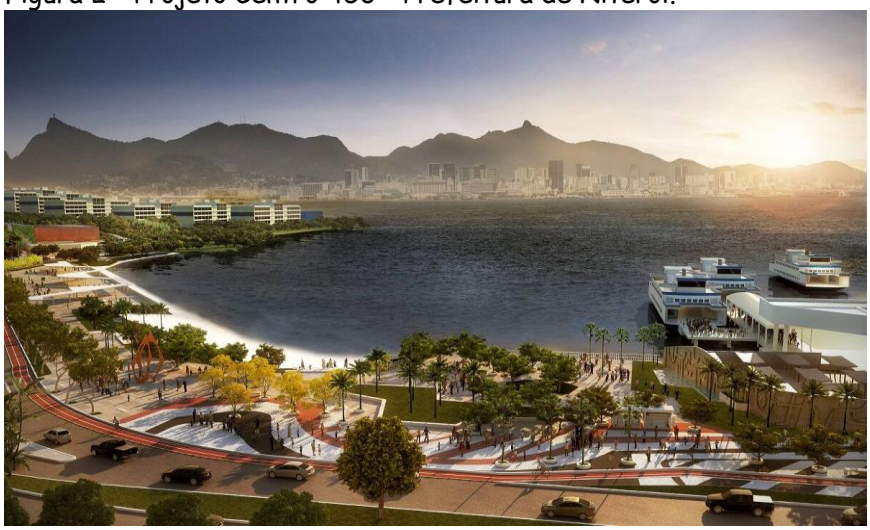
Nas décadas recentes, esse quadro passa a ser reinterpretado pelo poder público como um processo de "deterioração", justificando a implementação de políticas de "revitalização" urbana. Em Niterói, tais iniciativas se intensificam a partir dos anos 2000, com projetos inspirados em modelos empresariais de gestão urbana, voltados à valorização imobiliária e à atração de investimentos.

A Operação Urbana Consorciada da Área Central exemplifica essa lógica ao priorizar parcerias público-privadas e a reconfiguração espacial orientada pelo mercado. Embora

apresentada como estratégia de requalificação urbana, observa-se a ausência de medidas efetivas voltadas à permanência das populações de baixa renda, reforçando processos de exclusão e seletividade no acesso à centralidade.

Dando continuidade a esse projeto de revitalização do Centro de Niterói, em fevereiro de 2022, o então Prefeito Axel Grael (PDT) anunciou um pacote de obras para modernizar e revitalizar o Centro para marcar os 450 anos da Cidade que seriam comemorados em 2023. Segundo a prefeitura, o projeto Centro 450, lançado pela Prefeitura Municipal de Niterói em 2022, previa investimentos da ordem de R$ 400 milhões para obras que transformaria a paisagem, a infraestrutura, a mobilidade e a acessibilidade da região central de Niterói (PREFEITURA DE NITERÓI, 2022).

Figura 2 - Projeto Centro 450 - Prefeitura de Niterói.



Fonte: Prefeitura Municipal de Niterói (2022).

O projeto previa a implantação de 10 quilômetros de vias "reurbanizadas", sendo elas as principais do Centro. A Avenida Amaral Peixoto irá receber um corredor verde com canteiros de árvores nos dois lados da via; a Rua da Conceição irá receber construção de novas calçadas com acessibilidade e

dutos subterrâneos para as redes de telecomunicações; e a Avenida Rio Branco ganhará um novo paisagismo e novo calçamento com corredor viário que conecta a Ponta D'Areia à Concha Acústica.

Segundo o secretário Municipal de Urbanismo e Mobilidade, Renato Barandier, "o abandono dos grandes lotes privados gerou uma condição de degradação no local. Precisamos trazer mais qualidade urbana e reverter esse cenário, tornando o Centro mais atrativo para investimentos e para novas moradias" (PREFEITURA DE NITERÓI, 2022). E para contornar isso, o projeto irá realizar a reformulação de ruas que vão integrar o Centro ao Caminho Niemeyer. Serão criadas quadras no lote onde funcionou um supermercado. Neste trecho, serão formados oito quarteirões para permitir o acesso de veículos e pedestres ao local que reúne as obras do arquiteto Oscar Niemeyer. A meta anunciada pela Prefeitura era ampliar a oferta de aproximadamente três mil novas unidades habitacionais na região central, sem especificação de destinação prioritária para habitação de interesse social (PREFEITURA DE NITERÓI, 2022).

A pacote total de obras do projeto Centro 450 previa a implantação: a revitalização da Avenida Amaral Peixoto; reurbanização da Rua da Conceição; corredor de transporte da Avenida Visconde do Rio Branco; nova Praça Araribóia; duplicação do bicicletário da Praça Araribóia; parque esportivo Concha Acústica; pista de atletismo na UFF; entorno da Concha Acústica; revitalização das Avenidas Marquês do Paraná (parte norte) e Jansen de Melo; revitalização do Portugal Pequeno; reforma das praças do Rink, Jardim São João, Praça das Águas, República e Leoni Ramos; Reforma do prédio da Caixa; Parque das Águas Escondidas; recuperação da Casa Norival de Freitas, do Jardim do Solar do Jambeiro e Janete Costa, e a urbanização do Morro da Penha e da Favela do Sabão (PREFEITURA DE NITERÓI, 2022).

Embora parte das intervenções previstas pelo projeto já tenha sido executada e outras ainda permaneçam em implementação, observa-se que a política urbana expressa pelo Centro 450 prioriza a requalificação dos espaços públicos e a valorização da área central, sem estabelecer diretrizes claras para a produção de habitação de interesse social. Dessa forma, reforça-se uma lógica em que a centralidade continua sendo objeto de investimentos e valorização, mas permanece inacessível para grande parte da população de baixa renda, mantendo as contradições discutidas ao longo deste trabalho.

O Prédio da Caixa e a falta de habitação social

Localizado no centro de Niterói, o Edifício Nossa Senhora da Conceição, conhecido como "Prédio da Caixa", constitui um caso emblemático para compreender a questão da habitação social em áreas centrais. Com 394 unidades de uso misto, o edifício passou por diferentes fases, refletindo as transformações do próprio centro da cidade. Construído na década de 1950, em um contexto de valorização da área central, acompanhou o processo de esvaziamento e deterioração do centro de Niterói nas décadas seguintes, abrindo espaço para diferentes formas de ocupação. A partir da década de 1990, o edifício passou a ser marcado pela atuação de grupos ligados à exploração da prostituição e por ocupações irregulares de apartamentos. Paralelamente, famílias de baixa renda passaram a utilizar o imóvel como alternativa de moradia em razão de sua localização privilegiada. A trajetória do edifício foi acompanhada de perto pelo autor deste artigo, que residiu no local por aproximadamente vinte anos. Essa experiência permitiu compreender aspectos do cotidiano do edifício e de seus processos de ocupação, sendo utilizada como elemento de contextualização da análise, sempre articulada à revisão bibliográfica e à análise documental desenvolvidas nesta pesquisa.

Figura 3 – O autor brincando com a mãe e irmão no corredor do prédio.



Fonte: Acervo Pessoal do Autor, 2003.

Inicialmente, o edifício ainda mantinha condições mínimas de funcionamento. Entretanto, com o avanço das atividades ilegais e o abandono por parte de proprietários e gestores, suas condições de habitabilidade deterioraram-se progressivamente. Problemas como o abastecimento irregular de água, ligações clandestinas de energia elétrica e a insegurança passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores.

Apesar dessas condições, o edifício representava, para muitas famílias, uma oportunidade concreta de acesso à cidade. A localização central permitia proximidade com os locais de trabalho, redução dos custos de deslocamento e acesso a

serviços públicos, comércio e equipamentos urbanos. A própria trajetória da família do autor ilustra essa realidade: o trabalho informal desenvolvido por seus responsáveis dependia diretamente da localização central do edifício, fator essencial para a manutenção da renda familiar.

Essa situação não era isolada. Para muitos moradores, residir no "Prédio da Caixa" significava não apenas garantir uma moradia, mas também ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, acesso à educação, à cultura e aos serviços públicos. A experiência do autor, que viveu no edifício durante aproximadamente vinte anos, evidencia como a centralidade urbana pode influenciar trajetórias educacionais e oportunidades de ascensão social.

Assim, o "Prédio da Caixa" expressa uma contradição central: ao mesmo tempo em que apresentava condições precárias de habitabilidade, oferecia acesso à cidade e às oportunidades que ela proporciona. Nessa perspectiva, o direito à cidade corresponde ao "direito à vida urbana" (LEFEBVRE, 2001); ao acesso à terra urbanizada, servida por infraestrutura e serviços (MARICATO, 2013); por fim, ao direito de morar com dignidade e bem-estar, mas também de morar onde quiser, bem como de usufruir de todos os equipamentos públicos que a cidade oferece (SILVA, 2019).

Ao mesmo tempo, o edifício foi alvo de intenso processo de estigmatização. Sua associação recorrente à criminalidade reforçou preconceitos de classe, raça e gênero, contribuindo para deslegitimar seus moradores e invisibilizar as múltiplas formas de vida ali existentes. Nesse contexto, evidencia-se o conflito entre o direito à cidade e os interesses de valorização imobiliária. A permanência de famílias de baixa renda em uma área central mostrou-se incompatível com o projeto de reestruturação urbana em curso, favorecendo a construção de um discurso que legitimou sua desocupação.

A lamentável e violenta remoção

No dia 7 de junho de 2019, os moradores do Edifício Nossa Senhora da Conceição foram removidos compulsoriamente por determinação judicial, em ação decorrente de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que alegava riscos à segurança e à salubridade do imóvel. A decisão foi cumprida com apoio da Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros e equipes da Prefeitura de Niterói, resultando na retirada forçada das famílias residentes (GORHAM; ALVES, 2019).

A operação ocorreu nas primeiras horas da manhã e foi marcada pelo uso de força policial, arrombamento das portas dos apartamentos e retirada imediata dos moradores. Muitos relataram não terem recebido notificação individual prévia e não conseguiram retirar seus pertences pessoais. O prédio foi lacrado no mesmo dia, permanecendo inacessível aos moradores, inclusive para a retirada de documentos, móveis e animais domésticos (GORHAM; ALVES, 2019).

Nos meses seguintes, os moradores organizaram manifestações públicas reivindicando o direito à moradia, o acesso aos bens retidos no edifício e a continuidade do pagamento do aluguel social. Segundo Gorham e Alves (2019), a mobilização contou com apoio de movimentos sociais, pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, parlamentares e entidades da sociedade civil, demonstrando que a remoção não foi aceita passivamente pelos atingidos.

Como medida emergencial, a Prefeitura de Niterói instituiu o pagamento de aluguel social no valor de R$ 782,00 por família (O GLOBO, 2019). Entretanto, o benefício mostrou-se insuficiente para garantir a permanência dos moradores na região central, onde os valores praticados pelo mercado imobiliário eram significativamente superiores. Além disso, exigências como fiador, caução e documentação dificultaram o

acesso ao benefício, enquanto falhas no cadastramento produziram situações de pedidos duplicados e atrasos na concessão do auxílio (GORHAM; ALVES, 2019).

Nos anos seguintes, parte dos proprietários e posseiros recebeu indenizações decorrentes da desapropriação do imóvel promovida pelo Município. Contudo, os valores pagos variaram entre os moradores e, em muitos casos, mostraram-se insuficientes para a aquisição de outro imóvel na região central. Outros moradores não receberam qualquer indenização ou solução habitacional definitiva. Também chegou a ser anunciada a construção de um conjunto habitacional no Largo do Barradas para parte das famílias removidas, proposta que posteriormente deixou de avançar e passou a ser cogitada em outras áreas do município, ainda mais distantes da região central (NEPHU/UFF, 2020).

Esses desdobramentos evidenciam que as medidas adotadas pelo poder público priorizaram a desocupação do imóvel, sem assegurar a permanência da população de baixa renda na região central. Como discutem Bienenstein et al. (2017), a ausência de políticas habitacionais voltadas à permanência das populações populares nas áreas centrais acaba reforçando processos de segregação socioespacial. No caso do "Prédio da Caixa", a remoção prolongou-se para além do despejo físico das famílias, materializando-se na perda do acesso à centralidade e na precarização das condições de vida.

Essa dinâmica torna-se ainda mais evidente quando se observa a localização estratégica do edifício. Conforme destacado pelo NEPHU (2020), o imóvel encontra-se inserido na Área de Especial Interesse Turístico definida pelo Plano Diretor de Niterói (2019) e no perímetro da Operação Urbana Consorciada do Centro, além de estar próximo à futura sede da Justiça Federal, contexto que reforça sua valorização imobiliária e seu interesse para projetos de requalificação urbana.

Figura 4 – Localização do Edifício Nossa Senhora da Conceição no perímetro da Operação Urbana Consorciada e da Área de Especial Interesse Turístico do Centro de Niterói, e parte do traçado proposto para o VLT Praias da Baia.



Fonte: Adaptado de NEPHU/UFF (2020), com base no Plano Diretor de Niterói (2019).

Mais recentemente, a Prefeitura de Niterói lançou consulta pública para elaboração de um projeto de retrofit do edifício, indicando a intenção de reutilização da estrutura existente (PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 2025). Embora apresentada como instrumento de requalificação urbana, a proposta suscita questionamentos acerca dos grupos efetivamente beneficiados por esse processo. Considerando que os antigos moradores permanecem sem solução habitacional definitiva, a requalificação do edifício pode consolidar um processo de substituição social, reforçando a valorização imobiliária da área sem promover a restituição do direito à moradia daqueles que historicamente ocuparam o imóvel.

Dessa forma, o caso do "Prédio da Caixa" sintetiza as contradições discutidas neste trabalho. A remoção evidencia como políticas urbanas orientadas pela valorização da área central podem produzir exclusão socioespacial quando não articuladas a políticas efetivas de habitação de interesse social, convertendo o direito à cidade em um privilégio

condicionado à capacidade de permanência no mercado imobiliário (LEFEBVRE, 2001; MARICATO, 2014).

Considerações Finais

A análise da ausência de habitação social no centro de Niterói evidencia que as dinâmicas urbanas contemporâneas são marcadas por processos seletivos de produção do espaço. Longe de representar uma simples omissão do poder público, essa ausência resulta de escolhas políticas e econômicas que privilegiam a valorização imobiliária em detrimento da permanência das populações de baixa renda nas áreas centrais, conforme discutem Lefebvre (1999; 2001) e Maricato (2014).

No contexto brasileiro, a questão habitacional historicamente foi enfrentada por meio da expansão periférica e da tolerância à produção informal da moradia, sem alterar de forma estrutural a lógica de acesso desigual ao solo urbano (Bonduki, 1998). Em Niterói, esse processo manifesta-se na combinação entre a ausência de políticas habitacionais de longo prazo, a valorização crescente do centro e a predominância de projetos urbanos voltados à atração de investimentos privados (BIENENSTEIN et al., 2018; SOUSA, 2016). Como consequência, a centralidade permanece seletiva, enquanto parcela significativa da população continua excluída dos espaços dotados de infraestrutura, serviços e oportunidades.

O caso do Edifício Nossa Senhora da Conceição demonstra que essa exclusão não ocorre apenas pela inexistência de políticas habitacionais, mas também por meio de processos ativos de deslocamento das populações populares. A remoção dos moradores, somada à inexistência de alternativas capazes de assegurar sua permanência na área central, evidencia como o direito à cidade permanece condicionado à lógica do mercado imobiliário (GORHAM; ALVES, 2019).

Ao mesmo tempo, a pesquisa demonstra que a presença de populações de baixa renda nas áreas centrais representa elemento fundamental para a diversidade socioespacial, para o aproveitamento da infraestrutura urbana existente e para o fortalecimento das dinâmicas econômicas e sociais desses espaços. Nesse sentido, políticas de habitação de interesse social em áreas centrais não devem ser compreendidas apenas como resposta ao déficit habitacional, mas como instrumento de promoção da justiça espacial e de democratização do acesso à cidade (MARICATO, 2014; SANTOS, 2014).

Por fim, o estudo evidencia que a discussão sobre habitação social no centro de Niterói ultrapassa o caso específico do "Prédio da Caixa". Trata-se de uma problemática presente em diversas cidades brasileiras, nas quais projetos de requalificação urbana frequentemente coexistem com processos de exclusão socioespacial. Reafirma-se, portanto, a necessidade de políticas públicas que integrem habitação, planejamento urbano e direito à cidade, assegurando que a revalorização dos centros urbanos não ocorra à custa da expulsão de seus moradores historicamente mais vulneráveis (LEFEBVRE, 2001; SOUZA, 2016). Ao evidenciar como a ausência de habitação social também constitui uma forma de produção do espaço urbano, este estudo contribui para o debate geográfico sobre centralidade, políticas urbanas e direito à cidade, reforçando a necessidade de que projetos de requalificação urbana incorporem mecanismos efetivos de permanência das populações de baixa renda nas áreas centrais.

REFERÊNCIAS

BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel Mendes M. de; GORHAM, Cynthia. Apontamentos sobre o processo de revisão do Plano Diretor da cidade de Niterói. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 13, 2018.

BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel Mendes (Orgs.). Universidade e luta pela moradia. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CAMPOS, Maristela Chicharo de. O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890). 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

DIOGO, Érica Cristina. Habitação social no contexto da reabilitação do centro de São Paulo. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DRUMOND, Rafael Carvalho. A cidade de Niterói: política urbana, valorização do solo e habitação. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 15., 2018, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

GONZAGA, Terezinha. A arquitetura e a cidade também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero. São Paulo: Annablume, 2012.

GORHAM, Cynthia; ALVES, Luiz Eduardo. Prédio da Caixa: uma cidade da exclusão. Niterói: NEPHU/UFF, 2019.

KOHARA, Luiz Tokuzi. Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: estudo de casos na área central de São Paulo. 1999. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

KRYKHTINE, Carlos Alberto Peres. Avenida Amaral Peixoto: o modernismo e o colonial na abertura de uma via monumental. Niterói, 2011.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

NEPHU/UFF. Prédio da Caixa. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: http://nephu.sites.uff.br/predio-da-caixa/. Acesso em: 9 jul. 2026.

NOBRE, Carlos; YOUNG, Andrea F.; SALDIVA, Paulo et al. Vulnerabilidades das megacidades brasileiras às mudanças climáticas: Região Metropolitana de São Paulo (Sumário Executivo). São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de; MIZUBUTI, Satie. Do local ao global: jogo político, paisagem e construção de uma nova identidade para a cidade – Niterói (RJ). 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Determinantes sociais da saúde: fatos sólidos. 2. ed. Copenhague: Escritório Regional para a Europa, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Global status report on road safety: time for action. Genebra: World Health Organization, 2009.

PEREIRA, Rafael Carvalho. A cidade de Niterói: política urbana, valorização do solo e habitação. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 15., 2018, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. Centro de Niterói de cara nova. Niterói, 2022. Disponível em: https://niteroi.rj.gov.br/centro-de-niteroi-de-cara-nova/. Acesso em: 9 jul. 2026.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALDIVA, Paulo. Meio ambiente e saúde: o desafio das metrópoles. São Paulo: Ex Libris, 2009.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A modernização distópica do território brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. Limites e possibilidades das operações urbanas consorciadas: notas sobre o caso da área central de Niterói (RJ). 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intraurbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

Tecendo territórios com espíritos e tentáculos: cosmopolíticas para um mundo em ruínas

Weaving territories with spirits and tentacles: cosmopolitics for a world in ruins

TISSANT DES TERRITOIRES AVEC DES ESPRITS ET DES TENTACULES : COSMOPOLITIQUES POUR UN MONDE EN RUINES

Giovanna Xavier
giouerjffp@gmail.com
Graduanda do curso de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ

Resumo:
O presente artigo analisa as aproximações entre o conceito de Chthuluceno, formulado por Donna Haraway, e a cosmopolítica Yanomami apresentada por Davi Kopenawa em *A Queda do Céu*. Busca-se compreender como esses referenciais, apesar de suas diferenças epistemológicas, questionam a separação entre natureza e cultura produzida pela modernidade ocidental. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamentando-se em revisão bibliográfica nas áreas de ecologia política, antropologia ameríndia e geografia crítica, com contribuições de autores como Viveiros de Castro, Escobar e Porto-Gonçalves. Discute-se o Chthuluceno em diálogo com o pensamento indígena e com as cosmologias Yanomami, especialmente no contexto amazônico. Também são consideradas as contradições entre diplomacia climática e cosmologias ameríndias no contexto da COP30. A análise aponta para a possibilidade de compreender o território para além de uma superfície administrável, concebendo-o como espaço vivo, relacional e multiespécie.

Palavras-chave: Chthuluceno, Cosmopolítica Yanomami, Território, Guerra ontológica, Ecologia política

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA	Niterói (RJ)	2026 v.6 n.1 (jan.-jun.)	e-ISSN: 1980-9018

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract:
This article analyzes the connections, tensions, and convergences between the concept of the Chthulucene, formulated by Donna Haraway, and the Yanomami cosmopolitics presented by Davi Kopenawa in *The Falling Sky*. It argues that, although grounded in distinct epistemological traditions, both approaches constitute critical responses to the Anthropocene and Capitalocene, challenging the ontological limits of Western modernity and its separation between nature and culture. Drawing on political ecology, Amerindian anthropology, and critical geography, the article argues that contemporary environmental conflicts can be understood as ontological wars and struggles between worlds, following contributions from Viveiros de Castro, Escobar, and Porto-Gonçalves. It also examines the possibility of reterritorializing the Chthulucene through Indigenous thought, particularly in the Amazonian context, as well as the contradictions revealed by COP30 between corporate climate diplomacy and Amerindian cosmologies. Preliminary results indicate that articulating the Chthulucene with Yanomami cosmopolitics enables geography to rethink territory not as an administrable surface, but as a living, relational, and multispecies being, whose continuity depends on practices of care and the preservation of the ontological relations that sustain the world.

Keywords: Chthulucene; Yanomami Cosmopolitics; Territory; Ontological War; Political Ecology

Résumé
Le présent article analyse les rapprochements, les tensions et les convergences entre le concept de Chthulucène, formulé par Donna Haraway, et la cosmopolitique yanomami présentée par Davi Kopenawa dans *La Chute du ciel*. Il soutient que ces deux approches, bien que issues de traditions épistémologiques distinctes, constituent des réponses critiques à l'Anthropocène et au Capitalocène, en dénonçant les limites ontologiques de la modernité occidentale et sa séparation entre nature et culture. À partir de l'écologie politique, de l'anthropologie amérindienne et de la géographie critique, l'article montre que les conflits environnementaux contemporains peuvent être compris comme des guerres ontologiques et des luttes entre des mondes, selon les contributions de Viveiros de Castro, Escobar et Porto-Gonçalves. Il examine également la possibilité de reterritorialiser le Chthulucène à partir de la pensée autochtone, notamment dans le contexte amazonien, ainsi que les contradictions révélées par la COP30 entre diplomatie climatique d'entreprise et cosmologies amérindiennes. Les résultats partiels indiquent que l'articulation entre le Chthulucène et la cosmopolitique yanomami permet à la géographie de repenser le territoire non comme une surface administrable, mais comme un être vivant, relationnel et multispecifique, dont la continuité dépend de pratiques de soin et de la préservation des liens ontologiques qui soutiennent le monde.

Mots-clés: Chthulucène ; Cosmopolitique yanomami ; Territoire ; Guerre ontologique ; Écologie politique

INTRODUÇÃO

A crise socioambiental contemporânea, intensificada pela expansão do capitalismo extrativista e pela aceleração das tecnologias de vigilância e controle, exige quadros analíticos capazes de questionar não apenas a centralidade do humano, mas também as ontologias que sustentam a devastação territorial. Nesse cenário, emergem dois conjuntos de pensamento que, embora situados em tradições distintas, convergem na recusa de uma geografia moderna fundada na separação entre natureza e cultura: o Chthuluceno proposto por Donna Haraway (2016) e a cosmopolítica Yanomami articulada por Davi Kopenawa em A Queda do Céu (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Ambos constituem, em diferentes registros, respostas críticas ao Antropoceno e ao Capitaloceno, denunciando a lógica que transforma a Terra em recurso, o território em superfície explorável e os seres mais-que-humanos em matéria disponível ao mercado.

Sob essa luz, o conflito entre Chthuluceno e capitalismo extrativista não é apenas ecológico: trata-se de um embate entre duas ontologias geográficas. Enquanto o Capitaloceno funda-se na racionalidade moderno-colonial que separa sujeito e mundo, produzindo uma natureza esquartejada e utilitária, o Chthuluceno propõe uma ética da interdependência, convocando humanos e não humanos a "fazer parentes" e habitar coletivamente um planeta em ruína. Paralelamente, a cosmopolítica indígena, especialmente a do povo Yanomami, insiste que rios, ventos, florestas, xapiri e montanhas são parentes e pessoas, confrontando diretamente a epistemologia que naturaliza a exploração e reduz a Terra a objeto.

É nesse ponto que o pensamento de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) se torna crucial: ao afirmar que a disputa territorial na América Latina é sempre disputa entre mundos, o autor evidencia que o conflito ambiental é, antes de tudo, uma guerra ontológica. De um lado, um mundo que acredita que a Terra vive; de outro, um mundo que acredita que a Terra serve. Reconhecer essa diferença é fundamental para uma Geografia comprometida não apenas em descrever o território, mas em defendê-lo, enquanto vida, enquanto ser, enquanto mundo que insiste em continuar existindo apesar da violência extrativista que o atravessa.

Neste artigo, investigam-se as afinidades, tensões e possibilidades de diálogo entre o Chthuluceno de Haraway e a ontologia Yanomami apresentada por Kopenawa. Não se trata de estabelecer equivalências simplistas, mas de reconhecer que ambos, desde posições epistemológicas profundamente distintas, desestabilizam o humanismo moderno e denunciam o caráter destrutivo das

ontologias capitalistas. Argumenta-se que, embora Haraway opere sobretudo no campo teórico e metafórico, e Kopenawa enuncie uma ontologia encarnada, territorializada e xamânica, há uma convergência crítica: ambos anunciam que o mundo está em perigo e que apenas relações multiespécies poderão sustentá-lo. Trata-se, portanto, de compreender como essas epistemologias, quando articuladas à Geografia, oferecem caminhos para reimaginar o território não como superfície de gestão, mas como ser vivo, relacional e insurgente.

METODOLOGIA:

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-analítico, fundamentada em revisão bibliográfica crítica. A pesquisa mobiliza autores da geografia crítica, antropologia ameríndia e ecologia política, com destaque para Donna Haraway, Davi Kopenawa, Eduardo Viveiros de Castro, Arturo Escobar e Carlos Walter Porto-Gonçalves.

Metodologicamente, o trabalho opera por meio de uma análise interpretativa e comparativa de ontologias, buscando identificar aproximações, tensões e deslocamentos entre o conceito de Chthuluceno e a cosmopolítica Yanomami. Não se trata de estabelecer equivalências entre os referenciais, mas de colocá-los em relação, a fim de compreender como produzem diferentes concepções de mundo, natureza e território.

A análise estrutura-se em três movimentos: (i) problematização dos conceitos de Antropoceno e Capitaloceno enquanto narrativas explicativas da crise ambiental; (ii) desenvolvimento do Chthuluceno como proposta ontológica relacional; e (iii) interpretação da cosmopolítica Yanomami como ontologia territorializada, capaz de tensionar e reconfigurar as categorias modernas.
Por fim, a discussão da COP-30 é mobilizada como dispositivo empírico-analítico, permitindo observar como essas ontologias se confrontam no campo da governança climática contemporânea, evidenciando os limites da racionalidade tecnocapitalista diante de cosmologias não modernas.

DESENVOLVIMENTO:

O conceito de Chthuluceno, formulado por Donna Haraway em "Ficando com o problema" (2016), surge como uma alternativa crítica às narrativas totalizantes que dominam o debate ambiental contemporâneo, especialmente o Antropoceno e o Capitaloceno. Para Haraway, tais narrativas correm o risco de universalizar a responsabilidade pela crise planetária, como se "todos os humanos

tivessem igualmente participado da destruição" (HARAWAY, 2016, p. 34), obscurecendo o papel estrutural de sistemas historicamente situados, o colonialismo, o capitalismo racial, a militarização da tecnociência, na produção da devastação socioecológica. Em resposta a esse universalismo abstrato, o Chthuluceno não se apresenta como uma época geológica, mas como uma proposta ontológica e política, um modo de existir e de pensar que rejeita dicotomias modernas e nos convoca a reconhecer que toda vida é feita de relações tentaculares, interdependentes e multiespécies.

Para iniciar esta reflexão, é necessário compreender as bases históricas, epistemológicas e políticas que sustentam os conceitos de Antropoceno e Capitaloceno. Somente após esclarecermos quem os produz, o que eles explicam e quais mundos tornam visíveis, ou invisíveis, é possível compreender por que Donna Haraway propõe o Chthuluceno como alternativa crítica a essas narrativas hegemônicas.

O conceito de Antropoceno ganhou força após a proposta de Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000), que sugeriram que a ação humana teria se tornado uma força geológica capaz de alterar de modo irreversível o funcionamento da Terra. Nesse diagnóstico, a humanidade, tomada como categoria homogênea, seria responsável por transformações profundas nos sistemas climáticos, na biodiversidade e nos ciclos biogeoquímicos. Embora a ideia tenha ampla circulação, ela apresenta um problema central: ao atribuir ao "ser humano" em geral a responsabilidade pela devastação ambiental, o conceito apaga as desigualdades históricas e geográficas que moldam quem produz destruição e quem sofre suas consequências. Como argumenta Moore (2016), o Antropoceno tende a universalizar eventos profundamente desiguais, convertendo-os em fenômenos globais desvinculados da geopolítica, do colonialismo e das dinâmicas territoriais do capitalismo.

Essa crítica é especialmente importante para a Geografia, já que a disciplina se dedica justamente a analisar como processos socioambientais são distribuídos no espaço e produzidos por relações históricas e territoriais específicas. Ao falar em "humanidade" como agente geológico, o Antropoceno desconsidera que a devastação não ocorre de modo uniforme: ela se concentra em determinadas regiões, setores econômicos e regimes políticos, frequentemente herdeiros diretos do colonialismo, da expansão territorial europeia e das lógicas extrativistas associadas à acumulação capitalista. Em razão disso, geógrafos contemporâneos argumentam que o Antropoceno, embora útil para demonstrar a escala planetária da crise, é conceitualmente insuficiente para explicar quem produz essa destruição e como ela se territorializa.

É nesse ponto que surge o conceito de Capitaloceno, defendido principalmente por Jason W. Moore (2016). Para Moore, o que define a crise atual não é "o humano", mas a forma histórica específica de organização socioeconômica baseada na exploração da natureza e das populações a modernidade capitalista. O problema, portanto, não é a espécie, mas o sistema. O Capitaloceno torna visíveis as relações de poder que produziram os desmatamentos, o aquecimento global, a urbanização predatória e a expropriação de povos originários e trabalhadores. Ao substituir o universalismo do Antropoceno por uma análise histórica situada, o Capitaloceno recoloca no centro a geopolítica da crise socioambiental, mostrando que devastação é fruto de um projeto territorial, um que transformou florestas em reservas de recursos, rios em infraestrutura de transporte, pessoas em força de trabalho e territórios inteiros em plataformas de extração.

Sob a lente da Geografia, o Capitaloceno revela como a crise ecológica é indissociável de processos de produção do espaço. A expansão capitalista sempre dependeu da reorganização espacial: plantations, cidades portuárias, fronteiras de mineração, corredores logísticos e monoculturas industriais são expressões territoriais concretas de um sistema que transforma a biosfera em mercadoria. Como lembra Harvey (2004), o capitalismo resolve suas crises por meio de "ajustes espaciais", deslocando destruição e desigualdade de um território para outro. Assim, a geografia do Capitaloceno é uma geografia de violências: remoções, queimadas, apropriação de terras, privatização de bens comuns, colonialismo energético e cercamento de florestas sob a lógica da conservação empresarial.

Ao mesmo tempo, o conceito evidencia que os impactos ambientais são distribuídos de maneira profundamente desigual. Enquanto países centrais externalizam seus danos para o Sul Global, populações indígenas, ribeirinhas e periféricas se tornam linhas de frente da devastação. O Capitaloceno permite, então, identificar a assimetria territorial dos danos: não apenas onde a destruição ocorre, mas quem lucra com ela e quem paga seus custos. A análise geográfica deixa claro que a crise climática não é um fenômeno "humano", mas político, econômico e territorialmente estruturado.

Como mostra Moore (2016), a modernidade inventou a ideia de uma natureza barata, farta, inesgotável e subordinada ao trabalho humano, o que permitiu transformar territórios inteiros em zonas de sacrifício. Esse processo, ao ser naturalizado pelo discurso do Antropoceno, acaba apagando as responsabilidades históricas do sistema-mundo moderno-colonial. A Geografia, ao contrário, evidencia como essas relações foram materialmente inscritas no

espaço: nos corpos escravizados, nos territórios indígenas devastados, na mineração que desenhou fronteiras e nas cidades que expandiram sobre ecossistemas inteiros.

A crítica de Carlos Walter Porto-Gonçalves aprofunda ainda mais a ruptura entre ontologias hegemônicas e cosmopolíticas indígenas. Para o autor, a modernidade ocidental instituiu uma separação radical entre "homem" e "natureza", criando aquilo que ele denomina de uma "natureza sem alma", desprovida de agência, espírito e parentesco, e, portanto, passível de ser esquartejada, medida, dividida e apropriada. Nas palavras de Porto-Gonçalves (2006), a modernidade produziu "um corpo-terra destituído de vida própria, reduzido a recurso", legitimando seu fracionamento em propriedades, commodities e funções utilitárias. Essa operação ontológica, que converte Terra em coisa, funda o próprio colonialismo: a terra só pôde ser invadida e transformada porque foi previamente destituída de subjetividade. Quando algo não tem alma, não sofre; logo, pode ser repartido. A natureza, transformada em objeto inerte, torna-se superfície administrável, altimetria, metragem, reserva explorável ou vazio demográfico.

Essa crítica converge diretamente com a obra A Queda do Céu. Para Kopenawa, a floresta não é objeto, mas parente; não é recurso, mas mundo vivo. A devastação causada pelos brancos, afirma ele, decorre justamente do fato de que eles "não pensam que a floresta tem espírito", portanto agem como se pudessem cortá-la, queimá-la, retalhá-la, sem consequências ontológicas. Porto-Gonçalves e Kopenawa se encontram de maneira tentacular: a violência ambiental é efeito de uma cosmologia/cosmopercepção que permite matar porque não reconhece vida. É uma guerra ontológica, na qual o território indígena é mundo, e o território moderno é mercadoria. A modernidade cria, assim, uma geografia do esquartejamento, rios barrados, florestas loteadas, montanhas desmontadas, pois, se a Terra é apenas matéria, ela pode ser rearranjada ao gosto dos interesses hegemônicos. Essa é a base do que Porto-Gonçalves chama de uma "razão geográfica colonial", que transforma o espaço em superfície e apaga sua condição de ser.

A proposta do Chthuluceno implica uma ruptura profunda com a ontologia moderna, fundada na separação entre natureza e cultura. Haraway argumenta que esse dualismo criou uma "ferida epistemológica" que impede perceber que as existências, humanas ou não humanas, emergem sempre em relação (HARAWAY, 2016, p. 55). Contra a figura do indivíduo autônomo, isolado e auto-suficiente, o Chthuluceno adota uma ontologia simbiogenética inspirada em Lynn Margulis, para quem "nada vive sozinho" (MARGULIS apud HARAWAY, 2016, p. 60). Nesse

sentido, a vida não é um atributo interno e essencial, mas uma prática de co-produção: corpos são compostos por bactérias, florestas por fungos, cidades por infraestruturas minerais e tecnológicas. A existência é sempre interdependente, sempre atravessada pelo outro.

Essa ontologia tentacular encontra expressão direta na metáfora usada por Haraway: seres tentaculares, entrelaçados, rizomáticos, que se tornam uns com os outros por meio de alianças e relações que não obedecem à lógica hierárquica moderna. Como diz a autora, "somos todos seres tentaculares que vivem por meio e com seus tentáculos" (HARAWAY, 2016, p. 31). Esse gesto aproxima-se com Latour (2005), para quem o mundo é feito de redes de actantes heterogêneos, mas Haraway o leva ainda mais longe ao enfatizar a dimensão ética dessas conexões, entendendo-as como condição de sobrevivência planetária.

Chthuluceno propõe um outro conceito de tempo, não mais orientado pelo avanço ou pela redenção, mas pela manutenção, pelo cuidado, pela continuidade frágil de mundos que precisam ser sustentados em meio às ruínas. Haraway se opõe àquilo que chama de "narrativas do fim" (2016, p. 2), comuns tanto no colapso ambiental quanto no imaginário tecnofetichista, e argumenta que é preciso aprender a ficar com o problema, a habitá-lo com responsabilidade. A leitura de Anna Tsing (2015), diz que para que quem viva no Antropoceno aprenda a "notar" as interdependências que sustentam a vida em meio à destruição. Reconhecendo que só existem futuros quando tecidos com outros.

A ética do Chthuluceno é uma ética de composição: mundos não são dados, mas tecidos; ecologias não são cenários, mas alianças; sobrevivência não é um destino, mas uma tarefa compartilhada. Haraway afirma que o Chthuluceno é uma "proposta de recomposição" (2016, p. 100): trata-se de imaginar e sustentar mundos habitáveis, não para um humano universal, mas para assemblages complexas de seres viventes.

Ele obriga a repensar o que significa "mundo", "natureza", "existência" e "coletivo". Mais ainda, ele desestabiliza o humanismo moderno ao deslocar a humanidade do centro ontológico e epistêmico. Se, como diz Haraway, "vivemos no e com o planeta, e não sobre ele" (2016), então a vida passa a ser entendida como tarefa partilhada. O Chthuluceno, assim, não é apenas uma descrição teórica: é uma forma de habitar, uma ética relacional, uma política de cuidado e uma ontologia situada que busca reconstituir laços com aquilo que a modernidade rompeu.

Para povos originários, o mundo não é um objeto separado do humano, mas um conjunto de seres com agência própria, com os quais se estabelece uma relação de cuidado, troca e responsabilidade. Kopenawa e Albert (2015) afirmam

que a floresta é "gente", habitada por espíritos e potências que sustentam a vida e que respondem quando os vínculos são rompidos. Da mesma forma, Ailton Krenak (2019) denuncia a separação moderna entre natureza e sociedade como uma ficção colonial responsável pela devastação dos territórios.

É exatamente nesse ponto que o Chthuluceno encontra continuidade com o pensamento indígena. Quando Haraway afirma que é preciso "ficar com o problema" e "tecer mundos com outros seres" (Haraway, 2016), ela ecoa, em linguagem ocidental contemporânea, a exigência indígena de coabitar um mundo povoado de alteridades não humanas. Para muitos povos, o território não é um recurso, mas um parente; não é uma superfície, mas uma rede de relações espirituais, materiais e afetivas. Isso significa que o Chthuluceno não apenas dialoga com as cosmopolíticas indígenas, ele é reterritorializado por elas.

A Geografia ajuda a explicitar esse processo de reterritorialização. Enquanto a modernidade eurocentrada territorializou o mundo por meio de mapas, fronteiras e regimes de propriedade, as cosmopolíticas indígenas organizam o território por meio de vínculos, reciprocidades e presenças espirituais. Viveiros de Castro (2002) mostra que o perspectivismo ameríndio não define o espaço como algo dado, mas como algo co-produzido por sujeitos humanos e não humanos, cada qual com seu ponto de vista próprio. Assim, o território é sempre uma multiplicidade: não existe "um" espaço, mas muitos mundos coexistindo e demandando negociação constante.

Quando o Chthuluceno é lido a partir da América indígena, ele deixa de ser apenas uma crítica ao Antropoceno e passa a se tornar um projeto de cosmopolítica geográfica: um modo de refazer os vínculos entre seres e lugares, rompendo com a ontologia moderna que separa natureza de cultura. A floresta yanomami, por exemplo, só existe porque seus habitantes, humanos e não humanos, a sustentam reciprocamente por meio de rituais, cantos, restrições alimentares, cuidados coletivos e relações espirituais. Ela é um território vivo que precisa ser alimentado para continuar existindo. Como afirma Kopenawa (2015), quando a floresta é ferida, "sua imagem cai", e os seres que a sustentam adoecem junto com os humanos.

É pensando nesse sentido que o Chthuluceno pode ser reterritorializado pelo pensamento dos povos originais: não como uma metáfora multiespécie, mas como uma ontologia já praticada há milênios. Em vez de "ficar com o problema", como sugere Haraway, os povos indígenas há muito tempo "ficam com o mundo", sustentando relações que impedem o colapso das existências partilhadas.

Ao reconhecer que rios são seres, que florestas são parentes, que animais possuem alma e ponto de vista, as cosmopolíticas indígenas oferecem uma forma

real de enfrentar a crise planetária. Em lugar de diagnosticar o fim da Terra, como no Antropoceno, ou denunciar o capitalismo como devastação, como no Capitaloceno, o Chthuluceno propõe um outro caminho: recompor mundos, reconstruir alianças, reativar territórios. É uma política que não separa ética, cosmologia e espaço; que não dissocia corpo e terra; que não compreende o território como recurso, mas como relação.

Assim, o Chthuluceno encontra nos povos indígenas a sua forma mais material, sensível e territorializada. É ali, nesses modos de existir que sobrevivem ao colonialismo, que o conceito deixa de ser apenas uma crítica epistêmica e se torna um compromisso ontológico: fazer mundo junto com aquilo que o capitalismo destruiu.

A perspectiva de Escobar (2016) aprofunda esse deslocamento ao propor os "mundos e ontologias em disputa" como chave interpretativa para compreender a crise planetária. O que está em jogo, para Escobar, não é apenas o ambiente ou a biodiversidade, mas os modos de existência que definem quem pode viver e de que forma. O capitalismo global, ao produzir uma ontologia única, antropocêntrica, dualista, extrativista, suprime modos alternativos de habitar o território. É justamente nesse ponto que as cosmopolíticas indígenas aparecem não como resquícios de um passado, mas como alternativas para o futuro. Elas propõem mundos "pluriversais", onde múltiplas formas de ser, sentir e relacionar-se com o ambiente coexistem. O Chthuluceno, ao enfatizar uma política de conexões e cuidados, encontra nos povos indígenas a expressão mais concreta dessa possibilidade. Não se trata de incorporar elementos indígenas ao pensamento ocidental, mas de reconhecer que essas cosmopolíticas constituem formas robustas de imaginar e construir mundos para além da lógica destrutiva do Capitaloceno.

A destruição ambiental, nesse sentido, não é perda ecológica, é ruptura de vínculos ontológicos. Quando o garimpo contamina os rios Yanomami, não se destrói apenas um ecossistema, destrói-se a possibilidade de comunicação com os seres que sustentam o céu, como descreve Kopenawa. Assim, a crise não é apenas ambiental: é cosmológica. É guerra entre mundos e entre princípios ontológicos incompatíveis, reforça a ideia de que o Chthuluceno não pode ser plenamente compreendido sem a incorporação das ontologias indígenas, pois estas já operam há séculos com a consciência de que mundos se sustentam em redes de relações e que, quando essas redes rompem, o céu cai.

Se o Antropoceno narra a catástrofe planetária provocada por um modo específico de existir e o Capitaloceno identifica o motor econômico dessa destruição, o Chthuluceno oferece uma resposta relacional, interessada em tecer

mundos possíveis. Mas é o pensamento indígena que ensina como esses mundos são mantidos vivos. Ele mostra, na prática, aquilo que Haraway formula conceitualmente: que a vida depende de alianças indisciplinadas, de reciprocidades interespécies, de vínculos que não podem ser traduzidos pelo modelo de mundo moderno.

A aproximação entre o Chthuluceno e as cosmopolíticas indígenas encontra sua expressão mais contundente quando mobilizamos A Queda do Céu, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), obra que não apenas descreve um mundo, mas enuncia uma ontologia viva e uma crítica radical ao colapso ambiental provocado pela modernidade. Se o Chthuluceno propõe uma política de coexistência multiespécie, a cosmologia yanomami encarna essa coexistência como condição ontológica fundamental: a floresta, os rios, os ventos, os xapiri e os humanos coabitam um mesmo tecido de relações cuja continuidade garante a sustentação literal do céu. Não se trata de metáfora, trata-se da descrição de um mundo em que a estabilidade do cosmos depende da manutenção dos vínculos que unem seres diversos. Assim, quando Kopenawa afirma que "os brancos fazem a terra adoecer" (Kopenawa & Albert, 2015), ele não está apenas denunciando uma degradação ambiental; está anunciando uma ruptura cosmológica que coloca o próprio firmamento em risco.

O que A Queda do Céu evidência é que a destruição ambiental não é apenas uma questão ecológica ou econômica, é uma crise de relações. Para os Yanomami, o garimpo não contamina apenas a água; ele interrompe a comunicação com os xapiri, enfraquece os cantos que sustentam a floresta e rompe o equilíbrio sensível que mantém o céu suspenso. A ameaça de "o céu cair" não é um mito no sentido ocidental; é uma consequência da dissolução dos vínculos que tecem o mundo. Haraway fala em "ficções científicas" que abrem futuros, mas Kopenawa fala de uma ciência xamânica que mantém o mundo de pé.

O território yanomami não é um espaço contínuo, homogêneo ou exclusivamente material; é uma superfície viva percorrida por relações, cantos, espíritos, trajetos xamânicos, marcas deixadas por ancestrais e fluxos de energia. O território, para eles, é uma ecologia de relações intensas que atravessa o sensível, o espiritual e o material. É justamente essa ecologia que está ameaçada pela máquina extrativista do Capitaloceno. O "povo da mercadoria", como Kopenawa chama os brancos, vive sob um tipo de cegueira ontológica que impede reconhecer que as ações humanas repercutem cosmicamente. Essa cegueira é a mesma diagnosticada por Haraway quando afirma que o problema da modernidade não é tecnológico, mas relacional: produzimos mundos que não sabem sustentar outros mundos.

É nesse ponto que a geografia encontra sua força analítica. Pois, para os Yanomami, território não é superfície, é relação. Não há território sem xapiri, sem rios, sem cantos, sem sonhos, sem corpos; não há espaço sem cosmologia. Viveiros de Castro (2018) enfatiza que mundos indígenas são perspectivistas: cada ser percebe e produz mundo a partir de seu corpo. Em A Queda do Céu, essa perspectiva se torna ainda mais nítida: o corpo xamânico de Kopenawa é quem vê os xapiri, enquanto o corpo do garimpeiro vê apenas ouro. São corpos diferentes, produzindo mundos diferentes, e quando um mundo prevalece sobre o outro, a destruição se torna inevitável. Essa multiplicidade de mundos é precisamente o que Escobar (2016) chama de "pluriverso": um campo de ontologias coexistentes em disputa contra a hegemonia de um único modo de existência. A Queda do Céu não apenas ilustra o pluriverso; ela o denuncia em colapso.

Assim, quando articulamos Chthuluceno e A Queda do Céu, revelamos algo fundamental: a crise planetária é, antes de tudo, uma crise de mundo. E se Haraway convoca humanos a fazer parentes com outras espécies, Kopenawa convoca a humanidade a ouvir os espíritos que sustentam o céu. Ambas são convocações éticas, políticas e espaciais. Ambas pedem, cada uma à sua maneira, que teçamos mundos habitáveis. Mas apenas uma delas vem de um lugar que ainda sustenta o céu.

Na ecologia política, conflitos ambientais são definidos como disputas assimétricas pelo acesso, controle e uso dos bens naturais, estruturadas por relações de poder que frequentemente colocam populações vulnerabilizadas, e sobretudo povos indígenas, na linha de frente da destruição (Acselrad, 2004). No contexto yanomami, o conflito ambiental assume contornos extremos, pois, como Kopenawa e Albert (2015) mostram, o garimpo e a exploração mineral não degradam apenas ecossistemas tangíveis: eles rompem laços cosmopolíticos que sustentam a continuidade do mundo. O conflito ambiental é, nesse caso, um ataque direto ao tecido ontológico que mantém a floresta viva e o céu erguido. O que o garimpo destrói não é apenas a água ou a terra, mas a própria possibilidade de mundo compartilhado.

Para Haraway (2016), não vivemos apenas uma catástrofe ambiental, mas uma crise de relações entre espécies. A destruição da Amazônia, portanto, não pode ser entendida como um impacto isolado ou como uma externalidade econômica, mas como a fragmentação de uma rede densa de interdependências vitais. A ecologia política indígena, e especialmente o pensamento yanomami, torna essa afirmação concreta: quando o território é violentado, o céu corre o risco de cair. O conflito ambiental não é apenas material; é cosmopolítico

A COP-30, anunciada como marco histórico por ocorrer na Amazônia, pode ser compreendida não apenas como um evento climático, mas como um espaço de disputa ontológica, no qual diferentes concepções de mundo, natureza e futuro entram em conflito.

É a partir dessa tensão entre ontologias que se torna possível compreender os limites das formas contemporâneas de governança ambiental. Se, por um lado, o Chthuluceno propõe a recomposição de relações multiespécies e as cosmopolíticas indígenas evidenciam a necessidade de sustentar mundos vivos, por outro, as instituições globais continuam operando sob a lógica da modernidade tecnocientífica, que traduz a crise em métricas, mercados e soluções técnicas. Nesse sentido, a COP-30, ao ser realizada na Amazônia, não representa apenas um evento diplomático, mas um campo privilegiado de observação do confronto entre diferentes modos de produzir o mundo. Trata-se de um espaço onde a ontologia do carbono, da compensação e da inovação tecnológica entra em choque direto com ontologias relacionais que compreendem a floresta como sujeito, e não como recurso.

As Big Techs aparecem, nesse contexto, como agentes centrais. Plataformas digitais, empresas de computação em nuvem e corporações de inteligência artificial figuram entre os maiores consumidores de energia do planeta, além de impulsionarem cadeias extrativistas de minérios raros indispensáveis ao funcionamento de data centers, smartphones, servidores e sistemas algorítmicos de vigilância. Na COP-30, é provável que esse setor intensifique o discurso de "tecnossoluções" que desloca o foco das relações de poder e dos conflitos territoriais, e que frequentemente invisibiliza a devastação provocada por suas próprias infraestruturas. Assim, a conferência corre o risco de reafirmar o que Haraway critica: a crença no progresso tecnológico como solução mágica para problemas criados pela própria modernidade tecnocapitalista.

A contradição torna-se ainda mais evidente quando contrastamos o discurso oficial da COP-30 com a cosmopolítica yanomami. Enquanto os documentos diplomáticos falam em "neutralidade de carbono", "compensação florestal" e "pagamento por serviços ambientais", Kopenawa insiste em uma lógica radicalmente distinta: não se trata de equilibrar emissões, mas de manter vivas as relações que sustentam o mundo. Não se trata de salvar a floresta para estabilizar o clima global, mas de impedir que os xapiri adoeçam e que o céu desabe.

COP-30 expõe um conflito fundamental entre dois modos de produzir futuro: de um lado, o projeto tecnopolítico das corporações que buscam

reconfigurar a crise climática como oportunidade de inovação e acumulação; de outro, a cosmologia ameríndia que denuncia que o problema não é tecnológico, mas existencial. A COP-30 pode até discutir metas, financiamentos e acordos internacionais, mas nada disso toca o que Kopenawa identifica como o cerne do problema: a destruição das relações que mantêm o céu suspenso. E enquanto o mundo corporativo que financia a COP continuar controlando a narrativa do futuro verde, o risco é que continuemos tentando salvar o planeta sem ouvir aqueles que ainda sabem sustentá-lo.

Torna-se inevitável reconhecer que a crise socioambiental contemporânea é, antes de tudo, uma guerra ontológica, um conflito que não se limita a recursos, territórios ou direitos, mas ao próprio estatuto do real. Viveiros de Castro (2002) formula essa ideia com enorme precisão ao afirmar que os povos indígenas não lutam apenas por terras; lutam por mundos inteiros, porque seus modos de existência, seus vínculos cosmológicos, seus sistemas de relação e suas práticas de vida não podem ser separados do território. A violência ambiental, portanto, não age sobre "recursos naturais", mas sobre entidades vitais que compõem a própria ontologia indígena.

Nessa chave, a ecologia política tradicional, centrada em conflitos por recursos, desigualdades, governança, mostra-se insuficiente para compreender o que está em disputa. O que está sendo destruído não são apenas florestas, mas cosmopolíticas inteiras, formas de existir que não podem ser traduzidas pelo léxico da economia verde, da gestão ambiental ou das conferências climáticas. A própria COP-30, ao transformar a Amazônia em palco global de diplomacia climática patrocinada por Big Techs e corporações extrativistas, mobiliza uma existência única, a da modernidade tecnocientífica, que não reconhece o pluriverso como legítimo. Trata-se, portanto, de um esforço de estabilização ontológica: impor ao mundo amazônico o regime global de carbono, de métricas, de "serviços ecossistêmicos", de soluções tecnológicas.

A Geografia, ao incorporar essa perspectiva, desloca-se de uma ciência que explica fenômenos para uma ciência que acompanha mundos. O cuidado torna-se método geográfico: observar com atenção, descrever com responsabilidade, reconhecer que territórios são feitos de relações e que, sem essas relações, o território deixa de existir. Nesse sentido, a cosmopolítica do cuidado é também uma crítica epistemológica: ela questiona a própria forma como a modernidade concebe espaço, natureza e governança.

Haraway e Kopenawa convergem para um ponto fundamental: cuidar é fazer mundo. E, em tempos de colapso, cuidar é resistir. O cuidado é a prática que sustenta o pluriverso e que impede que a ontologia única da modernidade

destrua todas as outras. No Chthuluceno, cuidar é mais que ética; é a própria persistência da vida terrestre. Na cosmopolítica indígena, cuidar é mais que proteção ambiental; é uma forma de garantir que o cosmos não desabe.

Assim, a cosmopolítica do cuidado não é uma alternativa suave à política moderna, é seu oposto radical. Ela rejeita a ideia de que o planeta pode ser administrado como um sistema técnico e afirma que o mundo só continua existindo porque há quem o cuide. Entre máquinas de controle e mundos que sonham, entre algoritmos climáticos e xapiri que dançam, a disputa contemporânea é justamente essa: qual forma de cuidado sustentará o futuro da Terra?

Em A Queda do Céu, Davi Kopenawa tensiona profundamente a concepção ocidental de Terra como organismo vivo, frequentemente associada a modelos como a hipótese Gaia de Lovelock, que pensam o planeta como sistema autorregulado, quase mecânico, composto por ciclos, fluxos e equilíbrios biofísicos. Embora essa abordagem tenha representado uma ruptura importante com visões mecanicistas clássicas, ela ainda mantém um traço estrutural da modernidade: trata a Terra como sistema, e não como ser. A Terra, para Gaia, está viva, mas não é um sujeito; é um conjunto complexo de processos físico-químicos que produzem homeostase, não uma entidade com agência, vontade, voz ou sensibilidade própria.

Kopenawa tensiona radicalmente esse modelo ao apresentar uma ontologia em que a Terra não é viva porque funciona como sistema, mas porque pensa, sente, fala e se relaciona. A floresta não é apenas biodiversidade: é povoada por espíritos (xapiri), agentes que sustentam a estabilidade do mundo. As montanhas têm donos. Os rios têm intenções. O céu é sustentado por danças e cantos. Cada elemento da paisagem é portador de subjetividade. Não se trata, portanto, de uma ecologia funcional, mas de uma ecologia relacional, em que a existência é distribuída entre humanos e não humanos que compõem o cosmos de forma cooperativa.

Assim, quando Kopenawa afirma que a floresta adoece com a fumaça dos brancos, que o céu pode cair, que a terra chora e perde sua força, não está fazendo metáfora ecológica: está descrevendo efeitos concretos de rupturas ontológicas. A destruição ambiental não é apenas degradação de habitat; é ferimento espiritual, político e cosmológico. A Terra não responde por processos automáticos, ela reage à quebra das relações que a sustentam.

Ao tratar a Terra como ser vivo, porém pessoa, A Queda do Céu desmonta o dualismo natureza/cultura que a hipótese Gaia, apesar de avançada, ainda não supera completamente. A Terra de Kopenawa é viva não porque tem ciclos

biofísicos, mas porque tem corpo, espírito e histórias. Não é organismo; é coletivo, um coletivo de humanos, animais, espíritos, rios, ventos e montanhas que se co-produzem. Em vez de um planeta que regula a vida, temos uma vida que precisa ser cuidada para que o planeta continue existindo.

CONCLUSÃO

A articulação entre o Chthuluceno, proposto por Donna Haraway, e a cosmopolítica Yanomami, enunciada por Davi Kopenawa em *A Queda do Céu*, permite afirmar que a crise socioambiental contemporânea ultrapassa os limites de uma leitura estritamente ecológica ou econômica, configurando-se, sobretudo, como uma crise ontológica. Trata-se de um conflito entre modos distintos de existir, nos quais não apenas diferentes formas de apropriação do território estão em disputa, mas também diferentes definições do que é o mundo, do que é a vida e de quem pode existir como sujeito.

Ao longo do artigo, demonstrou-se que o Antropoceno, ao universalizar a responsabilidade pela devastação ambiental, obscurece as assimetrias históricas e territoriais que estruturam a crise, enquanto o Capitaloceno recoloca o problema no âmbito das relações de poder e da expansão capitalista. No entanto, é no Chthuluceno que emerge a possibilidade de uma inflexão ontológica mais profunda, ao propor uma ética relacional baseada na interdependência multiespécie. Ainda assim, essa proposta encontra seus limites quando não plenamente territorializada, sendo nas cosmopolíticas indígenas, especialmente na ontologia Yanomami, que tais relações se apresentam como práticas concretas de sustentação do mundo.

A leitura de A Queda do Céu evidencia que a destruição ambiental não implica apenas a perda de ecossistemas, mas a ruptura de vínculos cosmológicos que garantem a continuidade da existência. Nesse sentido, a crise é simultaneamente ambiental, política e espiritual, configurando aquilo que autores da antropologia e da geografia crítica identificam como uma guerra ontológica. O território, para os Yanomami, não é superfície nem recurso, mas um tecido vivo de relações que precisa ser continuamente cuidado para que o mundo não colapse.

A análise da COP-30 reforça as contradições entre as cosmologias ameríndias e a governança climática global, evidenciando a persistência de uma racionalidade tecnocapitalista que busca administrar a crise sem questionar suas bases ontológicas. Nesse cenário, torna-se evidente que soluções baseadas exclusivamente em inovação tecnológica, mercado de carbono ou gestão ambiental são insuficientes para enfrentar a profundidade do problema.

Conclui-se, portanto, que a Geografia, ao incorporar o diálogo entre Chthuluceno e cosmopolíticas indígenas, pode deslocar-se de uma ciência voltada à gestão do espaço para uma prática comprometida com a defesa de mundos. Isso implica reconhecer o território como entidade viva, relacional e multiespécie, cuja continuidade depende de práticas de cuidado, reciprocidade e responsabilidade compartilhada. Mais do que interpretar a crise, trata-se de posicionar-se diante dela, assumindo que fazer geografia, em tempos de colapso, é também participar da luta pela sustentação da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSERALD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ESCOBAR, Arturo. Territórios de diferença: a ontologia política dos "direitos ao território". *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 35, p. 89-100, 2016.

HARAWAY, Donna J. Ficando com o problema: fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: n-1 edições, 2016.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

MOORE, Jason W. Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

TSING, Anna Lowenhaupt. O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002.